



GRUPO CARREFOUR BRASIL



2021

DEMONSTRAÇÕES *financeiras*





Relatório da Administração	- 3 -
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	- 26 -
Balancos patrimoniais	- 32 -
Demonstrações dos resultados	- 34 -
Demonstrações dos resultados abrangentes	- 35 -
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	- 36 -
Demonstrações dos fluxos de caixa	- 38 -
Demonstrações dos valores adicionados	- 39 -
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	- 40 -
Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes	- 117 -
Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria	- 118 -

Resultados 4T 2021



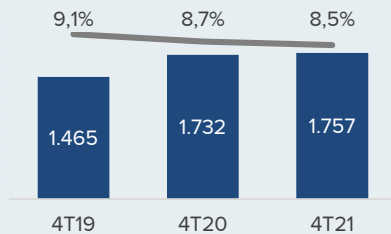
GRUPO
CARREFOUR
BRASIL

Vendas +29% em 2 anos e GMV Alimentar crescendo 6,5x
Sinergias do Grupo BIG revisadas para cima

Grupo Carrefour Brasil

EBITDA Aj. e Margem (R\$ milhões e % vendas líquidas)

+ 0,4 p.p. de ganho de *market share* em 2021



Vendas brutas
R\$22,8 bi
+3,7% a/a
+29,2% vs 2019

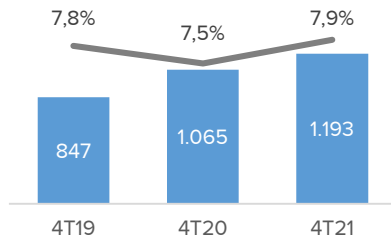
EBITDA Ajustado
R\$ 1,8 bi
+1,4% a/a
+19,9% vs 2019

Lucro Líquido Ajustado
R\$ 766 mi
-13,5% a/a
+13,4% vs 2019

Atacadão

EBITDA Aj. e Margem (R\$ milhões e % vendas líquidas)

Ritmo de expansão acelerado e aumento da rentabilidade

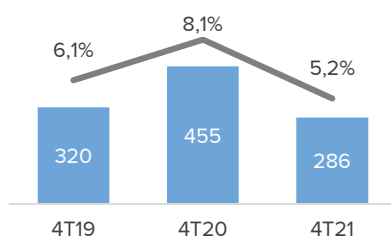


- Vendas Brutas: **R\$ 16,7 bilhões +6,6% a/a** (-5,0% LfL a/a e +20,6% LfL vs 4T19);
- **LF do 4T enfrentou a maior base de comparação de 2020**; normalização gradual esperada para 2022;
- **Aceleração da expansão**, contribuindo com **10,9%** para o faturamento no 4T21;
- **+44 lojas no ano**; **250 lojas** ao final de 2021, em linha com o planejado;
- **Momento contínuo no digital: +97,7% em vendas** vs. 3T21; resultados encorajadores da parceria com a Facility, mais por vir;
- **Diluição sequencial de SG&A**: estável t/t, melhora de 0,3 p.p. vs. 2T21 e 0,5 p.p. vs 1T21; compras oportunísticas em contexto desafiador para controlar custos;
- **EBITDA ajustado de R\$ 1,2 bi (+40,9% em 2 anos +12,0% a/a)** com margem de 7,9%.

Carrefour Varejo

EBITDA Aj. e Margem (R\$ milhões e % vendas líquidas)

+16,9% nas vendas de alimentos no multi-formato em dois anos

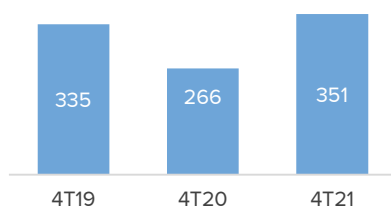


- Vendas brutas (incl. gasolina): R\$ 6,1 bilhões -3,4% LfL a/a (alimentar +1,4% LfL; não alimentar -23,0% LfL e gasolina +49,6% LfL);
- Vendas brutas multi-formato: **alimentar cresce 16,9%** e não alimentar -3,7% em 2 anos;
- **Nível recorde de marca própria**: 19,4% das vendas líquidas totais de alimentos, dada a iniciativa de congelamento de preços e mostrando sua relevância em um ambiente inflacionário;
- **Despesas SG&A** cresceram 4,6% no 4T, impactadas pelo aumento de custos, mas **caíram 0,8% no ano**, refletindo as melhorias estruturais de eficiência implementadas desde o ano passado;
- **EBITDA ajustado de R\$ 286 milhões** ou 5,2% da receita líquida.

Banco Carrefour

EBITDA Aj. (R\$ milhões)

EBITDA ajustado acima do nível de 2019



- Faturamento total: **R\$ 13,3 bilhões** no 4T21 (+14,6% a/a);
- **Vendas cruzadas e novos produtos cresceram 45,7% no 4T** e quase dobraram no ano;
- **Receita líquida aumentou 39,5% para R\$ 1 bilhão**, refletindo maior propensão a empréstimos dos clientes em um ambiente econômico difícil;
- **Consumo off-us** cresceu **20,4%**, destacando nossa relevância para clientes fora do ecossistema;
- **Inadimplência (NPL) sob controle** apesar do aumento natural em uma economia deteriorada;
- **Índice de eficiência de 30,8%** (ganho de 9,2 p.p. vs. 4T20), maior nível desde o IPO;
- **EBITDA ajustado de R\$ 351 milhões** no trimestre, superando os níveis de 2019.

Em R\$ milhões	Consolidado			Atacadão			Carrefour Varejo			Banco Carrefour		
	4T 21	4T 20	Δ%	4T 21	4T 20	Δ%	4T 21	4T 20	Δ%	4T 21	4T 20	Δ%
Vendas Brutas	22.781	21.963	3,7%	16.722	15.692	6,6%	6.059	6.271	-3,4%			
Vendas Líquidas	20.661	19.873	4,0%	15.196	14.276	6,4%	5.465	5.597	-2,4%			
Lucro Bruto	4.262	3.940	8,2%	2.362	2.012	17,4%	1.268	1.394	-9,0%	638	539	18,4%
Margem Bruta	20,6%	19,8%	0,8 p.p.	15,5%	14,1%	1,4 p.p.	23,2%	24,9%	-1,7 p.p.			
EBITDA Ajustado (1) (2)	1.757	1.732	1,4%	1.193	1.065	12,0%	286	455	-37,1%	351	266	32,0%
Margem EBITDA Ajustada	8,5%	8,7%	-0,2 p.p.	7,9%	7,5%	0,4 p.p.	5,2%	8,1%	-2,9 p.p.			
Lucro Líquido Aj., controlador	766	886	-13,5%									
Margem Líquida Ajustada	3,7%	4,5%	-0,7 p.p.									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -6 milhões e R\$ -5 milhões entre Banco e Varejo em 2021 e 2020, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -67 milhões em 2021 e R\$ -49 milhões em 2020.

Em R\$ milhões	Consolidado			Atacadão			Carrefour Varejo			Banco Carrefour		
	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%
Vendas Brutas	81.185	74.751	8,6%	58.993	51.817	13,8%	22.192	22.934	-3,2%			
Vendas Líquidas	73.552	67.640	8,7%	53.595	47.058	13,9%	19.957	20.582	-3,0%			
Lucro Bruto	14.876	13.918	6,9%	8.137	7.040	15,6%	4.745	5.161	-8,1%	2.016	1.740	15,9%
Margem Bruta	20,2%	20,6%	-0,4 p.p.	15,2%	15,0%	0,2 p.p.	23,8%	25,1%	-1,3 p.p.			
EBITDA Ajustado (1) (2)	5.715	5.610	1,9%	3.925	3.605	8,9%	1.114	1.502	-25,8%	930	698	33,2%
Margem EBITDA Ajustada	7,8%	8,3%	-0,5 p.p.	7,3%	7,7%	-0,3 p.p.	5,6%	7,3%	-1,7 p.p.			
Lucro Líquido Ajustado, controlador	2.399	2.758	-13,0%									
Margem Líquida Ajustada	3,3%	4,1%	-0,8 p.p.									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -22 milhões e R\$ -23 milhões entre Banco e Varejo em 2021 e 2020, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -232 milhões em 2021 e R\$ -172 milhões em 2020.

Stéphane Maquaire, CEO, declarou:

“ O Grupo Carrefour Brasil apresentou um desempenho muito resiliente no 4T e no ano de 2021, com crescimento nas vendas brutas e EBITDA ajustado, mesmo diante de uma base de comparação muito difícil. A expansão do Atacadão acelerou e o Banco Carrefour continuou sua forte recuperação, enquanto as vendas de alimentos do Carrefour Varejo voltaram a crescer e a recuperação da Unidade de Negócios está a caminho. O Carrefour está ao lado dos consumidores brasileiros no ambiente desafiador do país, como visto em sua decisão de congelar os preços dos produtos alimentícios de marca própria, protegendo assim o poder de compra. Nosso ecossistema multi-formato e multi-canal se fortaleceu ainda mais, e o fechamento da aquisição do Grupo BIG esperado até junho, cujas metas de sinergias foram elevadas, deve contribuir para mais um ano de crescimento em 2022. ”



Aquisição do Grupo BIG

Um novo passo para o fechamento, sinergias revisadas para cima

Mais próximo do fechamento

Conforme divulgado em Fato Relevante de 25 de janeiro de 2022, a Superintendência-Geral do CADE recomendou a aprovação da aquisição do Grupo BIG pelo Grupo Carrefour Brasil, anunciada em março de 2021. A decisão final deve ser publicada até junho.

A recomendação baseia-se na celebração de um Acordo em Controle de Concentrações que prevê a alienação de operações para mitigar problemas de concentração excessiva. A Superintendência menciona até 11 das 388 lojas do Grupo BIG, representando até 2,8% do portfólio total de lojas.

Sinergias: no mínimo 15% de aumento potencial

As sinergias esperadas identificadas pelo Grupo Carrefour Brasil no momento da assinatura da operação totalizaram em um EBITDA adicional de R\$ 1,7 bilhão anualmente três anos após o fechamento.

Após a revisão, **atualmente vemos pelo menos 15% de aumento em relação ao valor inicialmente comunicado**. Nesse momento estimamos que o montante de sinergias seja de no mínimo R\$ 2,0 bilhões no ano de 2025. As principais oportunidades incluem:

- Maiores ganhos relacionados à densidade de vendas e conversão de lojas
- Sinergias de compras
- Otimização de despesas gerais e maior eficiência da cadeia de suprimentos

SINERGIAS

+15% potencial

No mínimo

Portfólio atual

O Grupo BIG vem transformando suas lojas e adaptando sua exposição a diferentes formatos. As seguintes alterações ocorreram em relação aos números de dezembro de 2020:

Marca				
Formato	Atacarejo	Clube	Hipermercado	Supermercado e Proximidade
Dez 2020	49	35	107	196
	+14	+8	-21	-
Portfólio Atual	63	43	86	196
388 LOJAS				

Novos Avanços em ESG

O Grupo Carrefour Brasil avançou ainda mais nos aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ESG) no 4T21.



Ambiental

Desmatamento Zero

Dentre as fazendas monitoradas **87% estão em conformidade** com a política de compra de carne do Grupo e os **13%** que não estão conformes estão bloqueados ou em processo de requalificação

84 toneladas de embalagens evitadas

Economia Circular

Consumo de energia

21% de redução 2021 vs. 2020

1ª loja com painel solar e 100% das novas aberturas nesse modelo

28% de aumento em produtos coletados via logística reversa



Social

Um ano do lançamento do Plano Antirracismo do Grupo

8 compromissos públicos

49 ações

100% do plano de ação de 2021 alcançado

Aceleração do empreendedorismo negro

Inclusão e promoção de 10 fornecedores negros em nossas lojas

Criação de um *squad* comercial focado em fornecedores negros

Investimentos no combate ao racismo

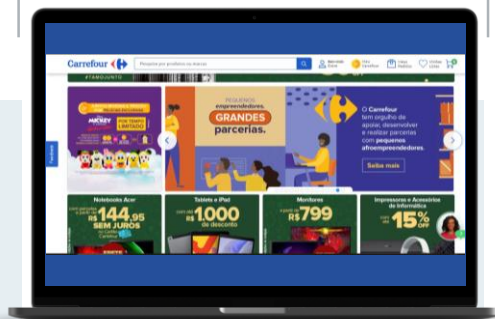
R\$ 115 milhões em investimentos em ações de combate ao racismo até o final do Termo de Ajuste de Conduta (TAC)

300 bolsas para qualificação profissional em tecnologia para jovens negros em situação de vulnerabilidade social

Liderança

38% mulheres

53% negros em Dezembro 2021



2 mulheres na alta gestão



Resultados Financeiros Consolidados

Vendas

Atacadão lidera com crescimento de 41,1% em dois anos

O Grupo Carrefour Brasil registrou crescimento de 29,2% (+15,3% em LfL) em dois anos no 4T21, suportado pelo crescimento de 41,1% do Atacadão no período. As vendas consolidadas no 4T21 atingiram R\$ 22,8 bilhões, com crescimento de 3,7% em relação ao 4T20 (2,4% excluindo gasolina). O Atacadão cresceu 6,6% no trimestre, impulsionado principalmente pela forte contribuição de 10,9% da aceleração na expansão, que mais do que compensou as vendas LfL negativas momentâneas de -5,0% (em um LfL muito difícil de 27,0% no 4T20). O Carrefour Varejo melhorou a tendência dos trimestres anteriores, com desempenho resiliente no segmento alimentício (+1,5%) e pressão no segmento não alimentício (-23,0%), resultando em queda de 3,4% nas vendas brutas totais.

Esse desempenho ocorreu em meio a um ambiente macro volátil, marcado pela deterioração do poder de compra do consumidor: a inflação de alimentos nos últimos 12 meses manteve-se persistentemente alta ao longo do ano e encerrou 2021 em 8,2% (10,4% no trimestre), segundo o IBGE. No ano de 2021, as vendas brutas totais atingiram nível recorde de R\$ 81,2 bilhões (+8,6% a/a e +30,5% em 2 anos).

Expansão em linha com o planejado

A estratégia de expansão do Grupo Carrefour Brasil continuou e inauguramos 9 lojas Cash & Carry e 2 operações de atacado de entrega no 4T21, totalizando 44 lojas e 3 atacados de entrega em 2021, em linha com o plano anunciado no início do ano. A integração bem-sucedida das lojas Makro em 2021 faz com que a perspectiva de integração do Grupo BIG seja muito animadora.

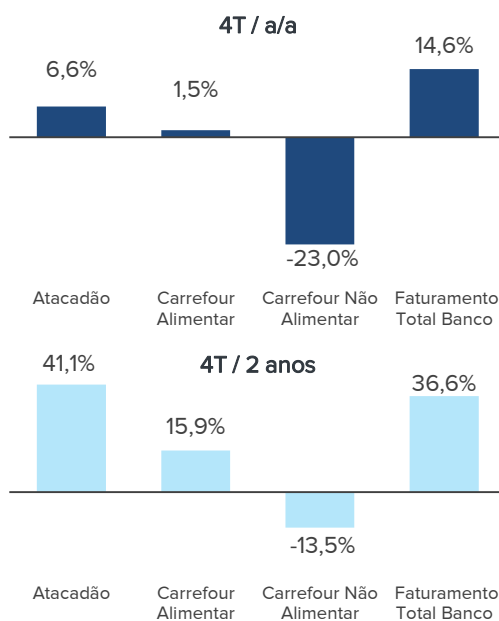
No segmento de Varejo abrimos 12 lojas de conveniência – incluindo lojas autônomas – e 1 supermercado, no ano de 2021 abrimos 14 lojas Express (11 autônomas) e 1 supermercado. A rede total de lojas do Grupo Carrefour Brasil atingiu 779 lojas ao final de 2021.

Fortes resultados no Banco Carrefour

O faturamento bruto do Banco Carrefour totalizou R\$ 13,3 bilhões ou +14,6% em relação ao mesmo período de 2020, impulsionado pelos cartões de crédito Carrefour (+8,8%) e Atacadão (+26,1%). O canal *off-us* continuou sua forte tendência, crescendo 20,4% a/a no 4T21, destacando a força de nossos cartões de crédito na vida de nossos clientes fora do ecossistema. As vendas *on-us*, impactadas principalmente pelos menores volumes do segmento não-alimentar durante o ano, diminuíram 1,6% a/a no último trimestre de 2021.

+0,4 p.p.
Market Share ano

Crescimento Vendas Brutas / Faturamento



	4T 20
	LFL
Atacadão	27,0%
Carrefour (s/ gasolina)	13,3%
Gasolina	-23,7%
Carrefour (c/ gasolina)	8,2%
Consolidado (s/ gasolina)	22,9%
Consolidado (c/ gasolina)	20,8%
Crescimento Faturamento Total Banco Carrefour	19,2%

(1) Excluindo efeito calendário de +0,3% no Atacadão e +0,2% no consolidado.

	2020
	LFL
Atacadão	17,6%
Carrefour (s/ gasolina)	19,6%
Gasolina	-24,1%
Carrefour (c/ gasolina)	13,4%
Consolidado (s/ gasolina)	18,2%
Consolidado (c/ gasolina)	16,3%
Faturamento Total Banco Carrefour	15,5%

(1) Excluindo efeito calendário de -0,3% no Atacadão, -0,3% no Carrefour Varejo e -0,3% no consolidado.

	4T 21			
	Vendas Brutas (R\$MM)	LFL s/ efeito Calendário ⁽¹⁾	Expansão	Total (%)
Atacadão	16.722	-5,0%	10,9%	6,6%
Carrefour Alimentar	5.138	-9,2%	0,1%	-9,2%
Gasolina	920	49,6%	0,0%	49,6%
Carrefour (c/ gasolina)	6.059	-3,4%	0,1%	-3,4%
Consolidado (s/ gasolina)	21.860	-6,1%	8,0%	2,4%
Consolidado (c/ gasolina)	22.781	-4,6%	7,8%	3,7%
Crescimento Faturamento Total Banco Carrefour	13.282	n.a.	n.a.	14,6%

	2021			
	Vendas Brutas (R\$MM)	LFL s/ efeito Calendário ⁽¹⁾	Expansão	Total (%)
Atacadão	58.993	4,2%	9,7%	13,8%
Carrefour (s/ gasolina)	19.231	-7,1%	0,1%	-7,3%
Gasolina	2.961	35,1%	0,1%	35,2%
Carrefour (c/ gasolina)	22.192	-3,0%	0,1%	-3,2%
Consolidado (s/ gasolina)	78.224	1,0%	7,0%	7,8%
Consolidado (c/ gasolina)	81.185	2,0%	6,7%	8,6%
Faturamento Total Banco Carrefour	48.171	n.a.	n.a.	26,1%

» LfL é calculado em termos de VENDAS BRUTAS.

Outras Receitas

Operações financeiras suportando aumento de 30,0% a/a

Outras receitas cresceram 30,0% e atingiram R\$ 1,2 bilhão, impulsionadas principalmente pelo aumento das receitas do banco, refletindo uma maior propensão a empréstimos dos clientes em um ambiente econômico difícil, bem como a continuidade do crescimento do *marketplace* do Atacadão.

Margem Bruta Consolidada e VG&A

Conhecimento de mercado e recuperação do Banco suportando os resultados

O lucro bruto atingiu R\$ 4,3 bilhões no 4T21, crescendo 8,2%, impulsionado pelo crescimento das vendas do Atacadão e do Banco Carrefour, que mais uma vez conseguiram mais do que compensar a pressão esperada nas operações de Varejo. A margem bruta consolidada foi de 20,6%, aumentando 0,8 p.p. a/a, impulsionada principalmente pelas compras oportunísticas do Atacadão em meio ao ambiente inflacionário desafiador.

As despesas VG&A totalizaram R\$ 2,5 bilhões, 13,4% acima e representando 12,2% da receita líquida no 4T21, um aumento de 1,0 p.p. a/a, principalmente devido à aceleração da expansão. Em uma base sequencial as despesas VG&A como percentual da receita líquida mantiveram-se estáveis.

Em R\$ milhões	Consolidado			Atacadão			Carrefour Varejo			Banco Carrefour		
	4T 21	4T 20	Δ%	4T 21	4T 20	Δ%	4T 21	4T 20	Δ%	4T 21	4T 20	Δ%
Vendas Brutas	22.781	21.963	3,7%	16.722	15.692	6,6%	6.059	6.271	-3,4%			
Vendas Brutas ex-gasolina	21.860	21.348	2,4%	16.722	15.692	6,6%	5.138	5.656	-9,2%			
Vendas Líquidas	20.661	19.873	4,0%	15.196	14.276	6,4%	5.465	5.597	-2,4%			
Outras Receitas (1)	1.203	926	30,0%	47	40	16,6%	155	169	-8,5%	1.007	722	39,5%
Vendas Totais	21.864	20.799	5,1%	15.243	14.316	6,5%	5.620	5.766	-2,5%	1.007	722	39,5%
Lucro Bruto	4.262	3.940	8,2%	2.362	2.012	17,4%	1.268	1.394	-9,0%	638	539	18,4%
<i>Margem Bruta</i>	<i>20,6%</i>	<i>19,8%</i>	<i>0,8 p.p.</i>	<i>15,5%</i>	<i>14,1%</i>	<i>1,4 p.p.</i>	<i>23,2%</i>	<i>24,9%</i>	<i>-1,7 p.p.</i>			
Despesas VG&A (2)	(2.518)	(2.221)	13,4%	(1.173)	(951)	23,3%	(991)	(948)	4,6%	(287)	(273)	5,1%
<i>%VG&A de Vendas Líquidas</i>	<i>12,2%</i>	<i>11,2%</i>	<i>1,0 p.p.</i>	<i>7,7%</i>	<i>6,7%</i>	<i>1,1 p.p.</i>	<i>18,1%</i>	<i>16,9%</i>	<i>1,2 p.p.</i>			
EBITDA Ajustado (1) (2)	1.757	1.732	1,4%	1.193	1.065	12,0%	286	455	-37,1%	351	266	32,0%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>8,5%</i>	<i>8,7%</i>	<i>-0,2 p.p.</i>	<i>7,9%</i>	<i>7,5%</i>	<i>0,4 p.p.</i>	<i>5,2%</i>	<i>8,1%</i>	<i>-2,9 p.p.</i>			
Lucro Líquido Aj., controlador	766	886	-13,5%									
<i>Margem Líquida Ajustada</i>	<i>3,7%</i>	<i>4,5%</i>	<i>-0,7 p.p.</i>									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -6 milhões e R\$ -5 milhões entre Banco e Varejo em 2021 e 2020, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -67 milhões em 2021 e R\$ -49 milhões em 2020.

Em R\$ milhões	Consolidado			Atacadão			Carrefour Varejo			Banco Carrefour		
	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%
Vendas Brutas	81.185	74.751	8,6%	58.993	51.817	13,8%	22.192	22.934	-3,2%			
Vendas Brutas ex-gasolina	78.224	72.561	7,8%	58.993	51.817	13,8%	19.231	20.744	-7,3%			
Vendas Líquidas	73.552	67.640	8,7%	53.595	47.058	13,9%	19.957	20.582	-3,0%			
Outras Receitas (1)	4.199	3.551	18,2%	178	147	21,1%	546	494	10,5%	3.497	2.933	19,2%
Vendas Totais	77.751	71.191	9,2%	53.773	47.205	13,9%	20.503	21.076	-2,7%	3.497	2.933	19,2%
Lucro Bruto	14.876	13.918	6,9%	8.137	7.040	15,6%	4.745	5.161	-8,1%	2.016	1.740	15,9%
<i>Margem Bruta</i>	<i>20,2%</i>	<i>20,6%</i>	<i>-0,4 p.p.</i>	<i>15,2%</i>	<i>15,0%</i>	<i>0,2 p.p.</i>	<i>23,8%</i>	<i>25,1%</i>	<i>-1,3 p.p.</i>			
Despesas VG&A (2)	(9.211)	(8.360)	10,2%	(4.225)	(3.448)	22,5%	(3.668)	(3.698)	-0,8%	(1.086)	(1.042)	4,2%
<i>%VG&A de Vendas Líquidas</i>	<i>12,5%</i>	<i>12,4%</i>	<i>0,2 p.p.</i>	<i>7,9%</i>	<i>7,3%</i>	<i>0,6 p.p.</i>	<i>18,4%</i>	<i>18,0%</i>	<i>0,4 p.p.</i>			
EBITDA Ajustado (1) (2)	5.715	5.610	1,9%	3.925	3.605	8,9%	1.114	1.502	-25,8%	930	698	33,2%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>7,8%</i>	<i>8,3%</i>	<i>-0,5 p.p.</i>	<i>7,3%</i>	<i>7,7%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>	<i>5,6%</i>	<i>7,3%</i>	<i>-1,7 p.p.</i>			
Lucro Líquido Ajustado, controlador	2.399	2.758	-13,0%									
<i>Margem Líquida Ajustada</i>	<i>3,3%</i>	<i>4,1%</i>	<i>-0,8 p.p.</i>									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -22 milhões e R\$ -23 milhões entre Banco e Varejo em 2021 e 2020, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -232 milhões em 2021 e R\$ -172 milhões em 2020.

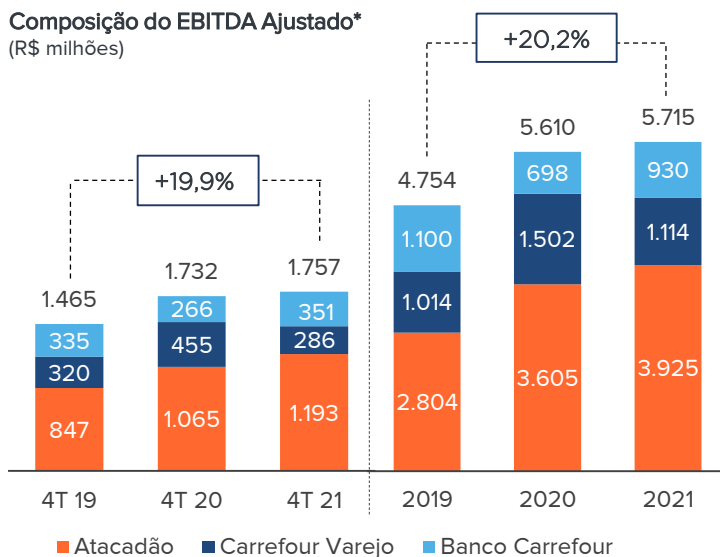
EBITDA Ajustado

Ecosistema poderoso levando a um crescimento de dois dígitos em dois anos

O EBITDA ajustado consolidado no 4T foi de R\$ 1,8 bilhão, 1,4% a/a, com margem de 8,5%. Esse resultado se deve à combinação do forte desempenho das lojas do Atacadão e da continuidade da tendência de recuperação do Banco Carrefour. Isso mais do que compensou o desempenho da divisão Varejo, que foi negativamente impactada pelo segmento não alimentar.

Em um acumulado de dois anos, o EBITDA Ajustado consolidado do 4T cresceu 19,9%, demonstrando mais uma vez a assertividade da nossa estratégia e o poder do nosso ecossistema.

No acumulado do ano, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 5,7 bilhões (margem de 7,8%) aumentando 1,9% em relação a 2020 e 20,2% em dois anos.



*Total inclui funções globais e eliminações intragrupo.

Desempenho Operacional por Segmento

Iniciativas digitais

Contínuo momento das vendas digitais de alimentos no Atacadão

O GMV total no 4T21 atingiu R\$ 1.012 bilhão, um aumento de 6,6% a/a, impulsionado pelas vendas digitais de alimentos.

O GMV Alimentar multiplicou 2,5x (+146,5%) no 4T21 em relação ao mesmo período do ano anterior e já representa 46,6% do GMV total. Esse desempenho é ainda mais relevante considerando a forte base comparável do ano passado. O canal digital do Atacadão continua ganhando força (aumento de 100,7% vs 3T21), representando 2,1% de suas vendas totais no trimestre ou 73,7% do total de vendas de alimentos via canal digital do Grupo, reforçando o poder e escalabilidade do nosso modelo. No ano de 2021, o GMV alimentar cresceu +77,7% e, em dois anos, o segmento cresceu seis vezes.

A tendência no segmento não alimentar foi semelhante à observada no 3T21 e foi amplamente impactada pela forte base de comparação. Eletrodomésticos foi a categoria mais impactada no 1P no trimestre, apresentando queda de -48,1% vs. 4T20 e -35,1% no acumulado do ano.

O 3P, que é quase inteiramente constituído por produtos não alimentares do Varejo, apresentou a mesma dinâmica.

Implementando novas iniciativas

O Atacadão continua evoluindo suas parcerias com os operadores de entrega de rápida, agora disponíveis em 121 lojas em 20 estados. No 4T21, em linha com sua estratégia de oferecer mais serviços digitais aos clientes B2B, o Atacadão iniciou uma parceria com o app Facily: uma plataforma de compras em grupo que, por meio de seu modelo de negócios, atende a regiões remotas e de difícil acesso. Com esta nova parceria, o Atacadão reforça mais uma vez sua capacidade de oferecer comodidade e melhores preços a todos os clientes.

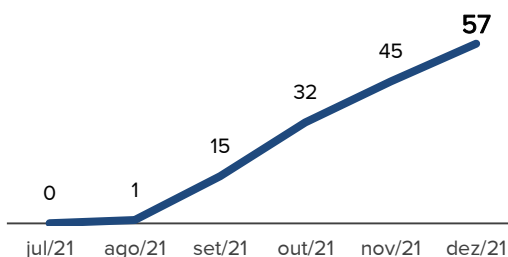
No Varejo, a implementação do *in-store picking* está evoluindo e no final do ano já estava presente em 57 lojas, substituindo gradualmente as *side stores*. Em dez/2021, o número total de clientes mais que dobrou, pois alcançamos quase 40% de novos clientes após a implementação da iniciativa (vs. 25% anteriormente), impulsionando as vendas de e-commerce alimentar no Varejo, que dobraram também. Esses resultados reforçam a assertividade do nosso novo modelo com maior sortimento, raio de entrega/tempo reduzido e o mesmo preço das lojas.

Vendas alimentos digitais

6,5x crescimento em 2 anos

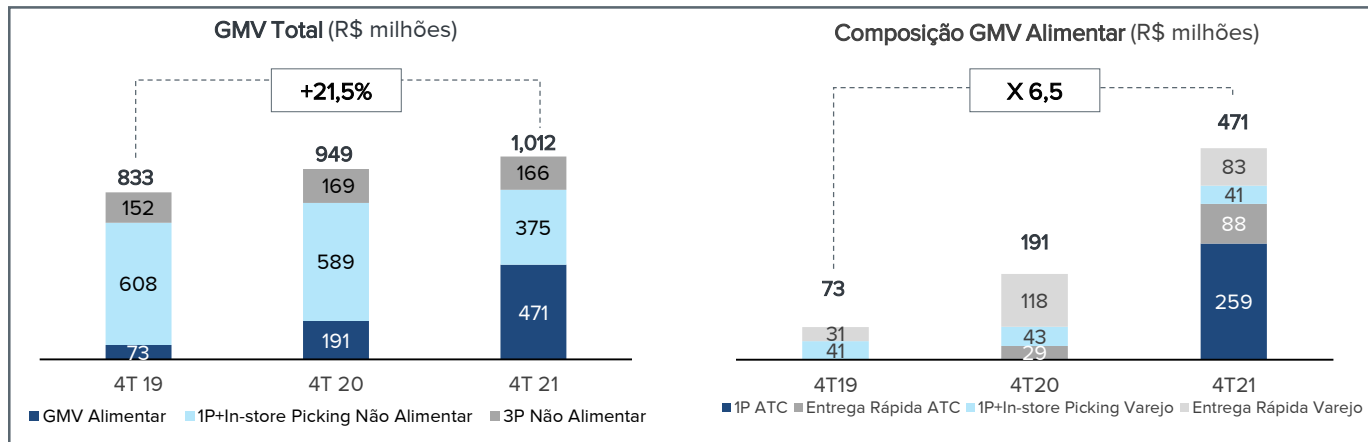
47% do GMV total no 4T21

Evolução Picking nas Lojas (# de lojas)



	Crescimento Total				Crescimento Total			
	4T 21 (R\$ MM)	4T 21 vs 4T 20	4T 20 vs 4T 19	4T 21 vs 4T 19	2021 (R\$ MM)	2021 vs 2020	2020 vs 2019	2021 vs 2019
Serviço de entrega rápida ⁽¹⁾	172	17,0%	369,8%	449,5%	631	41,1%	376,1%	571,6%
In-store picking Varejo Alimentar	20	n.a.	n.a.	n.a.	20	n.a.	n.a.	n.a.
1P Alimentar	280	529,4%	7,5%	576,6%	569	137,9%	119,3%	421,8%
GMV Alimentar	471	146,5%	163,3%	549,2%	1.220	77,7%	238,3%	500,9%
In-store picking Varejo Não Alimentar	3	n.a.	n.a.	n.a.	3	n.a.	n.a.	n.a.
1P Não Alimentar	371	-37,0%	-3,1%	-39,0%	1.463	-26,4%	23,8%	-8,9%
3P	166	-1,7%	10,9%	9,0%	529	-19,9%	52,1%	21,9%
GMV Não Alimentar	540	-28,7%	-0,3%	-28,9%	1.995	-24,7%	29,8%	-2,2%
GMV Total (inc. serv. entrega rápida)	1.012	6,6%	13,9%	21,5%	3.215	-3,6%	48,7%	43,4%

(1) Last-mile delivery is already included in multi-format and Atacadão's sales.



Atacadão: 2021 marcado por rápida expansão, forte crescimento LfL em 2 anos

Aceleração na expansão compensa a desafiadora base de comparação de LfL

O ano de 2021 foi marcado pela aceleração da expansão do Atacadão, e o 4T21 demonstrou isso novamente. As vendas brutas atingiram R\$ 16,7 bilhões no trimestre, e apesar de uma evolução LFL negativa de -5,0% a/a, a expansão mais acelerada de 10,9% a/a, aliada ao bom desempenho do canal digital – que representou 2,1% das vendas totais do Atacadão - levaram a um crescimento total de 6,6% a/a.

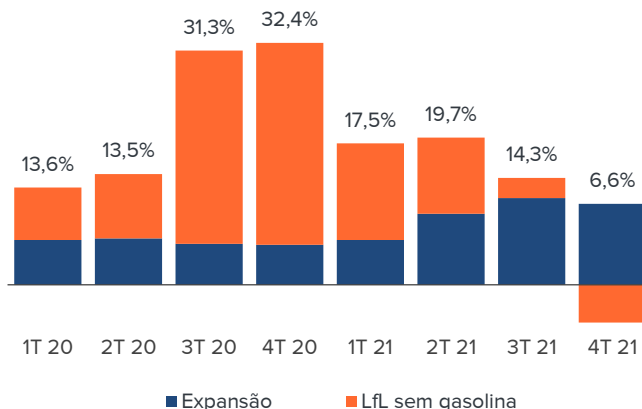
O desempenho LfL negativo esperado no trimestre vem em cima da base de comparação mais forte de 2020 - o LfL no 4T20 foi de 27,0% - e em meio a um ambiente macro em deterioração. Com a inflação persistentemente alta – o IPCA Alimentação em Domicílio encerrou o ano em 8,2% (10,4% no trimestre) segundo o IBGE – a queda nos volumes era esperada. A partir de janeiro de 2022, esperamos uma normalização gradual nos níveis de volume e, conseqüentemente, no LFL do Atacadão.

A expansão continuou em ritmo constante e inauguramos 9 novas lojas de Cash & Carry no trimestre, reforçando a relevância do formato em um ambiente de crise.

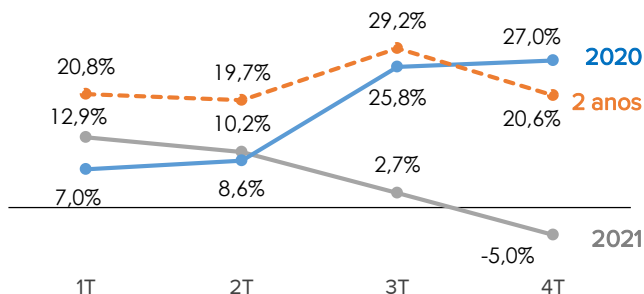
Comprometidos em acelerar o ritmo de expansão e em linha com o anunciado no início de 2021, nos últimos 12 meses inauguramos 44 lojas Cash & Carry – sendo 22 Makro e 22 lojas orgânicas – e 3 operações de atacado de entrega. Encerramos o ano com 250 lojas Cash & Carry e 33 atacados de entrega.

Em um período de dois anos, entregamos um crescimento total de 41,1% (21% LfL).

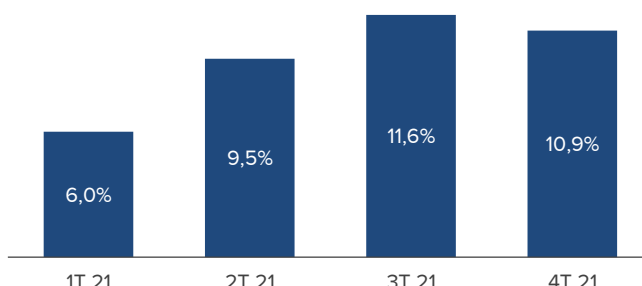
Evolução vendas Atacadão a/a



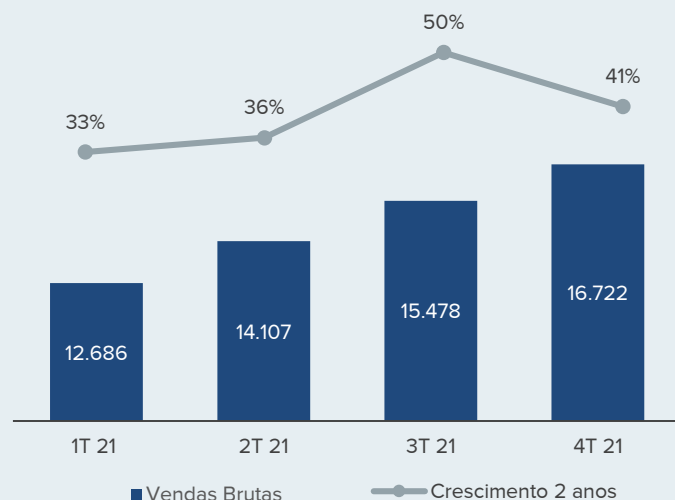
LfL sem gasolina



Expansão

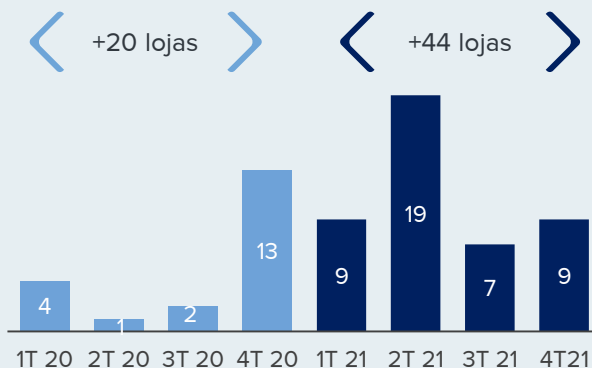


Crescimento vendas brutas totais em 2 anos



Evolução da abertura de lojas

+64 lojas em 2 anos



Mais um trimestre de EBITDA recorde, demonstrando a força do modelo

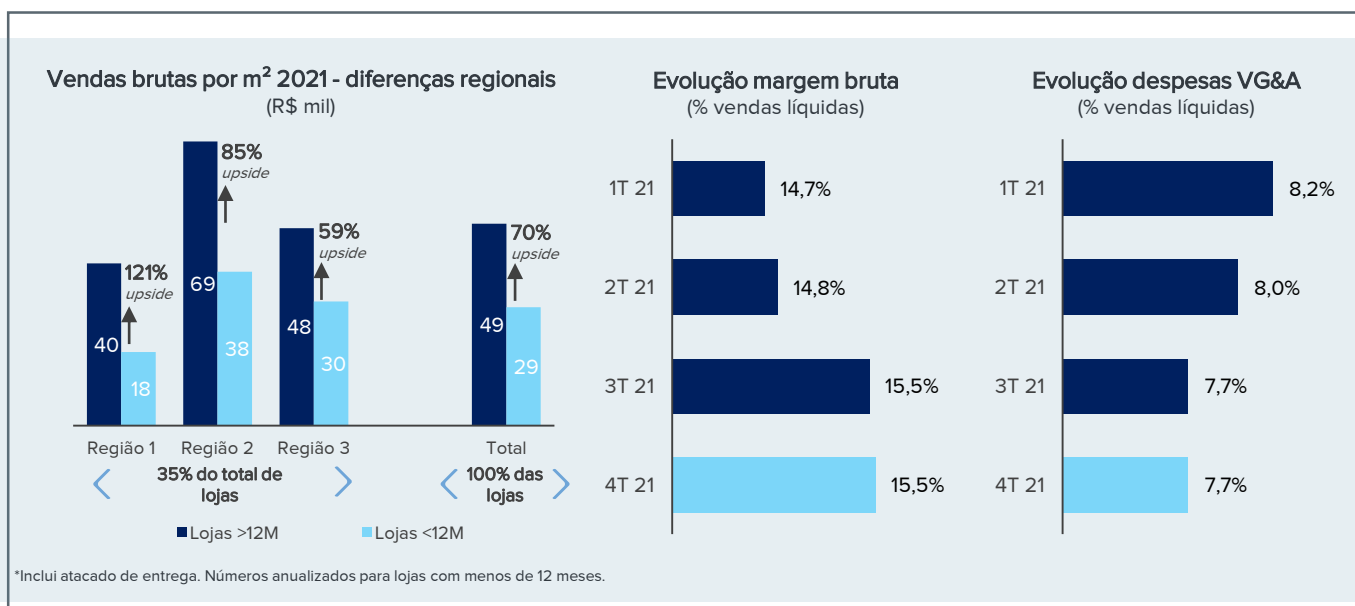
Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	4T 19	4T 21 vs 4T 20	4T 21 vs 4T 19	2021	2020	2019	2021 vs 2020	2021 vs 2019
Vendas Brutas	16.722	15.692	11.855	6,6%	41,1%	58.993	51.817	42.055	13,8%	40,3%
Vendas Líquidas	15.196	14.276	10.790	6,4%	40,8%	53.595	47.058	38.220	13,9%	40,2%
Outras Receitas	47	40	40	16,6%	16,6%	178	147	140	21,1%	27,1%
Vendas Totais	15.243	14.316	10.830	6,5%	40,7%	53.773	47.205	38.360	13,9%	40,2%
Lucro Bruto	2.362	2.012	1.669	17,4%	41,5%	8.137	7.040	5.895	15,6%	38,0%
Margem Bruta	15,5%	14,1%	15,5%	1,4 p.p.	0,1 p.p.	15,2%	15,0%	15,4%	0,2 p.p.	-0,2 p.p.
Despesas VG&A	(1.173)	(951)	(823)	23,3%	42,5%	(4.225)	(3.448)	(3.101)	22,5%	36,2%
%VG&A de Vendas Líquidas	7,7%	6,7%	7,6%	1,1 p.p.	0,1 p.p.	7,9%	7,3%	8,1%	0,6 p.p.	-0,2 p.p.
EBITDA Ajustado	1.193	1.065	847	12,0%	40,9%	3.925	3.605	2.804	8,9%	40,0%
Margem EBITDA Ajustada	7,9%	7,5%	7,8%	0,4 p.p.	0,0 p.p.	7,3%	7,7%	7,3%	-0,3 p.p.	0,0 p.p.

O 4T21 seguiu as mesmas tendências observadas no 3T21, e continuamos enfrentando um ambiente de alta inflação e menor elasticidade do consumidor em relação aos preços, principalmente em produtos básicos. Nesse cenário, realizamos compras oportunísticas e conseguimos novamente um posicionamento de preço competitivo, crescimento de receita e altos níveis de rentabilidade.

O lucro bruto total do Atacado aumentou 17,4% no trimestre para R\$ 2,4 bilhões e a margem bruta ficou em 15,5%, +1,4 p.p. vs 4T20 e estável vs 3T21. Despesas VG&A aumentaram para R\$ 1,2 bilhão (+23,3%), principalmente devido à aceleração das aberturas de lojas.

As despesas com vendas, gerais e administrativas como percentual da receita líquida apresentaram aumento de 1,06 p.p a/a, impactadas pela aceleração da expansão. Apesar desse aumento, a tendência sequencial é estável t/t e melhorou 0,3 p.p. vs 2T21 e 0,5 p.p. vs 1T21, resultado da maturação de novas lojas.

O EBITDA Ajustado atingiu impressionantes R\$ 1,2 bilhão no trimestre, superando o forte patamar do 3T21 e 12% superior a/a, com margem de 7,9%. Comparado ao 4T19, o EBITDA ajustado foi 40,9% superior em termos nominais com margem estável, demonstrando mais uma vez a força do modelo, capacidade de crescimento e integração rápida de M&A com execução superior.



Carrefour Varejo

Resiliência do segmento alimentar e rentabilidade estável em 2 anos

As vendas totais do Carrefour Varejo atingiram R\$ 6,1 bilhões no 4T21, uma queda de 3,4% de LfL vs. 4T20 (-9,2% LfL ex-gasolina). Isso marca uma continuação das tendências observadas durante 2021.

A categoria alimentar mostrou novamente sua resiliência e registrou um crescimento LfL positivo de 1,4%, além do forte crescimento de 14,2% 4T20, impulsionado por um ambiente atípico de COVID-19. Ao longo de dois anos, as vendas totais permaneceram sólidas e encerraram o 4T21 em território positivo (+3,0%), impulsionadas pelo crescimento de 15,9% do segmento alimentar no período.

Nossos produtos de marca própria continuam quebrando recordes a cada trimestre. No 4T21, eles representaram 19,4% das vendas líquidas totais de alimentos (+4,5 p.p. vs 4T20) e os volumes continuaram a crescer +33% no 4T21 a/a, com forte desempenho principalmente na categoria de produtos frescos (volumes +65%). Encerramos o trimestre com aproximadamente 3.240 SKUs (+16,9% ou 470 SKUs a/a).

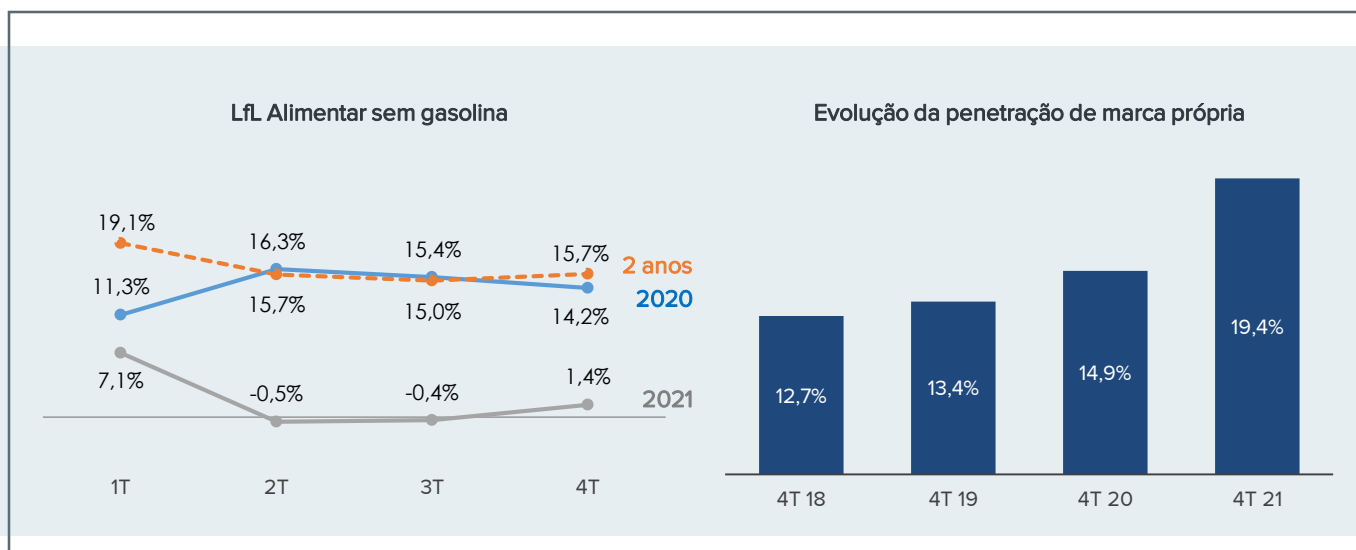
Também tivemos um crescimento significativo de 35% a/a no 4T21 de frutas e vegetais “Únicos” – aqueles que não atendem aos padrões usuais em termos visuais, mas são perfeitos para consumo e vendidos a preços promocionais.

O Grupo Carrefour Brasil reconhece seu papel na sociedade e acredita que os itens de marca própria têm maior relevância nas cestas de clientes no atual ambiente inflacionário volátil e desafiador que impacta o poder de compra. Assim, pela segunda vez durante este período de pandemia, decidimos congelar os preços dos nossos produtos de marca própria de novembro/21 a janeiro/22.

As vendas LfL de produtos não-alimentares caíram 23,0% no 4T21 a/a, uma vez que continuaram sendo impactadas por uma base de comparação muito desafiadora e também pela deterioração do ambiente econômico já mencionada.

	4T 21 (R\$ MM)	LfL		Crescimento Total		2021 (R\$ MM)	LfL		Crescimento Total	
		4T 21 vs 4T 20	4T 21 vs 4T 19	4T 21 vs 4T 20	4T 21 vs 4T 19		2021 vs 2020	2021 vs 2019	2021 vs 2020	2021 vs 2019
Multi-formato com serv. entrega rápida	4.746	-5,6%	9,4%	-5,5%	9,4%	17.601	-4,7%	12,9%	-5,0%	12,8%
Alimentar	3.231	2,1%	16,8%	2,2%	16,9%	11.819	2,5%	16,0%	2,3%	16,0%
Não Alimentar ⁽¹⁾	1.515	-18,5%	-3,6%	-18,6%	-3,7%	5.781	-16,6%	7,0%	-16,9%	6,7%
E-commerce	392	-37,9%	-39,9%	-37,9%	-39,6%	1.630	-26,5%	-4,9%	-26,7%	-4,9%
Alimentar 1P	21	-50,7%	-49,5%	-50,7%	-49,2%	168	-28,8%	54,1%	-29,0%	53,9%
Não Alimentar 1P ⁽¹⁾	371	-37,0%	-39,3%	-37,0%	-39,0%	1.463	-26,2%	-8,9%	-26,4%	-8,9%
Carrefour (s/ gasolina): Multi-formato + E-comm	5.138	-9,2%	2,9%	-9,2%	3,0%	19.231	-7,1%	11,1%	-7,3%	11,0%
Alimentar	3.252	1,4%	15,7%	1,5%	15,9%	11.987	1,8%	16,4%	1,6%	16,4%
Não Alimentar ⁽¹⁾	1.886	-23,0%	-13,6%	-23,0%	-13,5%	7.244	-18,8%	3,4%	-19,1%	3,2%
3P	161	-2,5%	5,6%	-2,5%	6,1%	512	-21,4%	17,8%	-21,7%	17,8%
Carrefour + GMV (s/ gasolina)	5.300	-9,0%	3,0%	-9,0%	3,1%	19.743	-7,5%	11,3%	-7,7%	11,2%

(1) Includes drugstores.



Melhorias estruturais confirmadas em 2021

O lucro bruto consolidado do Carrefour Varejo atingiu R\$ 1,3 bilhão ou 23,2% no 4T21, 1,7 p.p. abaixo do mesmo período do ano passado, impactado pelo novo programa de fidelidade e pelo já esperado *trade down* dos consumidores em meio ao ambiente desafiador atual. Além disso, a margem bruta do ano passado foi levemente impulsionada pelo cancelamento da Black Friday, o que não ocorreu no 4T21.

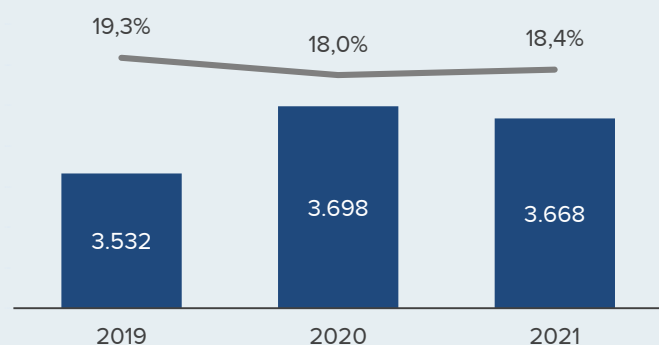
Embora as despesas VG&A tenham aumentado 4,6% para R\$ 991 milhões no 4T21, impactadas pelo aumento dos custos de energia e mão de obra, as melhorias de eficiência estrutural implementadas desde o ano passado resultaram em uma redução de 0,8% no ano. É importante mencionar que ainda temos despesas adicionais relacionadas ao COVID-19.

Em um período de dois anos, as despesas com vendas, gerais e administrativas do Carrefour Varejo aumentaram 5,7% e ficaram praticamente estáveis em relação à receita líquida.

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	4T 19	4T 21 vs 4T 20	4T 21 vs 4T 19	2021	2020	2019	2021 vs 2020	2021 Vs 2019
Vendas Brutas	6.059	6.271	5.783	-3,4%	4,8%	22.192	22.934	20.165	-3,2%	10,1%
Vendas Brutas ex-gasolina	5.138	5.656	4.987	-9,2%	3,0%	19.231	20.744	17.321	-7,3%	11,0%
Vendas Líquidas	5.465	5.597	5.224	-2,4%	4,6%	19.957	20.582	18.299	-3,0%	9,1%
Outras Receitas	155	169	130	-8,5%	18,9%	546	494	460	10,5%	18,7%
Vendas Totais	5.620	5.766	5.354	-2,5%	5,0%	20.503	21.076	18.759	-2,7%	9,3%
Lucro Bruto	1.268	1.394	1.248	-9,0%	1,6%	4.745	5.161	4.507	-8,1%	5,3%
<i>Margem Bruta</i>	<i>23,2%</i>	<i>24,9%</i>	<i>23,9%</i>	<i>-1,7 p.p.</i>	<i>-0,7 p.p.</i>	<i>23,8%</i>	<i>25,1%</i>	<i>24,6%</i>	<i>-1,3 p.p.</i>	<i>-0,9 p.p.</i>
Despesas VG&A**	(991)	(948)	(938)	4,6%	5,7%	(3.668)	(3.698)	(3.532)	-0,8%	3,9%
<i>%VG&A de Vendas Líquidas</i>	<i>18,1%</i>	<i>16,9%</i>	<i>18,0%</i>	<i>1,2 p.p.</i>	<i>0,2 p.p.</i>	<i>18,4%</i>	<i>18,0%</i>	<i>19,3%</i>	<i>0,4 p.p.</i>	<i>-0,9 p.p.</i>
EBITDA Ajustado**	286	455	320	-37,1%	-10,6%	1.114	1.502	1.014	-25,8%	9,9%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>5,2%</i>	<i>8,1%</i>	<i>6,1%</i>	<i>-2,9 p.p.</i>	<i>-0,9 p.p.</i>	<i>5,6%</i>	<i>7,3%</i>	<i>5,5%</i>	<i>-1,7 p.p.</i>	<i>0,0 p.p.</i>

O EBITDA Ajustado consolidado do Carrefour Varejo totalizou R\$ 286 milhões ou 5,2% da receita líquida no 4T21. No ano, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 1,1 bilhão ou 5,6% da receita líquida, praticamente estável em dois anos, beneficiando-se da resiliência do Varejo e melhorias estruturais contínuas no digital.

Evolução despesas VG&A
(em R\$ milhões e como % das vendas líquidas)



Diluição de VG&A
em 2 anos
-0.9 p.p.

Banco Carrefour

Resultados fortes em um ambiente em deterioração

O faturamento do Banco Carrefour cresceu 14,6% e atingiu R\$ 13,3 bilhões no 4T21, impulsionado pelos cartões de crédito Carrefour e Atacadão, que apresentaram crescimento de +8,8% e +26,1%, respectivamente. As vendas cruzadas e novos produtos, que compreendem principalmente empréstimos pessoais, também apresentaram números sólidos de R\$ 155 milhões.

O canal *off-us* continuou sua forte tendência de crescimento de 20,4% a/a no 4T21, destacando a força de nossos cartões de crédito e o potencial que temos na vida de nossos clientes fora do ecossistema. As vendas *on-us*, impactadas principalmente pelos menores volumes do segmento não alimentar no Varejo durante o ano, caíram 1,6% a/a no último trimestre de 2021.

A carteira de crédito total atingiu R\$ 15,4 bilhões, alta de 13,4% a/a (IFRS9), confirmando a assertividade de nossa estratégia nos últimos dois anos, equilibrando foco no crescimento com exposição disciplinada ao risco.

Nossa receita aumentou 39,5% a/a no 4T21, favorecida pela sazonalidade usual no último trimestre do ano, mas também refletindo uma maior propensão a empréstimos dos clientes em um ambiente econômico difícil.

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	4T 19	4T 21 vs 4T 20	4T 21 vs 4T 19	2021	2020	2019	2021 vs 2020	2021 vs 2019
Faturamento cartão Carrefour	8.486	7.802	6.879	8,8%	23,4%	30.907	25.919	23.650	19,2%	30,7%
Faturamento cartão Atacadão	4.641	3.680	2.721	26,1%	70,6%	16.624	11.971	8.966	38,9%	85,4%
Outros produtos*	155	106	122	45,7%	26,8%	640	325	482	96,7%	32,8%
Faturamento Total	13.282	11.588	9.722	14,6%	36,6%	48.171	38.216	33.097	26,1%	45,5%
Total da carteira de crédito	15.351	13.535	11.570	13,4%	32,7%	15.351	13.535	11.570	13,4%	32,7%

*Outros produtos incluem empréstimos pessoais e pagamento de contas com o cartão.

Carga de risco: Nível adequado em um ambiente econômico deteriorado

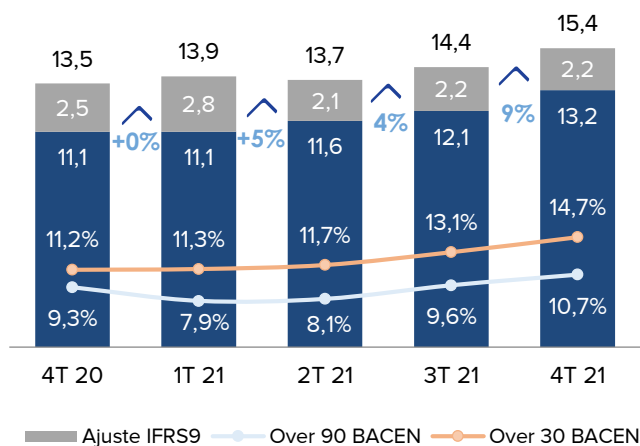
A carga de risco permaneceu praticamente nos mesmos níveis observados em 2021 e atingiu R\$ 369 milhões no 4T, -5,1% t/t. Na comparação a/a, cresceram 101,6%, refletindo a abordagem de provisionamento adequada diante de um ambiente econômico deteriorado.

Embora o 4T21 seja sazonalmente favorecido pelo pagamento do 13º salário, nosso nível de inadimplência (Non-Performing Loans - NPLs) continuaram aumentando no 4T21, após o processo natural de envelhecimento observado desde o final de 2020. O indicador Over 90 atingiu 10,7% e Over 30 foi 14,7%.

O índice de eficiência – índice que mede a eficiência na gestão das despesas do Banco – atingiu 30,8% no trimestre, seu melhor patamar desde o IPO do Grupo Carrefour Brasil e uma melhora de 9,2 p.p. em relação ao 4T20.

Mesmo com o impacto adicional da Lei 14.183/21, que elevou a alíquota do imposto de renda para instituições financeiras de 45% para 50% de julho a dezembro de 2021, o lucro líquido atingiu R\$ 193 milhões no último trimestre de 2021, um aumento de 35,9%.

Evolução Portfólio de Crédito (R\$ bilhões)



Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	4T 19	4T 21 vs 4T 20	4T 21 vs 4T 19	2021	2020	2019	2021 vs 2020	2021 vs 2019
Receitas da intermediação financeira	1.007	722	829	39,5%	21,5%	3.497	2.933	2.965	19,2%	17,9%
Carga de risco	(369)	(183)	(239)	101,6%	54,4%	(1.481)	(1.193)	(898)	24,1%	64,9%
Resultado bruto da intermediação financeira	638	539	590	18,4%	8,1%	2.016	1.740	2.067	15,9%	-2,5%
Despesas VG&A	(287)	(273)	(255)	5,1%	12,5%	(1.086)	(1.042)	(967)	4,2%	12,3%
EBITDA ajustado	351	266	335	32,0%	4,8%	930	698	1.100	33,2%	-15,5%
Despesa com depreciação e amortização	(12)	(9)	(9)	33,3%	33,3%	(44)	(36)	(34)	22,2%	29,4%
EBIT ajustado	339	257	326	31,9%	4,0%	886	662	1.066	33,8%	-16,9%
Outras receitas (despesas)	(28)	(14)	(13)	100,0%	115,4%	(69)	(59)	(54)	16,9%	27,8%
Resultado financeiro	(6)	(4)	(6)	50,0%	0,0%	(15)	(13)	(25)	15,4%	-40,0%
Imposto de renda	(112)	(97)	(84)	15,5%	33,3%	(339)	(237)	(344)	43,0%	-1,5%
Lucro líquido (100%)	193	142	223	35,9%	-13,5%	463	353	643	31,2%	-28,0%

Resultado Financeiro Consolidado (Após EBITDA Ajustado)

Outras receitas e despesas operacionais

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	Δ milhões de R\$	2021	2020	Δ milhões de R\$
Custos de reestruturação	(7)	(4)	(3)	(50)	(26)	(24)
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos	(32)	(19)	(13)	(47)	(105)	58
Receitas e despesas relativas a demandas judiciais	204	138	66	325	208	117
Projeto Pinheiros	0	0	-	495	0	495
Despesas com transações de M&A e outras	(17)	(59)	42	(89)	(83)	(6)
Outras receitas e despesas operacionais	148	56	92	634	(6)	640

Outras receitas aumentaram R\$ 92 milhões para R\$ 148 milhões no 4T21, impulsionadas por maiores receitas relacionadas a litígios, principalmente devido a: (i) decisões favoráveis e acordos de conciliação alcançados em processos administrativos (esfera cível); e (ii) autuações recentes no Atacadão relacionadas à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Imposto de Renda

As despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram R\$ 230 milhões no 4T21, R\$ 134 milhões ou 36,8% inferior ao mesmo período do ano anterior. A alíquota efetiva no trimestre foi de 17,4% vs. 26,5% no 4T20, favorecida pelo efeito de R\$ 107 milhões de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade da tributação dos valores relativos à taxa Selic recebidos em caso de pagamento indevido de impostos. Isso mais do que compensou a maior contribuição em nosso lucro consolidado antes de impostos do nosso banco, cuja alíquota de imposto de renda e contribuição social era de 50% de julho a dezembro de 2021, conforme determinado pela Lei 14.183/21 (de 45% antes). A alíquota efetiva ajustada para itens não recorrentes ficou em 28,1% no 4T21 e 29,4% em 2021

Alíquota efetiva de 2021
22,2%
(29,4% ajustada)

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	Δ	Δ%	2021	2020	Δ	Δ%
EBITDA Ajustado	1.757	1.732	25	1,4%	5.715	5.610	105	1,9%
Outras receitas e despesas operacionais	148	56	92	163,9%	634	(6)	640	n.m.
Depreciação e amortização	(314)	(278)	(36)	13,0%	(1.223)	(1.092)	(131)	12,0%
Receitas e despesas financeiras	(266)	(140)	(126)	89,7%	(786)	(579)	(207)	35,8%
Lucro Antes dos Impostos*	1.325	1.370	(45)	-3,3%	4.340	3.933	407	10,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(230)	(364)	134	-36,8%	(965)	(1.081)	116	-10,7%
Alíquota Efetiva	17,4%	26,5%			22,2%	27,5%		

Em R\$ milhões	4T 21	Ajustes	4T 21 Ajustado	2021	Ajustes	2021 Ajustado
Lucro antes dos impostos e contribuições*	1.325	(151)	1.174	4.340	(639)	3.701
Imposto de Renda e Contribuição Social	(230)	(100)	(330)	(965)	(125)	(1.090)
Alíquota Efetiva	17,4%		28,1%	22,2%		29,4%

*Não inclui resultado de equivalência patrimonial.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado, Acionista Controlador

O lucro líquido ajustado fornece uma visão mais clara do lucro líquido recorrente. É calculado como lucro líquido, menos outras receitas e despesas operacionais e o correspondente efeito financeiro e no imposto de renda.

Como resultado dos efeitos mencionados e também do impacto do aumento das despesas financeiras (maior nível de endividamento e taxas de juros), o lucro líquido ajustado atingiu R\$ 766 milhões ou 3,7% da receita líquida no 4T21. Em 2021 o lucro líquido ajustado totalizou R\$ 2,4 bilhões ou 3,3% da receita líquida do Grupo Carrefour Brasil.

Lucro Líquido 2021
R\$ 2,4 bi
em uma forte base de comparação

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Lucro líquido, controladores	1.017	935	8,8%	3.144	2.671	17,7%
(+/-) Outras receitas(despesas)	(148)	(56)	163,8%	(635)	6	n.m.
(+/-) Resultado financeiro (não recorrente)	(3)	2	-268,5%	(4)	67	-105,6%
(+/-) Imposto de renda de outros itens de receita (despesas)	(100)	5	n.m.	(125)	14	n.m.
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	0	0	n.m.	19	0	n.m.
Lucro líquido ajustado, controladores	766	886	-13,5%	2.399	2.758	-13,0%
Margem líquida	3,7%	4,5%	-0,7 p.p.	3,3%	4,1%	-0,8 p.p.

Capital de Giro

Demonstrando a forte sazonalidade do último trimestre do ano, nosso capital de giro permaneceu em níveis comparáveis ao do 4T20, com estoques 2 dias acima, impulsionados pelas compras do Atacado. Antes dos recebíveis, o capital de giro representou um recurso líquido de R\$ 5,8 bilhões (34 dias) no 4T21. Ao todo, representou um recurso líquido de R\$ 4,8 bilhões ou 29 dias.

Capital de giro líquido
R\$ 4,8 bi

	4T21		3T21		2T21		1T21		4T20	
	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias
(+) Estoques	8.788	52	8.534	53	7.867	50	7.958	52	7.709	50
(-) Fornecedores (**)	(14.553)	(87)	(8.670)	(54)	(9.194)	(58)	(8.428)	(55)	(13.860)	(90)
(=) Capital de Giro antes dos recebíveis	(5.766)	(34)	(136)	(1)	(1.327)	(8)	(470)	(3)	(6.151)	(40)
(+) Contas a Receber (*)	951	6	2.503	15	1.659	11	1.429	9	1.051	7
(=) Capital de Giro incluindo recebíveis	(4.815)	(29)	2.367	15	332	2	959	6	(5.100)	(33)

(*) Recebíveis comerciais, excluindo recebíveis de aluguel das galerias (Carrefour Property) e fornecedores

(**) Excluindo fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis e líquido de descontos a serem recebidos de fornecedores

Os índices de capital de giro acima são calculados usando o Custo de Mercadorias Vendidas

Perfil da Dívida e Resultado Financeiro Líquido

Os empréstimos líquidos de derivativos para cobertura totalizaram R\$ 6,9 bilhões em dezembro de 2021, R\$ 3,3 bilhões superior ao final de 2020, explicado por duas linhas de crédito rotativo contratadas com o Carrefour Finance em dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, das quais a Companhia já utilizou valor total de € 725 milhões (R\$ 4,6 bilhões) – a Companhia já pagou R\$ 3,0 bilhões desse valor com vencimento em dezembro de 2021. Houve também um empréstimo com quatro bancos no valor de R\$ 1,9 bilhão assinado em setembro.

Com efeito da recente entrada de capital da referida nova dívida e também como resultado de sua forte geração de caixa, a Companhia encerrou 2021 com caixa líquido de R\$ 565 milhões. Incluindo os recebíveis descontados, o Grupo Carrefour Brasil encerrou dezembro com dívida líquida de R\$ 2,4 bilhões ou 0,43x EBITDA Ajustado LTM. Considerando a dívida líquida média LTM (R\$ 5,9 bilhões, incluindo recebíveis descontados e usando números de final de trimestre), a alavancagem representaria 1,03x o EBITDA Ajustado LTM em dezembro de 2021 (vs 0,51x em 2020).

Em R\$ milhões	Dez. 21	Dez. 20
Empréstimos	(6.877)	(3.617)
Caixa e equivalentes de caixa	6.945	5.672
Títulos e valores mobiliários – Banco Carrefour	497	358
(Dívida Líq.) Caixa Líquido	565	2.413
Recebíveis descontados	(3.013)	(2.100)
(Dívida Líq.) Caixa Líquido (c/ recebíveis descontados)	(2.448)	313
Dívida com aluguéis (IFRS 16)	(2.038)	(1.860)
(Dívida Líq.) Caixa Líquido (c/ aluguéis e recebíveis descontados)	(4.486)	(1.547)
<i>(Dívida Líquida) Caixa líquido (c/ recebíveis descontados) / EBITDA Ajustado LTM</i>	- 0,43x	0,06x
<i>(Dívida Líquida) Caixa líquido (c/ recebíveis descontados e aluguéis) / EBITDA Ajustado LTM</i>	- 0,79x	0,28x

O custo líquido da dívida (incluindo recebíveis descontados) totalizou R\$ 169 milhões no 4T21, impulsionado pelo aumento do nível de endividamento em relação a 2020 e também pelo aumento das taxas de juros no Brasil. O resultado financeiro líquido representou uma despesa de R\$ 266 milhões neste trimestre, R\$ 126 milhões superior ao 4T20.

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Custo da dívida bancária, bruto	(178)	(52)	242,2%	(426)	(199)	114,0%
Juros de antecipação de cartões de crédito	(40)	(14)	187,1%	(66)	(89)	-25,6%
Receita Financeira	49	10	390,7%	67	47	42,7%
Custo da dívida, Líquido (c/ recebíveis descontados)	(169)	(56)	201,9%	(425)	(241)	76,4%
Despesas com juros sobre aluguéis (IFRS 16)	(52)	(49)	6,1%	(211)	(183)	15,3%
Custo da dívida, Líquido (c/ aluguéis e recebíveis descontados)	(221)	(105)	110,5%	(636)	(424)	50,0%
Juros líquidos sobre provisões e depósitos judiciais	(33)	(18)	84,5%	(109)	(70)	56,0%
Variação cambial, ganhos e (perdas) líquida	(1)	(7)	-82,6%	(1)	(32)	n.m.
Outros	(11)	(10)	8,6%	(40)	(53)	-24,8%
Resultado financeiro líquido	(266)	(140)	89,7%	(786)	(579)	35,8%

Investimentos

O Capex total foi de R\$ 927 milhões no 4T21 (+34,3% a/a) impulsionado principalmente pela contínua aceleração da expansão do Atacadão (+9 lojas orgânicas no 4T21 em cima de 35 até setembro) e também pelo aumento dos custos relacionados à construção. O valor negativo no efeito do IFRS 16 (ativos de direito de uso) no 4T21 refere-se a um ajuste contábil de R\$ 55 milhões devido à revisão dos valores de aluguéis registrados a serem pagos pela Companhia no futuro. Os investimentos totais foram de R\$ 911 milhões no 4T21.

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Expansão*	670	434	54,4%	2.035	1.028	98,0%
Manutenção	122	94	29,6%	338	293	15,2%
Reformas de Lojas	26	39	-33,6%	87	85	2,2%
TI e outros	109	123	-11,3%	324	277	16,8%
Capex Total	927	690	34,3%	2.784	1.683	65,4%
Direito de uso de arrendamento	-16	463	-103,5%	360	651	-44,7%
Total de adições de ativo fixo	911	1.153	-21,0%	3.144	2.334	34,7%
Aquisição lojas Makro	-	1.333	n.m.	170	1.529	-88,9%
Aquisição Grupo BIG	-	-	n.m.	900	-	n.m.
Investimentos Totais Capex + M&A	911	2.487	-63,4%	4.214	3.863	9,1%

*Inclui o valor referente à conversão das lojas Makro.

Fluxo de Caixa Livre

O Grupo Carrefour Brasil conseguiu manter uma geração de caixa muito forte mesmo quando comparado ao ano atípico de 2020, graças ao seu sólido desempenho das operações e também da gestão do capital de giro. Com isso, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais cresceu 14,3%.

Incluindo o efeito do aumento do Capex (+65,4%) para suportar a expansão mais acelerada do Atacadão (+44 lojas em 2021 vs. +20 lojas em 2020), o Fluxo de Caixa Livre totalizou R\$ 2,1 bilhões (-15,1% vs. 2020).

Em R\$ milhões	2021	2020	Δ%
Fluxo de Caixa Bruto das Operações	5,543	5,416	2.3%
Imposto de renda pago	-1,144	-1,201	-4.7%
Fluxo de Caixa Bruto das Operações, líquido de imposto de renda	4,399	4,215	4.4%
Variação nas exigências de capital de giro de mercadorias	-285	342	-183.3%
Variação em Contas a pagar	693	2,371	-70.8%
Variação em Estoques	-1,079	-1,760	-38.7%
Variação em Contas a receber	100	-269	-137.3%
Variação em Outros Ativos e Passivos Circulantes	333	-393	-184.7%
Variação no crédito ao consumidor, líquido concedido por empresa de serviços financeiros	109	-178	-161.2%
Variação do Capital de Giro	157	-229	-168.6%
Fluxo de Caixa das Operações	4,556	3,986	14.3%
Capex (excluindo direito de uso e aquisições do Makro e Grupo BIG)	-2,784	-1,683	65.4%
Variações em contas a pagar aos fornecedores de ativos fixos	277	81	241.4%
Alienação de ativos fixos	11	42	-73.8%
Fluxo de Caixa de Investimentos operacionais	-2,496	-1,560	60.0%
Fluxo de Caixa Livre (*)	2,060	2,426	-15.1%
Lease operacional (IFRS16)	-339	-290	16.9%
Custo da dívida	-193	-275	-29.8%
Fluxo de Caixa Livre Acionista	1,528	1,861	-17.9%

(*) conforme definido no glossário.

Rede de lojas

No 4T, inauguramos **9 novas lojas Cash & Carry** nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia e **2 atacados de entrega** nos estados de Minas Gerais e Acre. Sob as bandeiras Carrefour foram **12 lojas de proximidade** - incluindo lojas autônomas - e **1 abertura de supermercado** e fechamos 1 drogaria no estado de São Paulo.

Atualmente operamos 779 lojas com área total de 2.180.514 m².



Número de lojas	Dez. 20	Aberturas	Fechamentos	Dez. 21
Atacadão	206	44		250
Hipermercados	100			100
Supermercados	53	1		54
Lojas de conveniência	130	14		144
Atacado	30	3		33
Drogarias	125	1	5	121
Postos de combustível	77			77
Grupo	721	63	5	779

Área de vendas	Dez. 20	Dez. 21	Δ (%)
Atacadão	1.136.762	1.348.527	18,6%
Hipermercados	704.876	700.179	-0,7%
Supermercados	67.781	68.403	0,9%
Lojas de conveniência	23.023	23.736	3,1%
Drogarias	8.035	7.811	-2,8%
Postos de combustível	31.858	31.858	0,0%
Área de vendas total (m²)	1.972.335	2.180.514	10,6%

*No 4T21, alinhamos o critério de mensuração das área de vendas entre os nossos segmentos (Atacadão e Varejo). Dados históricos também foram ajustados.

Informações da Videoconferência de Resultados

Streaming de Vídeo

[Inglês](#)

[Português](#)

16 de fevereiro de 2022
(Quarta-feira)

10h00 – Brasília

08h00 – Nova York

13h00 – Londres

14h00 – Paris

Relações com Investidores

David Murciano
Vice-Presidente de Finanças
(CFO) e Diretor de Relações
com Investidores

Natália Lacava
Diretora de Relações com Investidores
Ludimila Aiello | Victor Bento
Especialistas de Relações com
Investidores

Telefone: +55 11 3779-8500
e-mail: ribrasil@carrefour.com
website: ri.grupocarrefourbrasil.com.br

Demonstração do Resultado Consolidada

<i>Em R\$ milhões</i>	4T 21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Vendas brutas	22.781	21.963	3,7%	81.185	74.751	8,6%
Vendas líquidas	20.661	19.873	4,0%	73.552	67.640	8,7%
Outras receitas	1.203	926	30,0%	4.199	3.551	18,2%
Receita operacional líquida	21.864	20.799	5,1%	77.751	71.191	9,2%
Custo das mercadorias, serviços e operações financeiras	(17.602)	(16.859)	4,4%	(62.875)	(57.273)	9,8%
Lucro bruto	4.262	3.940	8,2%	14.876	13.918	6,9%
Margem bruta	20,6%	19,8%	0,8 p.p.	20,2%	20,6%	-0,4 p.p.
Despesas de VG&A	(2.518)	(2.221)	13,4%	(9.211)	(8.360)	10,2%
EBITDA Ajustado	1.757	1.732	1,4%	5.715	5.610	1,9%
Margem EBITDA ajustada	8,5%	8,7%	-0,2 p.p.	7,8%	8,3%	-0,5 p.p.
Depreciação e amortização	(301)	(265)	13,7%	(1.173)	(1.040)	12,8%
Resultado de equivalência patrimonial	14	(1)	n.m.	(9)	(8)	12,5%
Outras receitas (despesas)	148	56	163,9%	634	(6)	n.m.
EBIT	1.605	1.509	6,3%	5.117	4.504	13,6%
Despesas financeiras líquidas	(266)	(140)	89,7%	(786)	(579)	35,8%
Resultado antes dos impostos e contribuição social	1.339	1.369	-2,2%	4.331	3.925	10,3%
Imposto de renda	(230)	(364)	-36,8%	(965)	(1.081)	-10,7%
Lucro líquido	1.109	1.005	10,4%	3.366	2.844	18,4%
Lucro líquido, controladores	1.017	935	8,8%	3.144	2.671	17,7%
Lucro líquido - Acionistas minoritários (NCI)	92	70	31,2%	222	173	28,3%

Balanço Patrimonial Consolidado

Em R\$ Milhões	Dez. 21	Dez. 20
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa	6.945	5.672
Títulos e valores mobiliários	47	-
Contas a receber	1.298	1.330
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	11.038	9.417
Estoques	8.788	7.709
Impostos a recuperar	1.294	721
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	30	106
Instrumentos financeiros derivativos	95	116
Despesas antecipadas - Grupo BIG	900	0
Outras contas a receber	403	342
Ativo Circulante	30.838	25.413
Contas a receber	9	4
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	485	457
Instrumentos financeiros derivativos	107	185
Títulos e valores mobiliários	450	358
Impostos a recuperar	2.812	4.101
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	107	0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	633	482
Despesas antecipadas	48	40
Depósitos e bloqueios judiciais	2.570	2.401
Outras contas a receber	142	87
Estoques	300	0
Propriedade para investimentos	560	397
Investimentos	104	111
Imobilizado	17.417	15.465
Intangível e ágio	2.342	2.323
Ativo não Circulante	28.086	26.411
Ativo total	58.924	51.824

Balanço Patrimonial Consolidado

<i>Em R\$ Milhões</i>	Dez. 21	Dez. 20
Passivo		
Fornecedores	15.449	14.423
Empréstimos	3.019	574
Passivo de arrendamento	161	139
Operação com cartão de crédito	8.249	7.534
Impostos a recolher	372	531
Imposto de renda e contribuição social	267	101
Obrigações trabalhistas	825	891
Dividendos a pagar	65	49
Receita diferida	33	55
Outras contas a pagar	551	410
Instrumentos financeiros derivativos	85	13
Passivo Circulante	29.076	24.720
Empréstimos	3.973	3.344
Passivo de arrendamento	1.877	1.721
Operações com cartão de crédito	1.266	223
Imposto de renda e contribuição social diferidos	439	602
Provisões	3.290	3.618
Provisões (imposto de renda e contribuição social)	582	510
Receita diferida	18	18
Outras contas a pagar	7	23
Passivo não Circulante	11.452	10.059
Capital social	7.651	7.649
Reserva de capital	2.213	2.193
Reservas de lucros	7.487	6.143
Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários	(282)	(282)
Lucros acumulados	0	0
Ajuste de avaliação patrimonial	10	6
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	17.079	15.709
Participação de não controladores	1.317	1.336
Total passivo e patrimônio líquido	58.924	51.824

Banco Carrefour

De acordo com os padrões contábeis locais (BACEN GAAP), a metodologia de provisionamento é puramente baseada no prazo dos recebíveis e maiores impactos no resultado estão diretamente associados a índices de inadimplência mais elevados.

Por outro lado, o IFRS9 implica a constituição de provisões não só para créditos vencidos, mas também causa impactos relevantes de acordo com as perdas esperadas associadas ao risco de crédito - mesmo para créditos com pagamentos em dia. Como esse cálculo se baseia em diversos indicadores e expectativas, ele resulta em maior volatilidade dos resultados, índices e necessidade de capital.

DRE simplificada

Metodologia BACEN

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Receitas da intermediação financeira	1.022	731	39,8%	3.527	2.971	18,7%
Carga de risco	(401)	(111)	261,3%	(1.270)	(1.199)	5,9%
Lucro bruto	621	620	0,2%	2.257	1.772	27,4%
Despesas VG&A	(304)	(283)	7,4%	(1.119)	(1.083)	3,3%
EBITDA Ajustado	317	337	-5,9%	1.138	689	65,2%
Lucro Líquido (100%)	164	188	-12,8%	580	349	66,2%

IFRS 9

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Receitas da intermediação financeira	1.007	722	39,5%	3.497	2.933	19,2%
Carga de risco	(369)	(183)	101,6%	(1.481)	(1.193)	24,1%
Lucro bruto	638	539	18,4%	2.016	1.740	15,9%
Despesas VG&A	(287)	(273)	5,1%	(1.086)	(1.042)	4,2%
EBITDA Ajustado	351	266	32,0%	930	698	33,2%
Lucro Líquido (100%)	193	142	35,9%	463	353	31,2%

Análise da Carteira de Créditos Vencidos

Metodologia BACEN

Em R\$ milhões	Dezembro 21		Setembro 21		Junho 21		Março 21		Dezembro 20	
Carteira Total	13.194	100,0%	12.131	100,0%	11.620	100,0%	11.065	100,0%	11.063	100,0%
Carteira em Dia	10.985	83,3%	10.256	84,5%	10.019	86,2%	9.597	86,7%	9.686	87,6%
Atraso 30 dias	1.936	14,7%	1.586	13,1%	1.361	11,7%	1.249	11,3%	1.240	11,2%
Atraso 90 dias	1.410	10,7%	1.160	9,6%	943	8,1%	875	7,9%	1.034	9,3%
Saldo de PDD	1.579	12,0%	1.377	11,4%	1.160	10,0%	1.097	9,9%	1.333	12,1%
PDD / Atraso 90 dias	112,0%		118,7%		123,0%		125,5%		128,9%	

IFRS 9

Em R\$ milhões	Dezembro 21		Setembro 21		Junho 21		Março 21		Dezembro 20	
Carteira Total	15.351	100,0%	14.375	100,0%	13.726	100,0%	13.901	100,0%	13.535	100,0%
Carteira em Dia	10.985	71,6%	10.253	71,3%	10.000	72,9%	9.577	68,9%	9.671	71,5%
Atraso 30 dias	4.077	26,6%	3.820	26,6%	3.467	25,3%	4.080	29,4%	3.708	27,4%
Atraso 90 dias	3.501	22,8%	3.350	23,3%	3.009	21,9%	3.651	26,3%	3.458	25,6%
Carteira até 360 dias										
Atraso 30 dias	1.999	15,1%	1.670	13,7%	1.455	12,4%	1.307	11,7%	1.307	11,7%
Atraso 90 dias	1.422	10,7%	1.201	9,8%	996	8,5%	877	7,9%	1.057	9,5%
Saldo de PDD	4.120	26,8%	4.038	28,1%	3.706	27,0%	4.290	30,9%	3.978	29,4%
PDD / Atraso 90 dias	117,7%		120,5%		123,2%		117,5%		115,0%	

EBITDA

Consiste no “Lucro líquido do exercício” (ou período) ajustado pelo “Resultado financeiro líquido”, pelo “Imposto de renda e contribuição social”, pela “equivalência patrimonial” e pelas despesas com “Depreciação e amortização”. O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez. O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não possuem um significado padrão, e nossas definições podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras companhias.

EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado para a alínea da demonstração do resultado “outras receitas e despesas” (abrange perdas sobre a alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas com litígios, e créditos fiscais recuperados relativos a períodos anteriores).

Faturamento Banco Carrefour

representa o montante total relacionado a uma operação transacionada por cartão de crédito.

Fluxo de Caixa Livre

definido como o caixa líquido fornecido pelas nossas atividades operacionais, mais caixa utilizado em variações de depósitos judiciais e bloqueio judicial de depósitos, menos caixa fornecido pela alienação de ativos não operacionais, menos caixa utilizado em adições ao imobilizado, menos caixa utilizado em adições aos ativos intangíveis.

Funções Corporativas

incorremos em centro de serviços compartilhados em relação às nossas funções centrais e sede. Estes custos compõem (i) o custo das nossas holdings; (ii) determinadas despesas incorridas em relação a determinadas funções de apoio de nossa controladora que são atribuídas aos vários segmentos proporcionalmente às suas vendas; e (iii) as alocações de custos da nossa controladora que não são específicos a nenhum segmento.

GMV

“Gross Merchandise Volume” ou volume bruto de mercadorias se refere à todas as vendas online (vendas próprias + vendas do marketplace), bem como receita com frete e exclui as comissões do marketplace, porém inclui impostos sobre vendas.

Lucro líquido ajustado

Lucro líquido, excluindo outras receitas e despesas e o efeito do resultado financeiro e imposto correspondente.

Margem de lucro bruto

Calculamos a margem de lucro bruto como lucro bruto dividido pelas vendas líquidas do período, expressa em percentual

Margem de lucro líquido

Calculamos a Margem de lucro líquido como o lucro líquido do

período dividido pelas vendas líquidas do período, expressa em percentual.

Margem EBITDA ajustada

Calculamos a Margem EBITDA Ajustada como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas líquidas do período, expressa em percentual.

Net Promoter Score (NPS)

Uma ferramenta de gerenciamento que pode ser usada para avaliar a lealdade dos relacionamentos com clientes de uma empresa. Ele serve como uma alternativa à pesquisa tradicional de satisfação do cliente.

Outras receitas

As outras receitas compreendem as receitas de nosso segmento Soluções Financeiras (incluindo taxas de cartões bancários e juros provenientes das atividades de crédito ao consumidor), aluguéis de shopping centers e comissões relacionadas com outros serviços prestados nas lojas, caixa rápido e taxas de manuseio.

Vendas brutas

Receita total proveniente de nossos clientes em nossas lojas, postos de gasolinas, farmácias e em nosso site de comércio eletrônico.

Vendas Lf

As referências a vendas mesmas lojas (“like-for-like” ou vendas “LFL”) comparam as vendas brutas no período relevante com as do período imediatamente anterior, com base nas vendas brutas realizadas por lojas comparáveis, que são definidas como lojas que estão abertas e operantes já há pelo menos doze meses e que não foram objeto de encerramento ou renovação dentro deste período. Como as vendas de gasolina são muito sensíveis aos preços de mercado, essas vendas são excluídas do cálculo de mesmas lojas. Outras empresas varejistas podem calcular as vendas LFL de forma diferente, portanto, nosso desempenho histórico e futuro das vendas mesmas lojas podem não ser comparáveis com outras métricas similares utilizadas por outras companhias.

Vendas líquidas

Vendas brutas ajustadas pelos impostos incidentes sobre as vendas (em particular impostos de ICMS e Pis/Cofins.).

PGC

Produtos de grande circulação.

Aviso Legal

Este documento contém tanto informações históricas quanto declarações prospectivas acerca das perspectivas dos negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros da Companhia. Essas declarações prospectivas são baseadas nas visões e premissas atuais da Administração da Companhia. Tais declarações não são garantia de resultados ou desempenhos futuros. Os resultados e os desempenhos efetivos podem diferir substancialmente das declarações prospectivas, devido a um grande número de riscos e incertezas, incluindo, mas não limitado aos riscos descritos nos documentos de divulgação arquivados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, em especial no Formulário de Referência. A Companhia não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar no futuro qualquer declaração prospectiva.

AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Atacadão S.A. referentes ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu. Nossa contratação de auditores independentes e serviços fornecidos por eles exigem que os auditores mantenham sua independência, objetividade e integridade dos serviços prestados. Dessa forma, nossos auditores independentes (i) não podem auditar seu próprio trabalho; (ii) não podem atuar, tampouco assumir responsabilidades administrativas em nosso nome, não podem atuar como nossos assessores legais, tampouco prestar quaisquer outros serviços que contrariem essas restrições.

De acordo com a instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM No. 381/03, declaramos que não foram prestados serviços além daqueles relativos às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 da Companhia e suas controladas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros do
Atacadão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atacadão S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atacadão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para riscos tributários

Porque é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 18 às demonstrações financeiras, a Companhia está sujeita a fiscalização por parte das autoridades competentes e é parte envolvida em processos administrativos e judiciais no curso normal de suas atividades oriundos de diversas contingências tributárias.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

A Diretoria da Companhia, junto a seus assessores jurídicos usa julgamento significativo para determinar a necessidade de reconhecimento as provisões e divulgações requeridas sobre os respectivos processos administrativos, judiciais e outros passivos contingentes. Os julgamentos significativos da Companhia incluem incertezas em certas premissas utilizadas para estimar a probabilidade de perda e a mensuração da saída de caixa futura. Adicionalmente, a complexidade do ambiente tributário e eventuais alterações nas condições externas e posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar de forma significativa nas provisões e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. Desta forma, devido a relevância dos valores envolvidos, julgamento significativo e complexidade tributária, esse assunto requisitou um alto nível de julgamento do auditor independente e foi considerado um principal assunto em nossa auditoria.

A avaliação da Diretoria em relação à probabilidade de perda de contingências tributárias foi significativa para a nossa auditoria pois é complexa e envolve julgamento significativo com base em interpretações da legislação tributária e regras legais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados a identificação, monitoramento e avaliação dos processos tributários e determinação da probabilidade de perda dos riscos tributários; ii) a obtenção de cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia para avaliar os julgamentos efetuados pela Diretoria da Companhia sobre o risco de perda e valores dos processos tributários; iii) o envolvimento de nossos especialistas tributários e legal como suporte para avaliar os argumentos e julgamentos apresentados pela Diretoria e seus assessores jurídicos nos processos tributários mais significativos; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que não foram refletidos pela Diretoria, e apesar de imateriais no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, afetaram a mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos e critérios adotados pela Diretoria para a provisão de riscos tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transação de permuta de ativos

Porque é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou uma transação de permuta de ativos ("Projeto Pinheiros") que consiste numa permuta de imóveis, onde a Companhia irá ceder o terreno da sua loja localizada na Avenida das Nações Unidas, na zona sul de São Paulo, e receberá em troca uma nova loja, junto com uma nova área de galeria comercial, vagas de estacionamento, e unidades de uma nova torre corporativa, a serem construídos com um terceiro envolvido na permuta. A transação de permuta foi contabilizada pelo valor justo e resultou em ganho reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 495.000 mil.

A transação de permuta envolveu a mensuração de um ganho significativo entre o valor justo e o custo histórico do ativo, e exigiu esforços significativos por parte da Companhia e contratação de serviços de avaliação de ativos executado por terceiros. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido: (i) a ser uma transação não-usual no exercício findo nessa data, (ii) ao montante envolvido e relevância da estimativa e dos aspectos relativos à valorização de ativos de diferentes natureza e conseqüentemente a mensuração do ganho na venda, (iii) avaliação dos respectivos impactos contábeis de transações desta natureza assim como a adequada divulgação em notas explicativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a inspeção e avaliação dos instrumentos de compromisso de compra e venda de imóveis e os demais contratos e acordos correlatos; (ii) a avaliação dos registros contábeis e sua consistência com os documentos apresentados; (iii) envolvimento dos nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para análise da avaliação realizada pela Diretoria; (iv) a revisão do laudo de avaliação de ativo preparado pelos especialistas contratados pela Companhia; (v) a utilização de nossos especialistas de suporte financeiro na avaliação das premissas-chave e dos critérios adotados pela Companhia para mensuração do valor justo; e (vi) a avaliação da adequação das respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos e critérios adotados pela Diretoria para ao registro da transação de permuta e seus reflexos, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Porque é um PAA

A provisão para perda esperada das operações de crédito é constituída levando em consideração a CPC48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros “Financial Instruments”. Essa norma contábil requer que a mensuração da referida provisão considere o modelo de perdas esperadas. A Companhia desenvolveu e implementou políticas e metodologias de mensuração da provisão para perdas esperadas para cobrir os seus riscos de crédito das operações de crédito, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 8.1 às demonstrações financeiras.

Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, pelo fato dessas metodologias de provisão para perdas esperadas de crédito envolverem julgamento significativo da Diretoria, estimativas e premissas baseadas na perda histórica e em projeções por parte da Diretoria, consideramos esse assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e metodologias utilizadas na mensuração da provisão para perdas esperadas das operações de crédito; (ii) envolvimento de especialistas na revisão do modelo utilizado e das premissas adotadas; (iii) avaliação da aplicação dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 17 de fevereiro de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

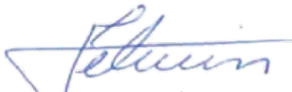
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fernando Stolf Litwin
Contador
CRC nº 1 SP 228416/O-5



Balanços patrimoniais

Atacadão S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.267	2.131	6.945	5.672
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	47	-
Contas a receber	7	1.031	907	1.298	1.330
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	11.038	9.417
Estoques	9	6.343	5.238	8.788	7.709
Impostos a recuperar	10	792	310	1.294	721
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	30	106
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	93	116	95	116
Empréstimos a controladas	29	1.079	-	-	-
Adiantamento Aquisição Grupo BIG	3	900	-	900	-
Outras contas a receber		60	98	403	342
		13.565	8.800	30.838	25.413
Não circulante					
Contas a receber	7	-	-	9	4
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	485	457
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	107	185	107	185
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	450	358
Impostos a recuperar	10	1.664	2.495	2.812	4.101
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		73	-	107	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	-	-	633	482
Despesas antecipadas		10	16	48	40
Depósitos e bloqueios judiciais	11	131	106	2.570	2.401
Empréstimos a controladas	29	-	1.019	-	-
Outras contas a receber		17	29	142	87
		2.002	3.850	7.363	8.115
Estoques	9	-	-	300	-
Propriedades para investimentos	13.1	-	-	560	397
Investimentos	12	7.707	6.721	104	111
Imobilizado	13.2	13.414	11.371	17.417	15.465
Intangível	14	1.424	1.414	2.342	2.323
		24.547	23.356	28.086	26.411
Total do ativo		38.112	32.156	58.924	51.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



Balanços patrimoniais

Atacadão S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhões de Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Fornecedores	16	11.148	9.708	15.449	14.423
Empréstimos	28.3	2.939	491	3.019	574
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	85	-	85	13
Passivo de arrendamento	15	33	34	161	139
Operações de cartão de crédito	8.2	-	-	8.249	7.534
Impostos a recolher		139	159	372	531
Imposto de renda e contribuição social a pagar		84	60	267	101
Obrigações trabalhistas	32.2	380	378	825	891
Dividendos a pagar	20.4	-	-	65	49
Receita diferida	19	28	28	33	55
Outras contas a pagar		268	175	551	410
		15.104	11.033	29.076	24.720
Não circulante					
Empréstimos	28.3	3.871	3.167	3.973	3.344
Passivo de arrendamento	15	1.010	875	1.877	1.721
Operações de cartão de crédito	8.2	-	-	1.266	223
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.2	435	599	439	602
Provisões	18.1	360	488	3.290	3.618
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.1	-	-	582	510
Receita diferida	19	249	276	18	18
Outras contas a pagar		4	9	7	23
		5.929	5.414	11.452	10.059
Patrimônio Líquido					
Capital social	20.2.1	7.651	7.649	7.651	7.649
Reserva de capital	20.2.2	2.213	2.193	2.213	2.193
Reservas de lucros	20.2.4	7.487	6.143	7.487	6.143
Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	20.2.3	(282)	(282)	(282)	(282)
Ajustes de avaliação patrimonial	20.2.5	10	6	10	6
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		17.079	15.709	17.079	15.709
Participação de não controladores	20.5	-	-	1.317	1.336
		17.079	15.709	18.396	17.045
Total do passivo e do patrimônio líquido		38.112	32.156	58.924	51.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



Demonstrações dos resultados

Atacadão S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vendas líquidas	22.1	53.598	47.062	73.552	67.640
Outras receitas	22.2	202	170	4.199	3.551
Receita operacional líquida	22	53.800	47.232	77.751	71.191
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	23	(45.640)	(40.169)	(62.875)	(57.273)
Lucro bruto		8.160	7.063	14.876	13.918
Receitas (despesas)					
Vendas, gerais e administrativas	24	(4.401)	(3.592)	(9.211)	(8.360)
Depreciação e amortização	24	(571)	(460)	(1.173)	(1.040)
Resultado de equivalência patrimonial	12	968	555	(9)	(8)
Outras receitas (despesas)	25	54	123	634	(6)
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos		4.210	3.689	5.117	4.504
Receitas financeiras		1.121	890	1.147	948
Despesas financeiras		(1.554)	(1.102)	(1.933)	(1.527)
Resultado financeiro	26	(433)	(212)	(786)	(579)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.777	3.477	4.331	3.925
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	17.1	(793)	(744)	(1.279)	(1.021)
Diferido	17.1	160	(62)	314	(60)
Lucro líquido do exercício		3.144	2.671	3.366	2.844
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				3.144	2.671
Acionistas não controladores	20.5			222	173
Lucro líquido por ação básico e diluído (R\$)	21			1,58	1,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos resultados abrangentes

Atacadão S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	3.144	2.671	3.366	2.844
Outros resultados abrangentes – líquidos dos efeitos de impostos:	4	7	4	7
Outros resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos exercícios subsequentes:				
<i>Ganhos e (perdas) com instrumentos financeiros derivativos designados como hedge accounting</i>	(14)	21	(4)	16
<i>Ganhos e (perdas) com instrumentos financeiros derivativos usados para hedge de fluxo de caixa em controladas</i>	10	(5)	-	-
Outros resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos exercícios subsequentes:				
<i>Ganhos e (perdas) atuariais sobre benefícios a empregados, líquido de imposto</i>	7	(9)	8	(9)
<i>Ganhos atuariais sobre benefícios a empregados em controladas, líquido de imposto</i>	1	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	3.148	2.678	3.370	2.851
Atribuível ao:				
Acionistas controladores			3.148	2.678
Acionistas não controladores			222	173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Atacadão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2020

(Em milhões de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
				Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto						
Saldo em 1º de janeiro de 2020		7.643	2.178	249	3.705	12	(282)	-	(1)	13.504	1.201	14.705
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	2.671	-	2.671	173	2.844
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	-	7	7	-	7
Total resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	2.671	7	2.678	173	2.851
Emissão de ações ordinárias	20.2.1	6	-	-	-	-	-	-	-	6	-	6
Efeito de plano de opções, liquidável em ações	20.2.4	-	15	-	-	-	-	-	-	15	-	15
Dividendos adicionais sobre o lucro de 2019		-	-	-	-	(12)	-	-	-	(12)	-	(12)
Destinação do lucro do exercício:												
Reserva legal	20.2.4	-	-	134	-	-	-	(134)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	20.4	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)	(49)	(52)
Antecipação de dividendos adicionais	20.4	-	-	-	-	-	-	(479)	-	(479)	-	(479)
Dividendos adicionais propostos	20.4	-	-	-	-	759	-	(759)	-	-	-	-
Transferência para retenção de lucros	20.2.4	-	-	-	1.296	-	-	(1.296)	-	-	-	-
Reversão dividendos a pagar	20.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11
Total de transações de capital com acionistas		6	15	134	1.296	747	-	(2.671)	-	(473)	(38)	(511)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020		7.649	2.193	383	5.001	759	(282)	-	6	15.709	1.336	17.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Atacadão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2021

(Em milhões de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
				Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto						
Saldo em 1º de janeiro de 2021		7.649	2.193	383	5.001	759	(282)	-	6	15.709	1.336	17.045
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	3.144	-	3.144	222	3.366
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	-	4	4	-	4
Total resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	3.144	4	3.148	222	3.370
Emissão de ações ordinárias	20.2.1	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Efeito de plano de opções, liquidável em ações	20.2.4	-	20	-	-	-	-	-	-	20	-	20
Dividendos adicionais sobre o lucro de 2020		-	-	-	-	(759)	-	-	-	(759)	(92)	(851)
Destinação do lucro do exercício:												
Reserva legal	20.2.4	-	-	157	-	-	-	(157)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	20.4	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)	(65)	(68)
Antecipação de dividendos adicionais	20.4	-	-	-	-	-	-	(1.038)	-	(1.038)	-	(1.038)
Dividendos adicionais propostos	20.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(84)	(84)
Transferência para retenção de lucros	20.2.4	-	-	-	1.946	-	-	(1.946)	-	-	-	-
Total de transações de capital com acionistas		2	20	157	1.946	(759)	-	(3.144)	-	(1.778)	(241)	(2.019)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021		7.651	2.213	540	6.947	-	(282)	-	10	17.079	1.317	18.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos fluxos de caixa

Atacadão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.777	3.477	4.331	3.925
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	24	584	473	1.223	1.092
Juros sobre empréstimos e venda de recebíveis	26	187	128	255	227
Juros sobre empréstimos a controladas	29	(61)	(19)	-	-
Variação cambial sobre empréstimos	26	79	574	79	574
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	26	107	74	211	183
(Ganhos) e perdas com instrumentos financeiros derivativos	26	159	(514)	159	(514)
Provisão para impairment de ativos imobilizados		-	-	18	(7)
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangível		8	30	56	120
Resultado projeto Pinheiros	25	-	-	(495)	-
(Ganhos) e perdas relativas a demandas judiciais líquidas	25	(123)	(149)	(325)	(208)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(968)	(555)	9	8
Pagamento baseado em ações	12	12	11	22	16
Fluxo de caixa antes de variações de ativos e passivos operacionais		3.761	3.530	5.543	5.416
Variação do capital de giro	27	365	(54)	(64)	(4)
Variação do crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	27	-	-	109	(178)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(842)	(765)	(1.144)	(1.201)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		3.284	2.711	4.444	4.033
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adição de ativos intangíveis	14.2	(19)	(10)	(161)	(170)
Adição de ativos imobilizados e propriedade para investimento	13	(2.488)	(3.058)	(2.793)	(3.275)
Adiantamento aquisição Grupo BIG	3	(900)	-	(900)	-
Fornecedores de ativos imobilizados e intangíveis		268	78	276	81
Aumento de capital em controlada e aquisição de controlada em conjunto	12	-	(82)	-	(1)
Empréstimos a controladas		-	(1.000)	-	-
Caixa relacionado à alienação de ativo imobilizado		9	22	11	42
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(3.130)	(4.050)	(3.567)	(3.323)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		2	6	2	6
Captação de empréstimos	28.4	6.620	2.662	6.620	3.177
Amortização de empréstimos	28.4	(3.593)	(2.049)	(3.671)	(2.641)
Juros pagos	28.4	(125)	(176)	(193)	(275)
Instrumentos financeiros derivativos		2	236	2	236
Amortização de principal – Contratos de arrendamento	28.4	(17)	(13)	(131)	(109)
Amortização de juros – Contratos de arrendamento	28.4	(107)	(74)	(208)	(181)
Distribuição de dividendos		(1.800)	(494)	(2.025)	(573)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento		982	98	396	(360)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		1.136	(1.241)	1.273	350
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	2.131	3.372	5.672	5.322
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	3.267	2.131	6.945	5.672
Variação do caixa e equivalentes de caixa		1.136	(1.241)	1.273	350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos valores adicionados

Atacadão S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	59.225	52.014	85.649	78.657
Outras receitas	42	48	493	31
Constituição de provisão de perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(10)	(7)	(65)	(145)
	59.257	52.055	86.077	78.543
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(50.035)	(43.964)	(67.390)	(61.380)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.114)	(1.528)	(4.485)	(4.145)
Perda de valores ativos	(24)	(62)	(106)	(142)
	(52.173)	(45.554)	(71.981)	(65.667)
Valor adicionado bruto	7.084	6.501	14.096	12.876
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização	(584)	(473)	(1.223)	(1.092)
Valor adicionado líquido produzido	6.500	6.028	12.873	11.784
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	968	555	(9)	(8)
Receitas financeiras	1.121	890	1.147	948
Valor adicionado total a distribuir	8.589	7.473	14.011	12.724
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(1.822)	(1.592)	(3.242)	(3.111)
Benefícios	(261)	(219)	(579)	(525)
F.G.T.S.	(115)	(95)	(190)	(168)
	(2.198)	(1.906)	(4.011)	(3.804)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(1.217)	(1.258)	(3.199)	(3.282)
Estaduais	(357)	(441)	(1.120)	(984)
Municipais	(68)	(53)	(213)	(188)
	(1.642)	(1.752)	(4.532)	(4.454)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(1.547)	(1.096)	(1.921)	(1.543)
Aluguéis	(58)	(48)	(126)	(79)
Encargos financeiros	-	-	(55)	-
	(1.605)	(1.144)	(2.102)	(1.622)
Remuneração de capital próprio				
Dividendos	(1.041)	(482)	(1.041)	(482)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	(2.103)	(2.189)	(2.103)	(2.189)
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	(222)	(173)
	(3.144)	(2.671)	(3.366)	(2.844)
Valor adicionado total distribuído	(8.589)	(7.473)	(14.011)	(12.724)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 1: OPERAÇÕES	- 41 -
NOTA 2: BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	- 41 -
NOTA 3: EVENTOS SIGNIFICATIVOS DO PERÍODO	- 44 -
NOTA 4: BASE DE CONSOLIDAÇÃO	- 46 -
NOTA 5: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	- 48 -
NOTA 6: TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	- 48 -
NOTA 8: ATIVIDADES DE SOLUÇÕES FINANCEIRAS	- 49 -
NOTA 9: ESTOQUES	- 50 -
NOTA 10: IMPOSTOS A RECUPERAR	- 51 -
NOTA 11: DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS	- 52 -
NOTA 12: INVESTIMENTOS	- 53 -
NOTA 13: PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO E IMOBILIZADO	- 54 -
NOTA 14: INTANGÍVEL	- 58 -
NOTA 15: OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	- 62 -
NOTA 16: FORNECEDORES	- 65 -
NOTA 17: IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	- 65 -
NOTA 18: IMPOSTO DE RENDA A PAGAR, PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	- 68 -
NOTA 19: RECEITA DIFERIDA	- 75 -
NOTA 20: PATRIMÔNIO LÍQUIDO	- 76 -
NOTA 21: LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (PARTICIPAÇÃO DOS CONTROLADORES)	- 79 -
NOTA 22: RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	- 80 -
NOTA 23: CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, SERVIÇOS PRESTADOS E OPERAÇÕES FINANCEIRAS	- 81 -
NOTA 24: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS E DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	- 81 -
NOTA 25: OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	- 82 -
NOTA 26: RESULTADO FINANCEIRO	- 83 -
NOTA 27: ALTERAÇÕES NO FLUXO DE CAIXA	- 84 -
NOTA 28: INSTRUMENTOS FINANCEIROS	- 84 -
NOTA 29: PARTES RELACIONADAS	- 101 -
NOTA 30: INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS	- 107 -
NOTA 31: PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	- 109 -
NOTA 32: REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E BENEFÍCIOS	- 113 -
NOTA 33: COMPROMISSOS FUTUROS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO	- 114 -
NOTA 34: COBERTURA DE SEGURO	- 115 -
NOTA 35: EVENTOS SUBSEQUENTES	- 116 -



NOTA 1: OPERAÇÕES

Atacadão S.A. ("Atacadão" ou a "Companhia"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo Carrefour Brasil", "Grupo" ou "Nós") atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos por meio de sua cadeia de lojas de atacado de autosserviços e atacado de entrega, hipermercados, supermercados, lojas de conveniência, postos de gasolina, farmácias e e-commerce, principalmente sob os nomes comerciais "Atacadão" e "Carrefour".

Para dar suporte ao seu núcleo varejista, o Grupo também oferece serviços bancários aos clientes, sob o nome comercial "Banco CSF", empresa supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco Carrefour Soluções Financeiras ("Banco CSF") oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour" e "Atacadão" que podem ser utilizados nas lojas do Grupo Carrefour Brasil e em outros lugares, empréstimos ao consumidor e outros produtos, como apólices de seguro.

O Grupo Carrefour Brasil é uma sociedade anônima com matriz na Rua George Eastman 213, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – B3, sob o código "CRFB3".

A controladora final da Companhia é a Carrefour S.A., empresa francesa listada na Bolsa de Valores de Paris.

NOTA 2: BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2022.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e a participação do Grupo nos lucros e prejuízos e nos ativos líquidos de um empreendimento controlado em conjunto contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRSs"), emitidas pela **International Accounting Standards Board** ("IASB").

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As IFRSs compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRIC) e do Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

NOTA 2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da Administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da



utilização de estimativas, a Administração do Grupo é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dizem respeito a:

- Nota 9 - as principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- Nota 10 - provisão para redução ao valor recuperável do ICMS e Substituição Tributária do ICMS (ICMS ST);
- Notas 13.2, 14.1, 14.2 e 14.3 - valor recuperável de ágio, outros ativos intangíveis e imobilizados;
- Nota 15 - operações de arrendamento mercantil;
- Nota 17 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais;
- Nota 18 - mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, as principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos; e
- Nota 28.7 - provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro.

NOTA 2.3. Métodos de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo (títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e instrumentos financeiros derivativos).

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Baseado na hierarquia definida pela IFRS 13/CPC 46 - Instrumentos financeiros, o valor justo pode ser mensurado usando os seguintes critérios:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, preços) ou indiretamente (por exemplo, dados baseados nos preços), exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

NOTA 2.4. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

O Grupo elaborou demonstrações dos valores adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

NOTA 2.5. Novas normas e interpretações

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios - As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência - As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do



instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material – As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – O pronunciamento revisa alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento – As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e o Grupo está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

- IFRS 17 - Contratos de seguro – Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
 - Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável);
 - Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante – Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma



a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento decapital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

NOTA 3: EVENTOS SIGNIFICATIVOS DO PERÍODO

COVID – 19

O Grupo Carrefour Brasil manteve as iniciativas adotadas desde março de 2020 para assegurar a saúde e segurança de seus clientes e colaboradores. Nossas lojas do Segmento Atacadão, Varejo, nossas drogarias e shoppings centers são partes de um processo rigoroso de verificação conduzido por uma empresa terceirizada a fim de garantir que nossos protocolos estejam alinhados com as melhores práticas internacionais. Nossas iniciativas e esforços foram reconhecidos como a primeira empresa brasileira de varejo a receber o selo internacional "My Care" que atesta a eficiência e segurança das medidas que o Grupo adotou para proteger seus clientes e funcionários.

Dentre as principais medidas tomadas pelo Grupo, podemos citar:

- Rápida implementação de um conjunto de medidas abrangentes, além dos exigidos pelos órgãos de saúde pública, em lojas e centros de distribuição;
- Adoção de uma série de medidas para mitigar o risco de transmissão nos locais de trabalho administrativo, como a recomendação de *home office*, criação de comitês de crise e o cancelamento de viagens nacionais e internacionais e a participação em eventos externos;
- Aumento do estoque de produtos mais sensíveis e prioritários, fortalecimento do quadro de funcionários de lojas e CDs, desenvolvimento acelerado de nossas capacidades no e-commerce; e
- Negociações recorrentes com fornecedores para evitar ou conter aumento de preços.

As medidas de confinamento tomadas em vários Estados e cidades também afetaram alguns segmentos e formatos:

- Nossos shoppings e galerias permaneceram fechados ou abertos com restrições conforme as medidas decretadas e;
- Restrições nas atividades de nossas lojas, tais como limitação de tráfego na loja, limitação de venda de itens não essenciais, restrição de horários de funcionamento, entre outras.

O Grupo reavaliou as estimativas contábeis a seguir:

- Provisão para perdas nos recebíveis decorrentes de locação de nossos shoppings e galerias relacionados ao período em que os estes ativos permaneceram fechados, conforme descrito na nota 28.7;
- Valor justo das propriedades para investimento, conforme descrito na nota 13.1; e
- Em nosso segmento de Soluções Financeiras, a provisão para risco de crédito foi calculada de acordo com a classificação de nossa carteira por estágios, como descrito na nota 28.7.

O Grupo realizou ao longo de 2021 o seu constante monitoramento do mercado em busca de identificar uma eventual deterioração, especialmente decorrentes da pandemia da COVID-19, mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem aumento da percepção do risco de crédito sobre o contas a receber do segmento de Soluções Financeiras. Eventuais mudanças que deteriorem o ambiente econômico e de negócios, se manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem acarretar perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros.



Os impactos relacionados ao anúncio do período pós-pandêmico não são facilmente quantificados, principalmente devido ao rápido e constantemente desenvolvimento da situação. Os riscos decorrentes de surtos de doenças e epidemias, em especial aqueles decorrentes da pandemia da COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e global e poderia, entre outras consequências, (i) tornar mais difícil ou oneroso para o Grupo obter financiamento para as operações ou refinar a dívida no futuro; (ii) prejudicar a condição financeira de clientes e fornecedores; e (iii) reduzir os programas de investimentos. O Grupo mantém constante monitoramento sobre os riscos de taxas de juros e taxas de câmbio, gestão do risco de crédito e de gerenciamento de capital (Nota 28.2). Adicionalmente, a administração da Companhia mantém um permanente monitoramento do risco de liquidez por meio da gestão de seus recursos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 5) e a disponibilidade de linhas de crédito que permitem administrar seu nível de endividamento (Nota 33).

Verpar

Em 13 de outubro de 2021 foi assinado um Instrumento de Transação e Outras Avenças entre a Companhia e a Verpar S.A. com objetivo de finalizar definitivamente as Ações de Rescisão Contratual ajuizada por Verpar S.A. no ano de 2000 e Ação de Cobrança ajuizada pelo Carrefour Comércio e Indústria em 2012. Conforme o instrumento assinado a Verpar S.A. pagará a Companhia o valor de R\$ 86 milhões em parcelas mensais e consecutivas nos próximos 10 anos.

Compra de ativos do Makro

Em 24 de junho de 2021, a Companhia anunciou que todas as lojas adquiridas do Makro Atacadista S.A. foram integralmente convertidas para a bandeira Atacadão, com exceção da loja alugada localizada em São Gonçalo/RJ (e respectivo posto de combustível), que foi excluída da transação, por questões negociais junto ao proprietário do imóvel.

A Companhia desembolsou o valor total de R\$ 1.958 milhões, em relação à aquisição das 22 lojas próprias, 7 lojas alugadas (totalizando 29 novas lojas) e 13 postos de combustível anunciadas no Fato Relevante de 16 de fevereiro de 2020.

Caso Porto Alegre

Em 11 de junho de 2021, a Companhia celebrou o Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") junto ao Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, além de determinadas organizações não governamentais, em relação ao evento ocorrido na loja Carrefour localizada no bairro de Passo D' Areia, em Porto Alegre/RS, em 19 de novembro de 2020.

Através deste Termo, o Grupo Carrefour Brasil reafirma seu compromisso irrevogável a lutar contra o racismo e a atuar como um agente de transformação da sociedade. O Termo, com vigência de três anos, ratifica os diversos compromissos já assumidos publicamente e reforçados pelo Grupo Carrefour Brasil desde então e amplia até o montante total de R\$ 115 milhões o fundo criado em novembro de 2020 para promover a inclusão racial e o combate ao racismo. O valor acordado no TAC será destinado, principalmente, a bolsas de estudo, campanhas educacionais, projetos sociais e qualificação profissional para negros e negras. O cumprimento das iniciativas definidas será verificado por uma auditoria externa.

O Termo extingue os processos coletivos em andamento relacionados ao caso e se soma aos vários acordos já assinados com os membros da família do Sr. João Alberto Silveira Freitas, demonstrando a diligência e proatividade do Grupo Carrefour Brasil após o incidente de Porto Alegre.

Aquisição Grupo BIG

No dia 24 de março de 2021, a Companhia anunciou a assinatura de contrato de compra e venda de ações e outras avenças com Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, controlado por entidades sob gestão de entidade afiliada à Advent International Corporation, e Brazil Holdings S.C.S., companhia controlada pelo Walmart Inc., para aquisição da totalidade das ações de emissão do Grupo BIG Brasil S.A. pelo montante total de R\$ 7,5 bilhões, sujeito aos demais ajustes nos termos do acordo. Do valor total da transação, foi pago a título de antecipação pela Companhia o valor equivalente a R\$ 900 milhões.



A conclusão da transação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no contrato, incluindo, mas não se limitando à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e dos acionistas da Companhia reunidos em sede de Assembleia Geral.

Projeto Pinheiros

No dia 03 de fevereiro de 2021, foi emitido pela Prefeitura Municipal de São Paulo o Alvará de Execução nº 2021/00700-00 do Projeto Pinheiros, publicado no diário oficial do município em 30 de janeiro de 2021. O projeto consiste numa permuta de imóveis, onde a Companhia irá ceder o terreno da sua loja localizada na Avenida das Nações Unidas, na zona sul de São Paulo, e receberá em troca uma nova loja, junto com uma nova área de galeria comercial, vagas de estacionamento, e unidades de uma nova torre corporativa, a serem construídos pelo seu parceiro. Com a emissão do Alvará de Execução nº 2021/00700-00 foram cumpridas todas as condições precedentes para a escritura da permuta. Os impactos contábeis da transação foram registrados de acordo os critérios de mensuração dados a transações de permuta de ativos não financeiros (CPC 27/IAS 16) e registrados de acordo com a intenção de uso do ativo pela Companhia, seus efeitos estão descritos nas notas explicativas 9, 13 e 25.

NOTA 4: BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (data em que o Grupo adquire controle) até à data em que o Grupo deixa de exercer o controle sobre a controlada, e a participação do Grupo em empresas controladas em conjunto contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

(i) Controladas

Uma controlada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce o controle, direta ou indiretamente. Uma entidade é controlada quando o Grupo é exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. O Grupo considera todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla uma subsidiária, tais como direitos resultantes de acordos contratuais ou potenciais direitos de voto substanciais detidos pelo Grupo.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição do controle. Os resultados das controladas vendidas durante o exercício ou que o Grupo deixa de controlar estão incluídos até a data em que o controle cessar.

(ii) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint-ventures)

As entidades nas quais o Grupo exerce uma influência significativa (coligadas) e as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle conjunto e que correspondem à definição de empreendimento controlado em conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, conforme explicado na Nota 12 "Investimentos".

Influência significativa é o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Em 31 de dezembro 2021 e 2020 o Grupo não possuía participação em coligadas.

Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controle.

Combinações de negócios

As combinações de negócios, definidas como transações em que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio, são contabilizadas pelo método de aquisição. As combinações de negócios realizadas desde 1º de janeiro de 2010 são mensuradas e reconhecidas conforme descrito abaixo, de acordo com o CPC 15 (IFRS 3) - Combinações de Negócios:

- Na data de aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são reconhecidos e mensurados pelo valor justo.
- O ágio corresponde ao excesso da (i) soma da contraprestação transferida (ou seja, o preço de aquisição) e o valor de qualquer participação da não controladora sobre a adquirida, sobre (ii) o valor líquido dos valores na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. É registrado diretamente no balanço patrimonial da adquirida, e é subsequentemente testado para eventual redução ao seu valor recuperável (*impairment*) ao nível do Grupo de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") que corresponde à informação por segmento a que a adquirida pertence, pelo método descrito na Nota 14.3. Qualquer ganho proveniente de compra vantajosa (ou seja, deságio) é reconhecido diretamente no resultado.
- Para as combinações de negócios em uma base inferior a 100%, os componentes na data de aquisição das participações dos não controladores na adquirida (ou seja, participação destas não controladoras na parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida) são mensurados pelo:
 - Valor justo, de forma que parte do ágio reconhecido no momento da combinação de negócios seja



alocado à participação de não controladores (método de "ágio integral"), ou

- a parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, de modo que apenas o ágio atribuível ao Grupo seja reconhecido (método "ágio parcial").

O método utilizado é determinado numa base de transação a transação.

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

- Os montantes provisionados reconhecidos para uma combinação de negócios podem ser ajustados durante um período de mensuração que termina logo que o Grupo receba as informações que procurava sobre os fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição ou saiba que não é possível obter mais informação ou o mais tardar 12 meses a partir da data de aquisição. Ajustes durante o período de mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, ou contraprestação transferida, são compensados por um ajuste correspondente ao ágio, desde que resulte de fatos e circunstâncias que existiam à data de aquisição. Quaisquer ajustes identificados após o final do período de mensuração são reconhecidos diretamente no resultado.
- Para uma combinação de negócios realizada em estágios (aquisição por etapas), quando o controle é adquirido, a participação de capital anteriormente mantida é reavaliada pelo valor justo por meio do resultado. No caso de redução da participação societária do Grupo, resultando em perda de controle, as participações remanescentes são também mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- Os custos de transação são registrados diretamente como uma despesa operacional no período em que são incorridos.

Alterações na participação que não resultem em mudança de controle

Qualquer alteração na participação do Grupo numa controlada após uma combinação de negócios que não resulte no controle adquirido ou perdido é qualificada como uma transação com os proprietários na sua qualidade de proprietários e registrada diretamente no patrimônio líquido, na conta contábil "Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários", de acordo com o CPC 36 (IFRS 10) – Demonstrações Financeiras Consolidadas. O correspondente fluxo de caixa, entrada ou saída de caixa é apresentado na demonstração consolidada dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento.

Conversão de operações em moeda estrangeira

As transações efetuadas por entidades do Grupo numa moeda diferente da sua moeda funcional são inicialmente convertidas à taxa de câmbio na data da transação.

Em cada período, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fechamento do período e o ganho ou perda cambial resultante é registrado na demonstração de resultado.

Transações eliminadas na consolidação

As transações e saldos intragrupo e quaisquer rendimentos ou despesas não realizados decorrentes de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ganhos não realizados decorrentes de transações com controladas registradas na equivalência patrimonial são eliminados dos investimentos proporcionalmente à participação detida naquela controlada. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

A lista de entidades consolidadas é apresentada abaixo:

	31/12/2021		31/12/2020	
	% de participação		% de participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour" ou "CCI") – Subsidiárias	100,00	-	100,00	-
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Imopar Participações e Administração Imobiliária Ltda.	0,10	99,90	0,10	99,90
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
CMBCI Investimentos e Participações Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
E-mídia informações Ltda.	-	100,00	-	100,00
BSF Holding S.A. – Subsidiárias	-	51,00	-	51,00
Banco CSF S.A.	-	51,00	-	51,00
CSF Administradora E Corretora De Seguros EIRELI	-	51,00	-	51,00
Pandora Participações Ltda.	99,99	-	99,99	-
Rio Bonito Assessoria de Negócios Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Verparinvest S.A.	0,01	99,99	0,01	99,99
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	51,00	-	51,00	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alterações nos fatos e circunstâncias consideradas pelo Grupo para avaliar a relação de controle junto às suas subsidiárias.



NOTA 5: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	555	445	701	613
Aplicações financeiras	2.712	1.686	6.244	5.059
Caixa e equivalentes de caixa	3.267	2.131	6.945	5.672

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário (CDB) e operações compromissadas remunerados à taxa média ponderada de 84% da taxa de certificados de depósito interbancários (CDI) (87% em 31 de dezembro de 2020) na Controladora e taxa média ponderada de 86% da taxa do CDI (90% em 31 de dezembro de 2020) no Consolidado.

Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou usar os ativos supramencionados.

A exposição do Grupo aos riscos de taxa de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 28.5.

NOTA 6: TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco CSF e a BSF Holding compram títulos e valores mobiliários como parte de suas políticas de liquidez, no intuito de conter este investimento em médio prazo. Desta forma, a carteira de títulos foi classificada na categoria "Valor justo em outros resultados abrangentes" e são mantidos para negociação futura ou até o vencimento.

A carteira de títulos foi composta da seguinte forma:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Carteira Total:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	497	358
Títulos e valores mobiliários	497	358
Circulante	47	-
Não circulante	450	358

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em títulos e valores mobiliários referem-se substancialmente a títulos públicos remunerados a taxa média de 100% da taxa Selic.

NOTA 7: CONTAS A RECEBER

Políticas contábeis

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de atacado de autosserviços e atacado de entrega, recebíveis de cartões de crédito e recebíveis de aluguel de shopping centers.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado" (Nota 28).

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais o Grupo é responsável. A provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro é reconhecida quando necessário com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível (nota 28).

O Grupo opera programas de cessão de recebíveis. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.



(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vendas em atacado	678	729	678	729
A receber de cartão de crédito	68	-	225	326
A receber de cartão de crédito de partes relacionadas (a)	69	68	-	-
Aluguel a receber de shopping centers e outros serviços	-	-	178	168
Cartão alimentação	57	-	69	8
Verbas comerciais a receber (b)	93	81	171	142
Verbas comerciais a receber de partes relacionadas (b) e (c)	82	44	119	78
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(16)	(15)	(133)	(117)
Contas a receber, líquido	1.031	907	1.307	1.334
Circulante	1.031	907	1.298	1.330
Não circulante	-	-	9	4

- (a) Saldo representado pelas vendas realizadas com os cartões Atacadão e Carrefour, eliminados na consolidação.
- (b) São representados basicamente por valores a receber de fornecedores em decorrência de acordos comerciais realizados no momento da compra de mercadorias para revenda e outros acordos pontuais. A contrapartida é registrada no resultado do período, reduzindo o custo das mercadorias vendidas no momento da venda da mercadoria.
- (c) Saldo a receber de partes relacionadas, refere-se ao contrato global com a controladora do Grupo na França (Nota 29).

A exposição do Grupo a riscos de crédito são divulgadas na Nota 28.7.

Cessão de contas a receber de clientes

O Grupo fez cessão, sem direito de regresso, de parte de suas contas a receber a bancos, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. O saldo correspondente a essas operações era de R\$ 3.013 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.100 milhões em 31 de dezembro de 2020). O valor foi baixado do saldo de contas a receber no balanço, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos.

O custo de antecipação destes recebíveis de cartões é classificado na linha "Juros de antecipação de cartão de crédito" (Nota 26 – Resultado financeiro).

NOTA 8: ATIVIDADES DE SOLUÇÕES FINANCEIRAS

Políticas contábeis

Para dar suporte ao seu negócio de varejo, o Grupo oferece serviços bancários aos seus clientes.

As soluções financeiras oferecidas aos clientes do Carrefour e do Atacadão incluem cartões de crédito que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, além de empréstimos de crédito ao consumo.

Devido à sua contribuição para o total de ativos e passivos do Grupo e para a sua estrutura financeira específica, este negócio é apresentado separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas:

- O crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (pagamentos de cartão de crédito a receber, empréstimos pessoais, etc.) é apresentado nas demonstrações financeiras na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras – circulante" e "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras – não circulante".
- O financiamento destes empréstimos é apresentado na rubrica "Operação com cartão de crédito – circulante" e "Operação com cartão de crédito – não circulante".
- Os demais ativos e passivos das atividades bancárias (imobilizado, intangível e ágio, caixa e equivalentes de caixa, impostos acumulados e custos de folha de pagamento, etc.) são apresentados nas linhas correspondentes do balanço patrimonial.
- A receita líquida das atividades bancárias é registrada na demonstração do resultado na rubrica "Outras receitas", enquanto os custos correspondentes, incluindo aqueles relacionadas a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor são registrados na demonstração de resultado na rubrica de "Outros custos".

A variação do capital corrente das atividades bancárias, incluindo os efeitos relacionados a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor, é registrada na demonstração dos fluxos de caixa na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras".

Nota 8.1. Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (ativo)

Em 31 de dezembro de 2021, o crédito ao consumidor totalizava R\$ 11.523 milhões (R\$ 9.874 milhões em 31 de dezembro de 2020), conforme segue:



<i>(Em milhões de Reais)</i>	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber	8.861	7.945
Empréstimos e financiamentos (a)	6.491	5.590
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro (b)	(3.829)	(3.661)
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	11.523	9.874
Circulante	11.038	9.417
Não circulante	485	457

(a) O saldo a receber refere-se, substancialmente, às operações decorrentes do cartão de crédito do Banco CSF S.A. de clientes para os quais já foi emitida a fatura, e não foi paga integralmente.

(b) A exposição do Grupo a riscos de crédito, e classificação por estágio de risco, do saldo de crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras são divulgadas na Nota 28.7.

Nota 8.2. Operações de cartão de crédito (passivo)

O saldo das contas a pagar da Empresa de soluções financeiras oriundo das operações de cartão de crédito totalizou R\$ 9.515 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 7.757 milhões em 31 de dezembro de 2020), conforme segue:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Títulos de dívida (depósitos interbancários)	1.905	1.245
Dívida mercantil:	7.610	6.512
Relacionados a adquirentes	6.729	5.544
Vendas de recebíveis de cartão de crédito no cartão Carrefour (a)	881	968
Operações de cartão de crédito	9.515	7.757
Circulante	8.249	7.534
Não circulante	1.266	223

(a) Referem-se aos valores a repassar a bancos referentes a créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.

NOTA 9: ESTOQUES

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 16 (IAS 2) – Estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos e leva em consideração os descontos e os rendimentos comerciais negociados com os fornecedores.

Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. O Grupo ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com baixo giro de estoque e nas perdas médias de estoque nos últimos 12 meses.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos alimentares	5.892	4.916	6.939	5.939
Produtos não alimentares	451	322	1.671	1.602
Estoque em construção (a)	-	-	300	-
Outros produtos	-	-	178	168
Estoques, líquidos	6.343	5.238	9.088	7.709
Circulante	6.343	5.238	8.788	7.709
Não circulante	-	-	300	-

(a) O saldo refere-se às unidades adquiridas de uma nova torre corporativa que ainda estão em fase de construção na permuta de ativos no Projeto Pinheiros (Nota 3).

Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para desvalorização de estoque, que impactaram o resultado, diminuíram em R\$ 5 milhões na Controladora, totalizando R\$ 17 milhões (R\$ 22 milhões em 31 de dezembro de 2020), e aumentaram em R\$ 15 milhões no Consolidado, totalizando R\$ 80 milhões (R\$ 65 milhões em 31 de dezembro de 2020).



NOTA 10: IMPOSTOS A RECUPERAR

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	199	184	583	807
ICMS substituição tributária (ST) (a)	2.068	1.922	3.564	3.508
ICMS a recuperar ativo imobilizado	121	87	122	88
PIS e COFINS (b)	228	771	252	788
Outros	-	1	9	34
Provisão para perda de ICMS e ICMS ST	(160)	(160)	(424)	(403)
Impostos a recuperar	2.456	2.805	4.106	4.822
Circulante	792	310	1.294	721
Não circulante	1.664	2.495	2.812	4.101

- (a) Grupo mantém centros de distribuição localizados em certos Estados e no Distrito Federal, que recebem mercadorias com ICMS e ICMS-ST que já foram pré-pagos pelos fornecedores ou pelo Grupo. Desta forma, parte das mercadorias é enviada para outros estados. Tais transações interestaduais permitem o Grupo recuperar os montantes pré-pagos de ICMS e ICMS-ST; por exemplo, ICMS e ICMS-ST pago nas aquisições, que se tornam créditos a recuperar/compensar, baseados nas leis estaduais.

Dada decisão do Supremo Tribunal Federal – STF referente ao RE 593.849, de 2016, que reconheceu o direito do contribuinte ao ressarcimento do valor de ICMS-ST pago a maior, correspondente à diferença entre o valor do tributo recolhido previamente e aquele realmente devido no momento da venda, os créditos fiscais a recuperar ou compensar pelo Grupo aumentaram. O Grupo está realizando partes destes créditos através de pedidos de compensação baseado em regimes especiais e também cumprindo com outros procedimentos requeridos pelos estados.

Com relação aos créditos que não podem ser compensados imediatamente, a Administração do Grupo entende que a realização ocorrerá no curto e longo prazo, baseado em estudo de recuperação preparado pela Administração por Estado que inclui, entre outros itens, o histórico de realização, as mudanças na cadeia de suprimentos, pedidos adicionais de regime de substituição, previsões de crescimento futuro, de saldos consumidos por dívidas oriundas das operações e transferência de créditos para terceiros. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Grupo espera recuperar seus créditos de ICMS não circulante em um período aproximado de 6 anos a 8 anos.

- (b) O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal – “STF”, proferiu decisões favoráveis aos contribuintes em relação ao mérito por meio do acórdão em sede de repercussão geral no RE 574.706 de 15 de março de 2017. As ações judiciais permitiram o reconhecimento dos créditos, no mínimo, dos últimos cinco anos.

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, o Grupo requereu o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Os processos em nome da controlada direta Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e da controlada indireta Comercial de Alimentos Ltda. tiveram o trânsito em julgado, tornando-se definitivos e não passíveis de recurso, durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2018, ocasião na qual foi reconhecido crédito tributário passível de mensuração confiável no montante de R\$ 121 milhões, sendo R\$87 milhões de principal e R\$34 milhões de correção monetária, relativos ao período de 2013 a 2016, sendo seus efeitos reconhecidos na rubrica de outras receitas e despesas na ocasião.

Já o processo em nome da Companhia teve trânsito em julgado, tornando-se definitivo e não passível de recurso durante o trimestre findo em 30 de junho de 2019, ocasião na qual foi reconhecido o crédito tributário passível de mensuração confiável no montante de R\$ 537 milhões, sendo R\$ 361 milhões de principal e R\$176 milhões de correção monetária relativo ao período de 2011 a 2016 sendo seus efeitos reconhecidos na rubrica de outras receitas e despesas na ocasião. Ainda, a Companhia reconheceu imposto de renda diferido passivo no montante R\$ 183 milhões em relação ao crédito registrado.

A Companhia e suas controladas mensuraram de forma confiável e reconheceram o direito sobre tais créditos com base no montante efetivamente destacado nas notas fiscais de venda, aplicando o índice de correção monetária determinado nas sentenças decisórias de seus processos.

Diante de todos os fatos descritos acima e com base na decisão transitada em julgado do RE 574.706, ocorrida em maio de 2021, pela qual o Superior Tribunal Federal – STF: (i) confirmou o entendimento de que é o ICMS Destacado que deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS, e (ii) modulou os efeitos da decisão, a vigorar a partir de 15/03/2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a referida data, que é o caso da Companhia e suas controladas, o Grupo, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, concluiu que: (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 foi aplicado às empresas do Grupo, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nas ações judiciais do Grupo, inclusive para fins de recuperação de crédito, uma vez que se pleiteou a exclusão do ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS (que é o ICMS destacado); e (ii) apesar da modulação dos efeitos da decisão do STF, houve a proteção para os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do STF em 2017, como é o caso das empresas do Grupo.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF de 2017 com repercussão geral com as mesmas premissas anteriormente destacadas.

Apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo entende que os créditos de PIS e COFINS mensurados de forma confiável e reconhecidos por direito são baseados na melhor interpretação da legislação vigente, no cenário jurisprudencial, bem como na decisão proferida pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, cujo acórdão definiu o conceito de insumo para fins de cálculo de créditos de PIS e COFINS, reconhecendo a aplicação do conceito intermediário de insumo, ou seja, despesas que sejam essenciais ou relevantes para a atividade econômica do contribuinte. O Grupo inclusive, apoiado por seus assessores jurídicos externos, avalia permanentemente a jurisprudência sobre a matéria.



Adotando de forma consistente a interpretação embasada descrita acima, o Grupo tem apurado anualmente créditos de PIS e COFINS, sendo todos passíveis de mensuração confiável e objeto de registro contábil correspondente. Afora as autuações fiscais referidas na Nota 18, o Grupo não tem conhecimento de qualquer reivindicação de terceiros relativamente a tais créditos.

NOTA 11: DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Políticas contábeis

Os depósitos e bloqueios judiciais do Grupo são registrados pelo montante pago quando o depósito ou garantia é exigido, e posteriormente ajustado para refletir a correção monetária. São apresentados como ativos não circulantes, uma vez que se espera que sejam utilizados a partir de 12 meses da data do balanço.

O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e cíveis e tem efetuado depósitos judiciais restritos nos montantes correspondentes, bem como depósitos judiciais relacionados à provisão para processos judiciais.

Os depósitos e bloqueios judiciais são classificados por categoria:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributários	129	103	2.489	2.310
Trabalhistas	1	2	53	56
Cíveis	1	1	28	35
Depósitos e bloqueios judiciais	131	106	2.570	2.401

Os depósitos judiciais tributários na posição consolidada são compostos principalmente por:

- A ação do CCI e da Comercial de Alimentos sobre a incidência de PIS e COFINS não cumulativo, que totaliza R\$ 1.533 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.502 milhões em 31 de dezembro de 2020); e
- A ação do Banco CSF sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no valor de R\$ 557 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 513 milhões em 31 de dezembro de 2020).

As provisões das respectivas ações são contabilizadas em cada encerramento, conforme Notas 18.2.1 e 18.2.2.

Movimentação dos depósitos e bloqueios judiciais

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2020	108	2.382
Atualização	2	58
Adição (reversão)	(2)	2
Utilização	(2)	(41)
Em 31 de dezembro de 2020	106	2.401
Atualização	3	55
Adição (reversão)	22	134
Utilização	-	(20)
Em 31 de dezembro de 2021	131	2.570



NOTA 12: INVESTIMENTOS

Políticas contábeis

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados incluem a participação do Grupo em Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, ajustado em conformidade com as políticas contábeis do Grupo, a partir da data de aquisição da influência significativa ou do controle conjunto até a data em que este é perdido.

As controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e fazem parte integrante das operações do Grupo e a parte do seu resultado líquido do Grupo é, portanto, reportada como um componente separado nas demonstrações consolidadas.

Composição dos saldos

(Em milhões de Reais)

	Percentual de participação direta	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas:					
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	100,00%	7.723	6.753	-	-
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01%	-	-	-	-
Imopar Part. Adm. Imob. Ltda.	0,10%	-	-	-	-
Nova Tropi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,01%	-	-	-	-
Pandora Participações Ltda.	99,99%	273	279	-	-
CMBCI Invest. e Participações Ltda.	0,01%	-	-	-	-
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	51,00%	(5)	1	-	-
(-) Eliminação (a)		(284)	(312)	-	-
Controladas em conjunto:					
Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. (b)	50,00%	-	-	70	73
Ewally Tecnologia e Serviços S.A. (c)	49,00%	-	-	34	38
Total dos investimentos		7.707	6.721	104	111

Movimentação dos saldos (controladora)

(Em milhões de Reais)

	01/01/2020	Outorga de opção de ações	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aumento de capital	31/12/2020	Outorga de opção de ações	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aumento de capital	31/12/2021
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	6.131	6	541	(5)	80	6.753	8	952	10	-	7.723
Pandora Participações Ltda.	291	-	(12)	-	-	279	-	(6)	-	-	273
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	-	(1)	-	2	1	-	(6)	-	-	(5)
(-) Eliminação (a)	(339)	-	27	-	-	(312)	-	28	-	-	(284)
Total	6.083	6	555	(5)	82	6.721	8	968	10	-	7.707

- (a) Eliminação de operação intragrupo de aquisição de direito de exclusividade na oferta e distribuição de soluções financeiras divulgada na Nota 19.
- (b) Valor refere-se ao saldo em controlada em conjunto Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A., cuja participação é detida pela CMBCI Investimentos e Participações Ltda. O valor da despesa de equivalência patrimonial do exercício foi de R\$ 5 milhões (R\$ 3 milhões em 31 de dezembro de 2020).
- (c) Valor refere-se à participação adquirida em 04 de outubro de 2019 pela controlada Carrefour Comercio e Indústria Ltda. O valor de despesa de equivalência patrimonial do exercício foi de R\$ 4 milhões (R\$ 5 milhões em 31 de dezembro de 2020).



BSF Holding S.A

A controlada indireta BSF Holding S.A. conta com participação significativa de não controladores e possuía os seguintes saldos nos exercícios findos em de 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Balanco Patrimonial:

(Em milhões de Reais)	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	2.863	2.826
Passivo	162	100
Patrimônio Líquido	2.701	2.726

Demonstração dos resultados do exercício:

(Em milhões de Reais)	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita	511	363
Lucro líquido	463	353

NOTA 13: PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO E IMOBILIZADO

Políticas contábeis

CPC 28 (IAS 40) – Propriedade para Investimento define propriedade para investimento como propriedade (terrenos ou edifícios ou ambos) mantida para obter aluguéis ou para valorização de capital ou ambos. Com base nesta definição as propriedades de investimento detidas pelo Grupo são constituídas por centros comerciais (unidades de varejo e de serviço localizadas atrás da área de check-out das lojas) que são exclusivamente objeto de locação financeira e representam uma área disponível para locação de pelo menos 2.500 metros quadrados. Estes ativos geram fluxos de caixa que são amplamente independentes dos fluxos de caixa gerados pelos outros ativos de varejo do Grupo.

Os ativos classificados como propriedades de investimento têm vida útil de 40 anos, e são reconhecidas ao custo.

A receita de aluguel gerada por propriedades de investimento é registrada na demonstração de resultado em "Outras receitas" de forma linear ao longo do prazo da locação. Benefícios ou descontos concedidos pelo Grupo como parte dos acordos de arrendamento fazem parte integrante da receita líquida de locação e são reconhecidas ao longo do prazo da locação (Nota 15).

O valor justo das propriedades para investimentos é mensurado duas vezes ao ano:

- Por meio da aplicação de um múltiplo em função de (i) a rentabilidade de cada shopping e (ii) uma taxa de capitalização específicas do Brasil, à receita de aluguel anual bruta gerada por cada propriedade, ou
- Obtendo-se avaliações independentes elaboradas segundo dois métodos: o método dos fluxos de caixa descontados e o método de rendimento (*Yield Method*). Os avaliadores geralmente também comparam os resultados da aplicação desses métodos aos valores de mercado por metro quadrado e aos valores de transação recentes.

Tendo em vista os dados externos limitados disponíveis, nomeadamente em matéria de taxas de capitalização, a complexidade do processo de avaliação de imóveis e ao fato de que as avaliações baseiam-se em passar rendas para os imóveis próprios do Grupo, o valor justo das propriedades para investimento é determinado com base nas entradas de nível 3.

Nota 13.1. Propriedades para investimentos

(Em milhões de Reais)	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Custo das propriedades para investimentos	706	531
Depreciação	(146)	(134)
Total das propriedades para investimentos, líquido	560	397

Movimentação de propriedade para investimentos

Em 1º de janeiro de 2020	408
Adição	-
Depreciação	(11)
Em 31 de dezembro de 2020	397
Adição (a)	170
Transferência advinda do imobilizado (a)	5
Depreciação	(12)
Em 31 de dezembro de 2021	560

(a) Valor refere-se aos imóveis envolvidos na permuta de ativos do Projeto Pinheiros (Nota 3).



As receitas de aluguéis geradas por propriedades para investimentos, registradas nas demonstrações dos resultados na rubrica "Outras receitas" (Nota 22.2), totalizaram R\$ 27 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 15 milhões em 31 de dezembro de 2020). Os custos operacionais diretamente atribuíveis aos imóveis totalizaram R\$ 22 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 21 milhões em 31 de dezembro de 2020).

A avaliação do valor justo das propriedades para investimentos é realizada semestralmente, sendo a última realizada em 31 de dezembro de 2021, resultando em um valor justo das propriedades para investimentos de R\$ 808 milhões.

Nota 13.2. Imobilizado

Políticas contábeis

O imobilizado compreende principalmente edifícios, lojas, equipamentos e acessórios e terrenos.

Reconhecimento inicial

Em conformidade com o CPC 27 (IAS 16) – Ativo Imobilizado, terrenos, edificações e equipamentos são registrados pelo custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e quaisquer perdas de valores acumulados. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e quaisquer outros custos necessários para preparar esse ativo no local e nas condições exigidas para operar de maneira pretendida pela Administração, bem como os custos de desmobilização onde esses ativos estão localizados.

O software adquirido (integrante da função do equipamento) é capitalizado como parte desse equipamento.

Os pagamentos iniciais de ativo de direito de uso, como os valores pagos a título de fundo de comércio, por exemplo, são considerados como parte do ativo.

Os ativos em construção são reconhecidos pelo custo menos as perdas ao valor recuperável identificadas.

Custos subsequentes

O custo de substituição de um item de imobilizado é reconhecido no valor contábil desse item no caso de ser provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para o Grupo e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente que for substituído por outro é baixado.

Os custos de manutenção dos itens de imobilizado são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os ganhos e perdas resultantes da alienação de um item de ativo imobilizado são calculados através da comparação entre os rendimentos recebidos dessa alienação com o valor no imobilizado e são reconhecidos líquidos em outras receitas (despesas) na demonstração do resultado.

Reclassificação para propriedades de investimento

Quando o uso da propriedade muda de "ocupada pelo proprietário" para uma propriedade de investimento, o Grupo mantém este ativo a custo histórico e reclassifica-o como propriedade para investimento.

Vida útil

A depreciação do imobilizado começa quando o ativo está disponível para uso e termina quando o ativo é vendido, demolido ou reclassificado como mantido para venda de acordo com o CPC 31 (IFRS 5) - Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada.

Terrenos não são depreciados. Outros imobilizados, ou cada parte significativa de um item do imobilizado, são depreciados pelo método linear durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Edificações	
▪ Edificações	40 anos
▪ Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 30 anos
▪ Equipamentos e instalações	4 a 15 anos
▪ Outros	5 a 10 anos

Atendendo à natureza dos seus negócios, o Grupo considera que os seus bens e equipamentos não possuem valor residual.

A depreciação de benfeitorias de arrendamento em imóveis de terceiros é calculada e registrada sobre o período total do contrato.

Os períodos de depreciação são revistos em cada período e, quando apropriado, ajustados prospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis. Mudanças de Estimativa e Correção de Erro.

Teste ao valor recuperável (Nota 14.3)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Composição

(Em milhões de Reais)

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Edificações e benfeitorias	8.108	(1.091)	7.017	6.486	(894)	5.592
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	3.414	(1.634)	1.780	2.720	(1.344)	1.376
Imobilizado em andamento	448	-	448	596	-	596
Terrenos	2.962	-	2.962	2.691	-	2.691
Direito de uso de arrendamento	1.352	(145)	1.207	1.206	(90)	1.116
Total	16.284	(2.870)	13.414	13.699	(2.328)	11.371

(Em milhões de Reais)

	Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Valor contábil líquido
Edificações e benfeitorias	10.972	(2.698)	(18)	8.256	9.277	(2.405)	(15)	6.857
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	7.304	(4.441)	(20)	2.843	6.549	(3.988)	(19)	2.542
Imobilizado em andamento	549	-	-	549	615	-	-	615
Terrenos	3.677	-	(2)	3.675	3.460	-	(2)	3.458
Direito de uso de arrendamento	2.659	(565)	-	2.094	2.363	(370)	-	1.993
Total	25.161	(7.704)	(40)	17.417	22.264	(6.763)	(36)	15.465



Movimentação do valor contábil líquido

(Em milhões de Reais)	Controladora					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências (a)	
Edificações e benfeitorias	5.592	994	(197)	(1)	629	7.017
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	1.376	702	(322)	(10)	34	1.780
Imobilizado em andamento	596	748	-	-	(896)	448
Terrenos	2.691	44	-	(7)	234	2.962
Direito de uso de arrendamento	1.116	181	(56)	(30)	(4)	1.207
Total	11.371	2.669	(575)	(48)	(3)	13.414

(Em milhões de Reais)	Controladora					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 01/01/2020	Adições (c)	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	5.007	719	(159)	(18)	43	5.592
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	1.258	392	(267)	(7)	-	1.376
Imobilizado em andamento	37	711	-	-	(152)	596
Terrenos	1.588	1.003	-	(9)	109	2.691
Direito de uso de arrendamento	590	587	(40)	(21)	-	1.116
Total	8.480	3.412	(466)	(55)	-	11.371

(Em milhões de Reais)	Consolidado						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências (b)	Impairment	
Edificações e benfeitorias	6.857	1.063	(280)	(17)	637	(4)	8.256
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.542	912	(609)	(29)	32	(5)	2.843
Imobilizado em andamento	615	774	-	-	(840)	-	549
Terrenos	3.458	44	-	96	77	-	3.675
Direito de uso de arrendamento	1.993	360	(189)	(54)	(16)	-	2.094
Total	15.465	3.153	(1.078)	(4)	(110)	(9)	17.417

(Em milhões de Reais)	Consolidado					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 01/01/2020	Adições (c)	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	6.322	759	(241)	(37)	54	6.857
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.546	556	(540)	(34)	14	2.542
Imobilizado em andamento	72	723	-	-	(180)	615
Terrenos	2.365	1.004	-	(18)	107	3.458
Direito de uso de arrendamento	1.610	651	(173)	(95)	-	1.993
Total	12.915	3.693	(954)	(184)	(5)	15.465

- (a) Inclui valores referentes à conversão das lojas do Makro que estavam em imobilizado em andamento.
- (b) Inclui valores referentes aos ativos acima citados e aos ativos envolvidos na permuta de ativos do Projeto Pinheiros (Nota 3).
- (c) Inclui valores referentes à compra de ativos do Makro Atacadista S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 14: INTANGÍVEL

Políticas contábeis

Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido nas combinações de negócios, conforme explicado na Nota 4. O ágio registrado nas demonstrações financeiras do Grupo foi registrado antes da adoção do CPC 15 (IFRS 3) - Combinações de Negócios pelo Grupo, e baseia-se na diferença entre o valor pago e o valor contábil líquido do negócio adquirido na data de aquisição.

Na data de transição para as IFRSs, o Grupo optou por manter o tratamento contábil das combinações de negócios aplicadas segundo as normas contábeis anteriores, de acordo com a opção disponível para os adotantes pela primeira vez de acordo com o CPC 37 (IFRS 1) - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*. (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade).

De acordo com o CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ágio reconhecido em combinações negócios não é amortizado, mas é testado para redução ao valor recuperável anualmente ou mais frequentemente se houver indicação de que a seu valor contábil não pode ser recuperada pelo método descrito na Nota 14.3.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis consistem principalmente em software e outros ativos intangíveis relacionados às lojas.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente reconhecidos ao custo, os ativos intangíveis e ágio adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo (Nota 4).

Os softwares e outros ativos intangíveis são amortizados pelo método linear nos seguintes períodos:

Classe de ativos	Vida útil
Software e outros ativos intangíveis	5 anos
Fundo de comércio	10 a 25 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos em cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A amortização de fundo de comércio é efetuada de acordo com o período contratual do aluguel.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Composição

(Em milhões de Reais)	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ágio	1.702	(312)	1.390	1.702	(312)	1.390
Software	89	(55)	34	70	(46)	24
Total	1.791	(367)	1.424	1.772	(358)	1.414

(Em milhões de Reais)	Consolidado						
	31/12/2021			31/12/2020			
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ágio	3.289	(1.461)	-	1.828	3.289	(1.461)	1.828
Software	1.620	(1.216)	-	404	1.529	(1.094)	435
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	95	(62)	(9)	24	95	(58)	37
Intangível em andamento	86	-	-	86	23	-	23
Total	5.090	(2.739)	(9)	2.342	4.936	(2.613)	2.323



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota 14.1. Ágio

O valor recuperável do ágio é monitorado ao nível das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) representadas pelos segmentos do Grupo.

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
(Em milhões de Reais)	Valor líquido	Valor líquido
Atacadão (a)	1.390	1.390
Total	1.390	1.390

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
(Em milhões de Reais)	Valor líquido	Valor líquido
Varejo	437	437
Atacadão (a)	1.391	1.391
Total	1.828	1.828

(a) Em 30 de abril de 2007, a controladora final da Companhia, o Carrefour S.A. adquiriu a totalidade das ações da Companhia por meio de sua subsidiária, Korcula Participações Ltda. ("Korcula"). O ágio foi calculado pela diferença entre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia na data da aquisição no montante de R\$ 453 milhões e o preço de compra inicial no montante de R\$ 2.233 milhões, subsequentemente ajustado para R\$ 2.163 milhões. Em 31 de janeiro de 2008, foi aprovada a incorporação da controladora Korcula pela Companhia, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007. Para fins da incorporação, o valor do investimento detido pela Korcula na Companhia foi eliminado contra o patrimônio líquido, resultando no reconhecimento de ágio no montante de R\$ 1.702 milhões nas demonstrações financeiras da Companhia. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil naquela época, o ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2009, resultando em um ágio líquido de amortização acumulada no montante de R\$ 1.390 milhões.

Nota 14.2. Intangível e ágio - Movimentação do valor contábil líquido

	Controladora			
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2021
(Em milhões de Reais)				
Ágio	1.390	-	-	1.390
Software	24	19	(9)	34
Total	1.414	19	(9)	1.424

	Controladora			
	Saldo em 01/01/2020	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
(Em milhões de Reais)				
Ágio	1.390	-	-	1.390
Software	21	10	(7)	24
Total	1.411	10	(7)	1.414

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Amortizações	Baixas Líquidas	Transferências	Impairment	Saldo em 31/12/2021
(Em milhões de Reais)							
Ágio	1.828	-	-	-	-	-	1.828
Software	435	64	(129)	(2)	36	-	404
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	37	-	(4)	-	-	(9)	24
Intangível em andamento	23	97	-	-	(34)	-	86
Total	2.323	161	(133)	(2)	2	(9)	2.342

	Consolidado					
	Saldo em 01/01/2020	Adições	Amortizações	Baixas Líquidas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
(Em milhões de Reais)						
Ágio	1.827	1	-	-	-	1.828
Software	443	139	(124)	(53)	30	435
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	40	-	(3)	-	-	37
Intangível em andamento	18	30	-	-	(25)	23
Total	2.328	170	(127)	(53)	5	2.323



Nota 14.3. Testes para perda no valor recuperável do ágio e análises de sensibilidade

Políticas contábeis

Em conformidade com o CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Para os ativos com uma vida útil indefinida - principalmente o ágio - o teste é realizado anualmente.

Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o mais alto de seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por *impairment* é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores.

Valor recuperável de ativos que não sejam ágio

Os testes de valor recuperável para o imobilizado são realizados ao nível das lojas individuais (UGCs). De acordo com o CPC 01 (IAS 36), os ativos intangíveis (exceto o ágio) com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. Todas as lojas que relatam uma perda operacional recorrente antes da depreciação e amortização em dois anos consecutivos (após o período de início) são testadas.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.

O valor em uso é considerado igual aos fluxos de caixa futuros descontados da loja durante um período de até cinco anos mais um valor terminal. O valor justo é estimado com base nos preços de transações recentes, práticas da indústria, avaliações independentes ou o preço estimado em que a loja poderia ser vendida a um concorrente.

A taxa de desconto aplicada é a mesma para os testes de valor recuperável (*impairment*) no ágio.

Valor recuperável do ágio

O CPC 01 (IAS 36) requer testes de valor recuperável a serem realizados anualmente em nível de cada UGC ou grupo de UGCs às quais o ágio é alocado.

De acordo com a norma, o ágio é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera beneficiar das sinergias da combinação de negócios. Cada UGC ou grupo de UGCs aos quais o ágio é alocado deve representar o menor nível dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno e não deve ser maior que um segmento operacional conforme definido no CPC 22 (IFRS 8) – Informação por segmento.

Para efeitos de análise da quantia recuperável de ágio, considera-se que cada segmento operacional individual representa um grupo de UGCs.

Valor em uso corresponde à soma dos fluxos de caixa futuros descontados para um período geralmente não superior a cinco anos, acrescido de um valor terminal calculado projetando dados para o último ano para perpetuar a uma taxa de crescimento. Os fluxos de caixa futuros são estimados com base em orçamentos financeiros dos segmentos operacionais aprovados pela Administração.

A taxa de desconto para cada segmento operacional corresponde ao custo médio ponderado dos capitais próprios e da dívida, determinado com base na taxa de transmissão média do setor. O custo da dívida é determinado aplicando a mesma lógica. A taxa de desconto é calculada antes dos impostos.

Testes adicionais são executados ao fim do período interino quando existe uma indicação de *impairment*. Os principais indicadores de valor recuperável utilizados pelo Grupo são os seguintes:

- indicador de *impairment* interno: uma deterioração material na proporção entre o EBITDA/Lajida Ajustado (Lucro antes dos impostos de renda, resultado financeiro, depreciação e amortização) excluindo a rubrica de outras receitas e despesas e o resultado operacional líquido, orçamento e o *forecast* mais recente; e
- indicador de *impairment* externo: um aumento significativo da taxa de desconto e / ou um rebaixamento grave na previsão do crescimento do PIB do FMI.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no ágio são irreversíveis, incluindo as registradas em um período interino.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Determinação do valor recuperável

Para determinação do valor recuperável dos segmentos do Grupo (Atacado e Varejo) que tem um ágio alocado no balanço, foram utilizadas projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração considerando as seguintes premissas:

- (i) Receitas: projetadas de 2022 a 2026 considerando crescimento histórico das vendas em volume e as projeções de inflação baseados sobre projeções macroeconômicas de bancos, sem considerar a expansão das lojas;
- (ii) Lucro bruto: projetando no mesmo exercício considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de vendas;
- (iii) Despesas: projetadas no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando ganhos de produtividade e eficiência detalhados por cada linha de custos;
- (iv) Capital de giro: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da mercadoria vendida;
- (v) Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis (capex): foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;
- (vi) Valor terminal: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;
- (vii) Taxa de desconto: elaborada conforme descrito na política contábil. A taxa de desconto utilizada foi de 9,3% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (10,6% a.a. em 31 de dezembro de 2020); e
- (viii) Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 3,1% a.a. em 31 de dezembro 2021 (3,5% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

Análise de sensibilidade

Os testes de *impairment* em ágio e outros ativos intangíveis foram realizados em 31 de dezembro de 2021 de acordo com o CPC 01/IAS 36. A análise de sensibilidade para uma mudança simultânea nas entradas principais com base em premissas razoavelmente possíveis não revelou qualquer cenário provável, segundo a qual o valor recuperável de qualquer um dos grupos de UGC seria inferior a seu valor contábil. Dessa forma os resultados dos testes não levaram ao reconhecimento de perdas por valores recuperáveis nestes ativos.

As taxas de crescimento e as taxas de desconto (correspondentes ao custo médio ponderado do capital - WACC) aplicadas para fins de teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2021 são apresentadas abaixo:

Controladora e Consolidado		
31/12/2021		
	Taxa de desconto antes dos impostos	Taxa de crescimento contínuo
Varejo	9,3%	3,1%
Atacado	9,3%	3,1%



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 15: OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Políticas contábeis

O Grupo reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato.

O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo, incluindo custos iniciais do contrato, como por exemplo, aquisição de fundo de comércio, e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por *impairment*, ajustes do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental do Grupo, a não ser que a taxa de desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente.

O passivo de arrendamento é subsequente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas. O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato.

O Grupo aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o período de tempo para o qual o Grupo possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos, o que podem impactar significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

O Grupo não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

Os valores de créditos de imposto sobre pagamentos de arrendamento, PIS e COFINS, são considerados como parte do ativo e passivo de arrendamento, conforme o ofício circular CVM /SNC / SEP 02/2019.

Grupo como arrendatário

Os principais contratos de arrendamento do Grupo referem-se a imóveis onde estão instaladas nossas lojas, centros de distribuição e prédios administrativos. A conciliação da movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é demonstrada na nota 13.2 e do passivo de arrendamento na nota 28.4. Os fluxos estimados de pagamento são demonstrados na nota 28.3.

Esses contratos de arrendamento de ativos imobiliários têm uma duração de 5 a 30 anos e podem ter uma opção de renovação. Além disso, esses contratos são geralmente indexados a índices de inflação, que variam de acordo com o arrendador.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de Reais)	31/12/2021								31/12/2020			
	Atacadão		Varejo		Soluções Financeiras	Média ponderada do prazo estimado de arrendamento (em anos)	Direito de uso líquido	Créditos de PIS e COFINS potencial	Direito de uso total	Passivo de arrendamento	Direito de uso total	Passivo de arrendamento
	Quantidade	% total lojas	Quantidade	% total lojas	Quantidade							
Autosserviço	53	21%	-	N.A	-	13	933	69	1.002	(811)	881	(656)
Atacado de entrega	10	30%	-	N.A	-	18	110	10	120	(131)	136	(147)
Hipermercado	-	N.A	31	31%	-	4	313	28	341	(383)	336	(363)
Supermercado	-	N.A	46	84%	-	15	229	18	247	(277)	248	(264)
Conveniências	-	N.A	122	85%	-	21	91	6	97	(105)	85	(91)
Centros de distribuições	-	N.A	8	N.A	-	28	165	17	182	(209)	192	(213)
Edifícios administrativos	1	N.A	-	N.A	1	6	98	7	105	(122)	115	(126)
Total	64		207		1		1.939	155	2.094	(2.038)	1.993	(1.860)
Controladora									1.207	(1.043)	1.116	(909)
										(33)		(34)
Consolidado									2.094	(2.038)	1.993	(1.860)
										(161)		(139)
										(1.877)		(1.721)

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo, o Grupo reavalia a taxa de juros quando há reavaliação do prazo de arrendamento.

Prazo	De	Até
1 a 5 anos	3,7%	12,2%
6 a 10 anos	8,5%	13,5%
11 a 15 anos	10,9%	14,1%
Mais de 15 anos	11,9%	14,1%

Outras considerações

Em atendimento ao ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

(Em milhões de Reais)	2021	2022	2023	2024	A partir de 2025	Passivo de arrendamento
Inflação projetada	10,0%	5,03%	3,41%	3,00%	3,00%	
Controladora	143	139	122	108	1.211	1.723
Consolidado	362	346	276	196	2.276	3.455



Notas explicativas às demonstrações financeiras

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Despesa de juros de arrendamento	Juros de arrendamento considerando fluxos corrigidos pela inflação	Despesa de depreciação do direito de uso	Despesa de depreciação considerando fluxos corrigidos pela inflação
Controladora	107	131	56	69
Consolidado	211	223	189	230

Grupo como arrendador

A controlada Carrefour arrenda suas propriedades para investimentos e galerias comerciais existentes em suas lojas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a controlada Carrefour possuía o seguinte cronograma de recebimentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Dentro de 1 ano	200	174
De 1 a 5 anos	289	161
Após 5 anos	5	-
Grupo como arrendador	494	335



NOTA 16: FORNECEDORES

Políticas contábeis

Fornecedores correspondem principalmente contas a pagar. Eles também incluem contas a pagar que os fornecedores têm transferidos para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios.

São classificados na categoria outros passivos financeiros e mensurados a custo amortizado, conforme definido no CPC 38 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Nota 28). Fornecedores é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Terceiros:				
Fornecedores mercadorias	10.473	9.307	14.002	13.358
Fornecedores diversos	90	84	663	574
Fornecedores de imobilizado	585	317	697	421
Partes relacionadas:				
Carrefour Import S.A.	-	-	86	64
Carrefour Argentina	-	-	-	5
Maison Johannes Boubee	-	-	1	1
Fornecedores	11.148	9.708	15.449	14.423

O Grupo intermedia entre os fornecedores e as instituições financeiras a antecipação das faturas do contas a receber dos fornecedores com o Grupo decorrentes da venda de mercadorias e serviços. A dívida com o fornecedor fica registrada na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não tem diferença de natureza, montantes e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação para a Companhia e suas controladas, sendo de exclusividade o direito e a critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia e suas controladas.

O saldo de títulos vendidos pelos fornecedores em 31 de dezembro de 2021 era R\$ 2.289 milhões na controladora e R\$ 3.614 milhões no consolidado (R\$ 1.649 milhões na controladora e R\$ 3.176 milhões no consolidado em 31 de dezembro 2020).

NOTA 17: IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Políticas contábeis

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados com uma combinação de negócios ou itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Segmento de Varejo e Atacadão

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Nossas controladas Imopar, E-mídia e CMBCI optaram por calcular os lucros tributáveis como uma porcentagem das vendas brutas (lucro presumido). Desta forma, estas controladas calculam o imposto de renda e a contribuição social à alíquota de 32% sobre a receita bruta (atividades gerais) e 100% sobre a receita financeira, aplicando-se as alíquotas estatutárias de imposto de renda e contribuição social (25% e 9% respectivamente).

Segmentos de Soluções Financeiras

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos da instituição financeira Banco CSF S.A. são calculados pelas alíquotas de 15%, acrescidas de um adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$ 240 mil para imposto de renda e 20% sobre o rendimento tributável da contribuição social sobre o Lucro Líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e de contribuição social, limitados a 30%. Adicionalmente, os créditos tributários foram reconhecidos pelas mesmas alíquotas de imposto de renda e contribuição social de 25% e 20% sobre as diferenças temporárias. De acordo com a Lei Nº 14.183/21, a alíquota da Contribuição Social, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras passou de 20% para 25% no período de julho a dezembro de 2021, retornando para 20% a partir de janeiro de 2022.

Devido a essas alterações, os ativos e passivos fiscais diferidos, cuja realização espera-se ocorrer durante esse período, foram reconhecidos considerando a nova alíquota.



Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou perda do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O valor do imposto a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo fiscal ou um passivo fiscal na melhor estimativa do valor projetado dos impostos a pagar ou a receber e reflete as incertezas relacionadas ao seu cálculo, se houver. É mensurado com base na taxa de imposto promulgada, ou substancialmente aprovada, na data da demonstração do balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial consolidado e as respectivas bases fiscais (exceto nos casos específicos mencionados no CPC 32 (IAS 12) e sobre os prejuízos fiscais). São mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao período em que o ativo será realizado ou o passivo será liquidado, com base nas alíquotas e leis tributárias promulgadas até o final do período de relatório. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são descontados e são classificados no balanço patrimonial como "Ativos não circulantes" e "Passivos não circulantes".

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual estes devem ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos a cada data do balanço patrimonial e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A recuperabilidade do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliada separadamente para cada pessoa jurídica com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros contidas no plano de negócios e o montante de passivos fiscais diferidos no final do período. Uma provisão para desvalorização é registrada para a baixa de ativos tributários diferidos cuja recuperação não é considerada provável.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existem fundamentos legais para compensar ativos ou passivos fiscais correntes, e quando estes se referem a um imposto de renda devido à mesma autoridade tributária sujeita a essa tributação.

Nota 17.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social corrente	(793)	(744)	(1.279)	(1.021)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	160	(62)	314	(60)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(633)	(806)	(965)	(1.081)

Reconciliação da alíquota efetiva

A alíquota de imposto efetiva consolidada do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 22% (28% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020) e reflete, entre outros efeitos, o reconhecimento do valor justo do Projeto Pinheiros e o pagamento de juros sobre capital próprio.

A conciliação entre a alíquota de imposto efetiva e a alíquota nominal da Controladora e do Consolidado é demonstrada abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.777	3.477	4.331	3.925
<i>Alíquota de imposto</i>	-34%	-34%	-34%	-34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de imposto combinada	(1.284)	(1.182)	(1.473)	(1.335)
Diferenças permanentes:				
Juros sobre capital próprio	243	168	303	168
Equivalência patrimonial	323	180	-	-
Multas não dedutíveis	14	19	35	19
Variação da parcela de impostos diferidos não reconhecidos	-	-	55	63
Diferença de alíquota de imposto na controlada Banco CSF - alíquota nominal de 50% (45% em 31 de dezembro de 2020)	-	-	(146)	(65)
Ajuste a valor justo do projeto Pinheiros (controlada Imopar - lucro presumido)	-	-	134	-
Efeito do IFRIC 23 (a)	73	-	107	-
Outras diferenças permanentes	(2)	9	20	69
Total	(633)	(806)	(965)	(1.081)
Alíquota efetiva	-17%	-23%	-22%	-28%



Notas explicativas às demonstrações financeiras

- a) Em 27 de setembro de 2021, o STF reconheceu, em sede de repercussão geral (RE 1.063.187) Tema 962, a inconstitucionalidade do oferecimento à tributação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa SELIC recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário. Diante dessa decisão, em 30 de novembro de 2021, foram registrados os créditos tributários de imposto de renda no montante de R\$ 73 milhões na controladora e R\$ 107 milhões no consolidado, na rubrica de Tributos a Recuperar.

Nota 17.2. Impostos diferidos ativos e passivos

A controladora apresenta um passivo fiscal diferido líquido de R\$ 435 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 599 milhões em 31 de dezembro de 2020).

O ativo fiscal diferido líquido, na posição consolidada, é de R\$ 194 milhões em 31 de dezembro de 2021. Variação positiva de R\$ 314 milhões em relação a 31 de dezembro de 2020.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo de impostos diferidos ativos	-	-	633	482
Saldo de impostos diferidos passivos	(435)	(599)	(439)	(602)
Saldo líquido de impostos diferidos (passivos)	(435)	(599)	194	(120)

Os quadros seguintes apresentam a composição dos impostos diferidos:

(Em milhões de Reais)	Controladora						
	01/01/2020	Reconhecido em		31/12/2020	Reconhecido em:		31/12/2021
		Resultado do exercício	ORA		Resultado do exercício	ORA	
Depreciação de imobilizado	(158)	(31)	-	(189)	(37)	-	(226)
Ganhos tributários não realizados	(188)	(11)	-	(199)	199	-	-
Ganhos cambiais não realizados	-	-	-	-	(92)	-	(92)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(93)	(6)	(99)	20	4	(75)
Amortização fiscal de ágio	(472)	-	-	(472)	(1)	-	(473)
Ajuste a valor justo	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Total imposto diferido passivo	(818)	(135)	(6)	(959)	85	4	(870)
Perdas cambiais não realizadas	-	71	-	71	68	-	139
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	29	-	29
Provisões	211	(32)	-	179	(25)	-	154
Outras provisões administrativas	8	5	-	13	4	-	17
Provisão para participação nos lucros	32	15	-	47	(17)	-	30
Provisão para descontos de vendas em estoque	24	1	-	25	3	-	28
Plano de pagamento baseado em ações	2	1	-	3	5	-	8
Outras provisões	10	12	-	22	8	-	30
Total imposto diferido ativo	287	73	-	360	75	-	435
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(531)	(62)	(6)	(599)	160	4	(435)

(Em milhões de Reais)	Consolidado						
	01/01/2020	Reconhecido em:		31/12/2020	Reconhecido em:		31/12/2021
		Resultado do exercício	ORA		Resultado do exercício	ORA	
Depreciação de imobilizado	(214)	(32)	-	(246)	(39)	-	(285)
Amortização fiscal de ágio	(618)	-	-	(618)	(1)	-	(619)
Ganhos tributários não realizados	(188)	(30)	-	(218)	197	-	(21)
Instrumentos financeiros derivativos	1	(93)	(2)	(94)	(44)	-	(138)
Total imposto diferido passivo	(1.019)	(155)	(2)	(1.176)	113	-	(1.063)
Perdas cambiais não realizadas	-	71	-	71	68	-	139
(-) Impairment de ativos fixos	15	(2)	-	13	4	-	17
Provisões	1.114	1	-	1.115	(47)	-	1.068
Prejuízo fiscal	884	(7)	-	877	(14)	-	863
Provisão para participação nos lucros	79	42	-	121	(43)	-	78
Provisão para descontos de vendas em estoque	165	(23)	-	142	7	-	149
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	179	(114)	-	65	-	-	65
Plano de ações	2	1	-	3	5	-	8
Aluguéis	255	61	-	316	14	-	330
Outras provisões	135	2	-	137	152	-	289
Total imposto diferido ativo	2.828	32	-	2.860	146	-	3.006
Total de impostos diferidos líquidos	1.809	(123)	(2)	1.684	259	-	1.943
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	(1.867)	63	-	(1.804)	55	-	(1.749)
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(58)	(60)	(2)	(120)	314	-	194



Nota 17.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos

Os ativos não reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$ 1.749 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.804 milhões em 31 de dezembro de 2020), incluindo R\$ 580 milhões referentes a prejuízos fiscais (R\$735 milhões em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 1.169 milhões em diferenças temporárias (R\$ 1.069 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos ativos fiscais diferidos do Grupo com base nas: i) reversões de diferenças tributáveis futuras; e ii) expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sendo que para as empresas do segmento de Varejo, o estudo técnico de viabilidade foi aprovado pela Administração:

(Em milhões de Reais)	Impostos diferidos ativos reconhecidos		Impostos diferidos ativos não reconhecidos	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2022	333	848	-	-
2023	51	192	-	-
2024	51	217	-	-
2025	-	-	-	97
2026	-	-	-	98
2027-2029	-	-	-	279
2030-2032	-	-	-	139
2033-2035	-	-	-	139
2036-2038	-	-	-	139
2039-2041	-	-	-	139
A partir de 2042	-	-	-	719
	435	1.257	-	1.749

NOTA 18: IMPOSTO DE RENDA A PAGAR, PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos da entidade para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. O valor da provisão é estimado com base na natureza da obrigação e no desfecho mais provável, conforme uma análise feita caso a caso, exceto por uma parte de reclamações trabalhistas, cuja provisão é estimada com base nas perdas históricas.

Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como:

- Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Grupo; ou
- Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou (ii) o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo divulga o ativo contingente, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Em 1º de janeiro de 2019 entrou em vigência interpretação técnica ICPC 22 /IFRIC 23 sobre incertezas sobre o tratamento de imposto de renda. A controlada Carrefour Soluções Financeiras S.A. questiona o adicional de 6% de contribuição social cobrado de instituições financeiras.

De acordo com a nova norma, a provisão que é feita sobre essa discussão, passou a ser contabilizado na rubrica de imposto de renda e contribuição a pagar no passivo não circulante.

Nota 18.1. Movimentação das provisões

(Em milhões de Reais)	Controladora				31/12/2021
	31/12/2020	Atualizações e juros	Adições / (reversões)	Utilização	
Tributárias	392	8	(85)	(61)	254
Trabalhistas	50	-	5	(14)	41
Cíveis	31	11	11	(4)	49
Benefícios pós-emprego	15	1	-	-	16
Provisões	488	20	(69)	(79)	360



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de Reais)	Consolidado				31/12/2021
	31/12/2020	Atualizações e juros	Adições / (reversões)	Utilização	
Tributárias	2.734	80	(237)	(133)	2.444
Trabalhistas	280	49	86	(169)	246
Cíveis	268	51	4	(32)	291
Compromissos contingentes (a)	317	-	(26)	-	291
Benefícios pós-emprego	19	1	(2)	-	18
Total	3.618	181	(175)	(334)	3.290

(Em milhões de Reais)	Consolidado				31/12/2021
	31/12/2020	Atualizações e juros	Adições / (reversões)	Utilização	
Imposto de renda e contribuição social a pagar (nota 18.2.1)	510	18	54	-	582

(a) A provisão sobre os compromissos contingentes refere-se às linhas de créditos concedidas aos clientes dos cartões Carrefour e Atacadão a nossa empresa de segmentos financeiros, apresentadas na nota 33.

As empresas do Grupo estão envolvidas em certo número de processos judiciais, administrativos e reclamações no curso normal dos negócios. As empresas também estão sujeitas a auditorias fiscais que podem resultar em autos de infração. As principais reclamações e processos judiciais são descritas a seguir. Em cada caso, o risco é avaliado pela Administração do Grupo e seus assessores jurídicos.

Litígios e processos judiciais

O Grupo está envolvido em litígios fiscais, trabalhistas, previdenciários, cíveis e processos judiciais.

Nota 18.2. Litígios tributários provisionados

O Grupo possui autos de infração e demandas judiciais relacionados a matérias fiscais nas esferas municipais, estaduais e federal. Para aquelas em que há uma estimativa de perda provável, foram constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir decisões desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2021, as principais demandas tributárias sujeitas a provisões eram:

Nota 18.2.1. Contribuição social sobre o lucro (CSLL)

O Banco CSF discute judicialmente a constitucionalidade da majoração de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido a que as instituições financeiras estão sujeitas. O *leading* case que discutia este tema no Supremo Tribunal Federal foi julgado improcedente, em caráter definitivo, contra os contribuintes em junho de 2020. Portanto, o Banco CSF espera resultado semelhante na sua ação.

Em 31 de dezembro de 2021 a provisão constituída, atualizada pela correção monetária, totalizava R\$ 582 milhões (510 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Os valores referentes a esta provisão foram pagos via depósitos judiciais, apresentados na nota 11.

Nota 18.2.2. PIS e COFINS

A sistemática da não-cumulatividade para a apuração e pagamento de PIS e COFINS está em vigor desde 2002. Nesse regime, o contribuinte tem o direito de deduzir o montante de PIS e COFINS pagos em estágios anteriores da cadeia produtiva daqueles a pagar no estágio atual. Em 2004, o Carrefour optou por discutir judicialmente o aproveitamento integral de créditos de PIS e COFINS de determinados custos e despesas necessários para suas atividades. O Carrefour reconhece créditos de PIS e COFINS sobre itens em disputa e como o desfecho da mencionada demanda judicial ainda é incerto, o Carrefour reconheceu provisão para determinados créditos e também efetuou depósito judicial da importância envolvida, em bases mensais.

Em setembro de 2018, o Carrefour deixou de reconhecer créditos de PIS e COFINS sobre determinados itens em disputa, cessando assim a necessidade de reconhecimento de provisão adicional e respectivos depósitos judiciais.

Os valores referentes a esta provisão estão depositados judicialmente, conforme apresentado na Nota 11.



Nota 18.2.3. ICMS Cesta Básica

Em 16 de outubro de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que parte dos créditos tributários originados na aquisição de produtos da cesta básica deveria ser estornada. Esta decisão foi publicada pelo STF em 13 de fevereiro de 2015, com efeito de repercussão geral, impactando todos os contribuintes. Os contribuintes apresentaram embargos de declaração visando, inclusive, a modulação dos efeitos da decisão, para que esta produzisse efeitos a partir da conclusão final do recurso.

Em 9 de maio de 2019, o STF rejeitou os embargos de declaração, apresentados pelo contribuinte no caso principal (RE 635.688). Como resultado, não houve modulação dos efeitos do estorno de parte dos créditos reconhecidos sobre as transações de períodos anteriores dessa decisão. Desta forma, parte substancial das adições de provisões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 refere-se à provisão registrada em decorrência da mudança de estimativa de probabilidade de perda de possível para provável em relação à matéria (Nota 18.2.5 e Nota 25).

Em 06 de junho de 2019, os contribuintes envolvidos nesta causa apresentaram novos embargos de declaração que foram novamente rejeitados.

Conforme mencionado na Nota 25, a Companhia e suas controladas aderiram a programas de anistia fiscal concedidos por determinados estados durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os quais incluíram débitos relacionados a este tema.

Nota 18.2.4. Outras contingências fiscais

A Companhia e suas controladas receberam outras autuações fiscais que, após análise, foram classificadas como "perdas prováveis". Os principais tópicos envolvidos são: (i) ICMS - créditos indevidos, demandas entre os estados referentes à concessão de benefícios fiscais (guerra fiscal), créditos sobre energia elétrica, falta de pagamento e obrigações acessórias, (ii) Aplicação do Fator Acidentário de Prevenção - "FAP", (iii) Pedido eletrônico de restituição, ressarcimento, reembolso e compensação - "PER/DCOMP", (iv) COFINS - Base de cálculo e alíquota e (v) Outras causas menos relevantes.

Nota 18.2.5. Resumo dos litígios fiscais provisionados

Os litígios tributários do Grupo provisionados, por natureza de tributo é apresentada no quadro abaixo.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(582)	(510)
PIS e COFINS	(21)	(21)	(1.461)	(1.325)
ICMS	(210)	(351)	(837)	(1.220)
Outros tributos	(23)	(20)	(146)	(189)
Total das provisões tributárias	(254)	(392)	(3.026)	(3.244)
Depósitos judiciais oferecidos em garantia (notas 18.2.1 e 18.2.2)	-	-	2.090	2.015
Provisões tributárias líquidas de depósitos dados em garantia	(254)	(392)	(936)	(1.229)

O Grupo aderiu, no ano de 2020, a determinados programas estaduais de anistia fiscal. Especialmente, aos programas lançados pelo Mato Grosso do Sul e pelo Rio de Janeiro. O valor total envolvido nestes programas é de R\$ 91 milhões na controladora e R\$ 550 milhões no consolidado, cujos pagamentos realizados durante o exercício de 2020 totalizaram R\$ 32 milhões na controladora e R\$ 41 milhões no consolidado. Durante o exercício de 2021, os respectivos pagamentos totalizaram R\$ 57 milhões na controladora e R\$ 120 milhões no consolidado. A reversão relativa à provisão, decorrente dos benefícios das anistias, corresponde a R\$ 58 milhões na controladora e R\$ 357 milhões no consolidado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com o desembolso em 2021, ainda houve a reversão de mais R\$ 105 milhões no consolidado.

Durante o primeiro trimestre de 2021 o Grupo aderiu a programa de anistias fiscais lançados por alguns estados, especialmente, Amazonas e Goiás. O valor total pago por meio desses programas foi de R\$ 42 milhões na controladora e R\$ 76 milhões no consolidado. A reversão bruta das provisões, devido ao benefício dessas anistias, totalizou R\$ 31 milhões na controladora e R\$ 53 milhões no consolidado.

Durante o segundo trimestre de 2021 o Grupo aderiu a programa de anistias fiscais lançados por alguns estados, especialmente, Pernambuco. O valor total pago em relação a estes programas foi de



R\$ 7 milhões no consolidado. A reversão das provisões, decorrente do benefício das anistias, totalizou R\$ 7 milhões no consolidado. Não houve impacto na controladora.

Durante o terceiro trimestre de 2021 o Grupo aderiu a programas de anistia fiscal lançados por alguns estados, especialmente, Minas Gerais. O valor total pago em relação a estes programas foi de R\$ 15 milhões na controladora e R\$ 37 milhões no consolidado. A reversão das provisões, devido ao benefícios das anistias, totalizou R\$ 1 milhão na controladora e R\$ 45 milhões no consolidado.

Durante o quarto trimestre de 2021 o Grupo aderiu a programas de anistia fiscal lançados por alguns estados, especialmente Ceará, Paraíba e Tocantins. O valor total pago em relação a estes programas foi de R\$ 1 milhão na controladora e R\$ 1 milhão no consolidado. A reversão das provisões, devido ao benefícios das anistias, totalizou R\$ 4 milhões no consolidado, sem impacto na controladora.

Os efeitos das referidas reversões estão apresentados na Nota 25.

Nota 18.3. Disputas relacionadas a empregados (trabalhistas) provisionadas

O Grupo é parte de vários processos trabalhistas e procedimentos administrativos, iniciados por ex-empregados, terceiros, associações profissionais e Ministério Público, envolvendo, basicamente reclamações em relação à jornada de trabalho, entre outras obrigações previstas na legislação trabalhistas. Tais demandas envolvem o pagamento de horas extras, vínculo empregatício e outros efeitos correlacionados, além de solicitações de associações profissionais e do Ministério Público, para comprovar o cumprimento da legislação trabalhista e ajuste de conduta.

Demandas de ex-empregados e empregados terceirizados

Devido ao número significativo de processos trabalhistas, a provisão é calculada, considerando um histórico de perdas para avaliar o montante envolvido para casos em fase inicial e inferiores a R\$ 1 milhão. Baseado em banco de dados das empresas do Grupo referentes aos processos concluídos nos últimos dois anos e segregando os empregados pelas principais categorias, uma média sobre os pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados é calculada e aplicada para novas reclamações. Além disto, para os casos cujas reclamações trabalhistas são superiores a R\$ 1 milhão, a expectativa de perda, incluindo o montante a ser registrado, é individualmente analisado por assessores jurídicos internos e externos do Grupo.

Nenhuma reclamação trabalhista individualmente é considerada como material pelo Grupo.

Processos coletivos movidos por associações profissionais e pelo Ministério Público

As ações judiciais ou administrativas movidas por associações profissionais e pelo Ministério Público são avaliadas caso a caso e as provisões são constituídas em quantidade suficiente quando necessário.

Nenhuma das ações movidas por associações ou Ministério Público é considerada individualmente material pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para processos trabalhistas totalizavam R\$ 246 milhões (R\$ 280 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Nota 18.4. Demandas judiciais e administrativas (Cíveis)

No âmbito administrativo, o Grupo Carrefour está sujeito às fiscalizações e autuações dos mais diversos órgãos e das mais diversas esferas (Municipal, Estadual e Federal), tendo em vista a ampla regulamentação aplicada ao ramo varejista. Já no âmbito judicial, as ações se concentram em questões originadas das relações de consumo, da relação comercial com os fornecedores e de demandas movidas em face dos órgãos regulatórios.

Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para as disputas cíveis totalizavam R\$ 291 milhões (R\$ 268 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Nota 18.5. Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo está envolvido em outras contingências tributárias, cíveis e previdenciárias, cujas perdas foram consideradas como possíveis pela Administração com o suporte de assessores jurídicos externos, e, portanto, não provisionadas, no valor de R\$ 3.852 milhões na Controladora (R\$ 3.710 milhões em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 9.070 milhões no Consolidado (R\$ 8.451 milhões em 31 de dezembro de 2020). Considerando o imposto de renda e contribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

social diferidos passivos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido de passivos contingentes para o Grupo é de R\$ 3.379 milhões na Controladora (R\$ 3.237 milhões em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 8.481 milhões no Consolidado (R\$ 7.859 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Em janeiro de 2022 a controlada recebeu auto de infração de PIS e COFINS referente a créditos sobre determinadas despesas, bem como sobre descontos comerciais de seus fornecedores no valor total de R\$ 483 milhões.

Nota 18.5.1. Tributários

Os passivos contingentes tributários são:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e Contribuição social	3.044	2.974	3.255	3.183
PIS e COFINS	135	88	2.158	1.595
ICMS	562	486	2.842	2.901
Outros tributos	111	162	815	772
Total	3.852	3.710	9.070	8.451

Os principais tópicos que compõem os passivos contingentes tributários referem-se a: (i) Dedutibilidade de amortização de ágios, (ii) Alteração de regime de tributação de variação cambial para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, (iii) Tributação de ICMS sobre cupons cancelados e créditos de ICMS em disputa no Estado de São Paulo, (iv) Reconhecimento de créditos de PIS/COFINS sobre determinadas despesas, bem como tributação de PIS/COFINS sobre bonificações recebidas de fornecedores, e (v) Imposto sobre transmissão de bens Imóveis – ITBI.

Os casos mais relevantes são apresentados a seguir:

Dedutibilidade de amortização de ágio no Atacadão S.A (IRPJ e CSLL)

A Companhia tem sido questionada desde junho 2013 quanto à amortização do ágio para fins fiscais referentes à aquisição do Atacadão ocorrida em 2007.

O principal questionamento das autoridades fiscais brasileiras refere-se à dedutibilidade da amortização do ágio decorrente da aquisição do Atacadão em 2007. A referida aquisição foi realizada por meio de uma holding brasileira a qual foi, posteriormente, incorporada pelo Atacadão. Além disso, os autos de infração também reivindicam valores de IRPJ / CSLL relativos: (a) as despesas financeiras referentes à dívida que foi inicialmente registrada pela holding brasileira e, posteriormente, transferida para o Atacadão; e (b) ao montante de Juros sobre Capital Próprio ("JCP") pago pelo Atacadão aos seus acionistas, desproporcionalmente à participação detida pelos acionistas. Os autos acima mencionados foram contestados pela Companhia.

Para o primeiro caso, durante o primeiro semestre de 2016, uma decisão parcialmente favorável foi proferida, em esfera administrativa, reduzindo o risco total do auto de infração, quanto à dedutibilidade das despesas financeiras e multa qualificada. Com a exclusão dos valores cancelados (por meio da parte favorável do julgamento), em decorrência das decisões, a cobrança mantém-se em R\$ 2.040 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.998 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Em julho de 2017, a Companhia recebeu decisão desfavorável em instância final administrativa quanto aos demais pontos (dedutibilidade da amortização do ágio, multa isolada e JCP) e deu prosseguimento à defesa na esfera judicial. Em outubro de 2017, a Companhia ingressou com medida judicial para continuar a discussão jurídica, bem como garantiu o montante envolvido por meio do oferecimento de seguro-garantia.

Em julho de 2018, foi proferida decisão judicial de primeira instância desfavorável com relação aos juros sobre capital próprio – "JCP". Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso, e não há alteração na avaliação de risco.

Adicionalmente, quanto à mesma operação, a Companhia recebeu um segundo auto de infração complementar em 2016, relativa aos períodos de 2012 e 2013. Não existem períodos subsequentes sujeitos a questionamentos por parte das autoridades tributários pertinentes a essa matéria.

Com relação ao segundo auto de infração mencionado acima, em fevereiro de 2018, a Companhia obteve decisão administrativa parcialmente favorável no CARF quanto à (i) dedução das despesas de juros; e (ii) redução da multa qualificada de 150% para 75%. Quanto aos temas da amortização do ágio e da distribuição dos juros sobre capital próprio ("JCP"), o CARF manteve o posicionamento



desfavorável. Atualmente há recursos da Companhia e das autoridades fiscais pendentes de julgamento. Em dezembro de 2019 a Companhia, em sede de Recurso Especial no CARF, ganhou definitivamente a redução da multa qualificada de 150% para 75%, mantendo a discussão para os demais temas. Esta decisão resultou em uma redução de R\$ 120 milhões. Em junho de 2020 a Companhia ingressou com medida judicial para continuar a discussão jurídica, bem como garantiu o montante envolvido por meio de oferecimento de seguro-garantia. Em 31 de dezembro de 2021 o valor referente a este auto era de R\$ 725 milhões (R\$ 705 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o montante total em disputa era de R\$ 2.765 milhões (R\$ 2.705 milhões em 31 de dezembro de 2020), considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R\$ 2.292 milhões (R\$ 2.232 em 31 de dezembro de 2020).

Alteração de regime de tributação da variação cambial

A Companhia recebeu autos de infração pertinente ao período de 2015 e 2016 relacionados ao Imposto de Renda e Contribuição Social. As autoridades fiscais federais questionaram a mudança do regime de reconhecimento das variações cambiais e seus efeitos.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante total destes autos de infração era de R\$ 278 milhões (R\$ 269 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Cálculo de imposto sobre cupons cancelados no Carrefour (ICMS)

O Carrefour recebeu autos de infração do Estado de São Paulo para os anos calendários de 2006 a 2010, referentes à suposta falta de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, quando do cancelamento de cupons fiscais.

Tais cancelamentos resultam de situações nas quais os clientes do Carrefour eventualmente desistem da compra dos produtos no caixa ou devido ao programa denominado "Compromisso Público Carrefour", por meio do qual o Carrefour adota preço inferior comprovado e apresentado pelo cliente, em um produto idêntico àquele a ser comprado numa loja Carrefour.

A defesa do Carrefour tem consistido em demonstrar, por amostragem, que cada cancelamento registrado, possui a documentação requerida. Na data da emissão destas demonstrações contábeis, onze casos haviam sido julgados na esfera judicial, nove com decisões favoráveis ao Carrefour, uma decisão parcialmente favorável (aproximadamente 90% de ganho) e uma desfavorável com recurso do Carrefour pendente de julgamento. Os demais processos aguardam julgamento seja na esfera administrativa ou na esfera judicial.

O Carrefour constituiu provisão sobre o valor atualizado dos débitos, levando em consideração os casos que já receberam decisões já proferidas, ainda que não definitivas, o montante provisionado é revisado periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste passivo contingente era de R\$ 1.519 milhões (R\$ 1.576 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Créditos tributários disputados no Carrefour (ICMS)

Os centros de distribuição de São Paulo receberam autuações referentes a supostos créditos indevidos de ICMS, referente ao ano de 2008. As Autoridades alegaram que tais créditos haviam sido reconhecidos em 2008 através de Guia de Informação e Apuração do ICMS – "GIA's", e também registrados nos livros fiscais sem a devida documentação (notas fiscais). Em 31 de dezembro de 2021, o valor total das autuações recebidas era de R\$ 488 milhões (R\$ 480 milhões em dezembro de 2020).

Créditos tributários decorrentes de determinadas despesas (PIS e COFINS)

A controlada Carrefour recebeu autuações fiscais referentes ao reconhecimento de créditos tributários sobre determinadas despesas. O valor total das autuações fiscais era de R\$ 1.198 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.020 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Dedutibilidade da amortização do ágio no Carrefour (IRPJ)

No decorrer de suas atividades econômicas, o Grupo Carrefour adquiriu nove redes de supermercados entre os anos de 1998 a 2001, que foram posteriormente incorporadas ao Carrefour. Estas transações geraram o registro de ágio que foi amortizado para fins fiscais.



Referente à matéria e para os anos de 2007 a 2013, a autoridade tributária questiona a dedutibilidade da amortização do ágio, reconhecida pelo Carrefour, considerando os fundamentos legais estabelecidos pela Lei n. 9.249/1995, Decreto n. 1.598/1977 e normas de contabilidade. O ponto principal da discussão é a comprovação de pagamento feito pelo Carrefour para as aquisições realizadas e alocação das despesas de ágio. Adicionalmente, os autos de infração tratam também sobre as despesas de provisões não dedutíveis e a redução do lucro tributável.

Em janeiro de 2017, o CARF decidiu, por unanimidade, a favor do Carrefour: (i) sobre a dedutibilidade do ágio (2009 a 2012) relacionado a duas das nove aquisições; e (ii) relativa à redução do lucro tributável. O Grupo está aguardando a publicação da decisão. As demais aquisições ainda aguardam julgamento.

Em setembro de 2017, a Câmara Superior do CARF, para o período de 2007, manteve a decisão parcialmente favorável quanto à dedutibilidade do ágio (2007) referente às duas aquisições e relativo ao lucro tributável, entretanto, a Câmara julgou improcedente a dedutibilidade do ágio para as demais aquisições.

Em outubro de 2017, foi publicado o acórdão e o Carrefour apresentou recurso Embargos de Declaração que foram julgados e a Câmara Superior do CARF manteve a decisão parcialmente favorável.

Em março de 2018, o processo foi encerrado na esfera administrativa e a Receita Federal do Brasil constituiu a cobrança do débito remanescente com base nos efeitos da decisão parcialmente favorável. A Companhia está seguindo com a discussão na esfera judicial e apresentou seguro garantia.

Em dezembro de 2018, a controlada Carrefour recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema, mas relacionado ao ano-calendário de 2013. Nesse caso, considerando que o Carrefour tinha prejuízo fiscal, a autoridade tributária identificou o valor que não deveria ter sido amortizado no período de 2013 (R\$ 69 milhões) e determinou que o Carrefour fizesse os ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A defesa administrativa foi apresentada em janeiro de 2019.

Em abril de 2019, a subsidiária Carrefour obteve uma decisão favorável no caso da amortização de ágio decorrente da aquisição da Companhia "Eldorado". Neste caso, a Câmara Superior do CARF aceitou nosso recurso em última instância cancelando totalmente o auto de infração no montante de R\$ 62 milhões (ágio 2008 a 2012).

Em 31 de dezembro de 2021 o valor total das autuações recebidas era de R\$ 212 milhões (R\$ 209 milhões em 31 de dezembro de 2020) considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R\$ 96 milhões (R\$ 94 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Bonificação de fornecedores recebida pelo Carrefour

Como prática comum no varejo, o Carrefour recebe descontos comerciais de seus fornecedores e considera tais valores como redução de custos e despesas. O Carrefour recebeu autos de infração, pertinentes aos anos de 2007 e 2008, nos quais a autoridade fiscal considerou que parte destes créditos deveria ser tratada como receita e consequentemente sujeitos à tributação de PIS e COFINS.

No primeiro semestre de 2020, o Carrefour obteve duas decisões parcialmente favoráveis em razão de inconsistências nos autos de infração, resultando na redução de R\$ 81 milhões do valor total das autuações, porém estas decisões ainda estão pendentes de recurso na esfera administrativa.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total das autuações recebidas pelo Carrefour era de R\$ 825 milhões (R\$ 487 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Imposto sobre transmissão de bens Imóveis – ITBI – Carrefour

O município de São Paulo cobra do Carrefour o ITBI supostamente incidente na transferência de imóveis realizadas através do aumento de capital (integralização de capital).

Basicamente, o ponto principal de discussão é a imunidade fiscal referente ao ITBI prevista na Constituição Federal (artigo 156) às operações de transferência imobiliária, através de aumento de capital das empresas. Em sua defesa, o Carrefour demonstrou que todas as propriedades foram transferidas como aumento de capital e que tais transferências não estão sujeitas à tributação do ITBI e a ocorrência da prescrição das cobranças.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

No primeiro trimestre de 2020 o CCI obteve ganho parcial em 2 casos deste tema o que ocasionou uma redução de R\$ 12 milhões no valor discutido. No terceiro trimestre o CCI também obteve ganho de um processo o que ocasionou uma redução de R\$ 34 milhões em um caso de ITBI discutido contra o município de São Paulo.

Durante o segundo trimestre de 2021 o CCI obteve decisão integralmente favorável para um caso desse tema, o que ocasionou uma redução de R\$17 milhões no valor discutido.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor total das autuações recebidas pelo Carrefour era de R\$ 240 milhões (R\$ 236 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Outras contingências fiscais não provisionadas

A Companhia e suas controladas ainda possuem outras demandas administrativas e judiciais, as quais, após análise, foram classificadas como "perdas possíveis". Dentre os tópicos envolvidos estão: ICMS - créditos indevidos, demandas entre os estados referentes à concessão de benefícios fiscais (guerra fiscal), créditos sobre energia elétrica, falta de pagamento e obrigações acessórias.

Nota 18.5.2. Cíveis

Processo administrativo

Conforme Fato Relevante publicado no dia 22 de agosto de 2019, a Companhia tomou conhecimento da existência de dois procedimentos investigatórios criminais (PICs) iniciados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (GEDEC) contra funcionários públicos do Município de São Paulo, funcionário e ex- funcionários do Atacadão S.A., referentes às condições para a renovação de licenças de operação de sua sede e duas lojas. Os processos investigatórios acima e determinado processo criminal decorrente de um deles não envolvem a Companhia.

Em 27 de junho de 2020 e 25 de maio de 2021, o Município de São Paulo notificou o Atacadão S.A. acerca da abertura de processos administrativos de responsabilização instaurados com base nos procedimentos investigatórios descritos acima. Esses processos se encontram ainda em fase inicial.

Com base nas circunstâncias de conhecimento da Companhia até o momento, não existem ajustes a serem feitos nas demonstrações financeiras em relação ao tema.

NOTA 19: RECEITA DIFERIDA

Controladora

Em junho de 2016, a Companhia celebrou com sua controlada indireta o Banco CSF S.A., acordo operacional pelo prazo de dezesseis anos para a criação de um novo cartão de crédito, o "Cartão Atacadão", além de possibilitar a oferta, distribuição e comercialização, de produtos e soluções financeiras do Banco Carrefour aos clientes da Companhia.

Essa parceria propiciou o ingresso de R\$ 825 milhões no caixa da Companhia em setembro de 2016. Esse montante foi pago pela exclusividade e pelo uso da base de dados de clientes da Companhia, durante o período em que vigorar o acordo operacional, e pela viabilização da operação e oferta desses serviços nas lojas do Atacadão. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos será apropriado ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato, tendo sido registrado em 31 de dezembro de 2016 como receita diferida o valor de R\$ 825 milhões.

Por se tratar de uma transação com uma controlada indireta, o valor dessa receita diferida na Companhia foi reconhecido somente no limite da participação do minoritário na BSF Holding S.A, controladora direta do Banco CSF S.A.

A tabela abaixo mostra o montante registrado na controladora referente a essa transação:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Transação "Cartão Atacadão"	274	300
Outras receitas diferidas	3	4
Receita diferida	277	304
Circulante	28	28
Não circulante	249	276



Consolidado

Em 03 de novembro de 2020 lançamos o Programa “Minhas Recompensas”, conectado a todos os formatos de lojas do Carrefour (hipermercados, supermercados, conveniência, postos de gasolina, drogarias), e-commerce (alimentar e não alimentar) e o banco. Neste, os clientes podem acumular moedas virtuais e trocá-las, durante o período de três meses, por inúmeros benefícios, seja em vouchers de desconto em compras ou para uso em nossos parceiros, de forma a gerar economias na cesta como um todo. As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo das moedas emitidas, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dessas moedas. A mesma é reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas, momento no qual os custos incorridos devido à entrega das recompensas também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que as moedas expiram.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no consolidado referente essa transação é de R\$ 21 milhões no passivo circulante.

NOTA 20: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 20.1. Gestão de capital

Os objetivos de gestão de capital (capital próprio e capital de dívida) são:

- Assegurar que o Grupo possa continuar a funcionar como empresa em atividade, nomeadamente mantendo elevados níveis de recursos líquidos;
- Otimizar os retornos dos acionistas; e
- Manter a alavancagem adequada a fim de minimizar o custo de capital e manter a solvência do Grupo a um nível que lhe permita acessar a uma vasta gama de fontes e instrumentos de financiamento.

Para manter ou ajustar seu endividamento, o Grupo pode assumir novos empréstimos ou liquidar os empréstimos existentes, ajustar o dividendo pago aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, comprar ações ou vender ativos para utilizar os rendimentos para pagar dívidas.

O Banco CSF deve ter capital próprio suficiente para cumprir os indicadores de adequação de capital e as regras mínimas de capital estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Nota 20.2: Capital social e ações em tesouraria

Nota 20.2.1. Capital social

Emissão de ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu 140.500 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal com o valor de emissão de R\$ 11,70 por ação, em função do exercício de opções de compra de ações no âmbito de Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, Plano “Pré-IPO”, descrito na nota 31.

O capital social da Companhia devidamente aprovado pelo Conselho de Administração dentro do capital autorizado, era de R\$ 7.651 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 7.649 milhões em 31 de dezembro de 2020), representado por 1.985.339.550 ações ordinárias (1.985.199.050 em 31 de dezembro de 2020), nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social por quantidade de ações em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é apresentada abaixo:

<i>Quantidade de ações</i>	31/12/2021		31/12/2020	
Acionistas				
Carrefour Nederland B.V.	770.832.970	39%	770.832.970	39%
Carrefour S.A.	651.400.000	33%	651.400.000	33%
Península II Fundo de Investimento em Participações	152.070.854	8%	152.070.854	8%
Free Float	411.035.726	20%	410.895.226	20%
Total	1.985.339.550	100%	1.985.199.050	100%



Nota 20.2.2. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pelo Grupo e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço do Grupo em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital com os sócios. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para: *i)* absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; *ii)* resgate, reembolso ou compra de ações; *iii)* resgate de partes beneficiária; *iv)* incorporação ao capital; e *v)* pagamento de dividendo cumulativo.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total da reserva de capital era de R\$ 2.213 milhões (R\$ 2.193 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Efeito dos planos de ações e de opções liquidável em ações

O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 63 milhões (R\$ 43 milhões em 31 de dezembro de 2020) correspondente ao efeito do plano de opções liquidável em ações da Companhia e ao plano de benefício liquidável com ações da controladora final da Companhia (Carrefour S.A.) apresentados na nota 31.

Nota 20.2.3. Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários

Montante decorrente da transação entre acionistas em 2014, ocasionando a incorporação das quotas da Brepa Comércio e Participações Ltda. "Brepa", que era a controladora anterior do Grupo Carrefour Brasil, pela Companhia, originado na aquisição de participações minoritárias no Carrefour Comércio e Indústria Ltda. pela Brepa.

Nota 20.2.4. Reserva legal e retenção de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 540 milhões (R\$ 383 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia.

Nota 20.2.5. Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (i) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge (Nota 28.8);
- (ii) Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes; e
- (iii) Variação líquida acumulada de provisão de benefícios pós-emprego aos funcionários do Grupo.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos ou passivos a que elas se referem.

Nota 20.3. Ações em tesouraria

Políticas contábeis

As ações em tesouraria são registradas pelo custo como uma dedução do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas com vendas de ações em tesouraria (e o respectivo efeito tributário) são registrados diretamente no patrimônio líquido sem afetar o lucro líquido do exercício.

Não havia ações em tesouraria no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.



Nota 20.4. Dividendos

Políticas contábeis

O Estatuto da Companhia prevê que, no mínimo, 0,1% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio ("JSCP") é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 17.1).

Controladora

Em 12 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta de distribuição de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 1.241 milhões que equivale a R\$ 0,63 por ação. Descontada às antecipações feitas durante o ano de 2020, restando o valor de R\$ 759 milhões. A proposta de distribuição foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária de 13 de abril de 2021 e o pagamento das ações ocorreu em 24 de junho de 2021 aos acionistas que faziam parte da composição acionária do dia 16 de abril de 2021.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, no valor bruto de R\$ 175 milhões, equivalente ao valor de R\$ 0,088148225 por ação em circulação. Fizeram jus ao pagamento os acionistas constantes da posição acionária da Companhia em 18 de junho de 2021, sendo que a partir de 21 de junho de 2021 (inclusive) as ações serão negociadas na bolsa de valores "ex-direito" aos juros sobre capital próprio. O pagamento foi realizado em uma única parcela, no dia 30 de junho de 2021, na proporção da participação de cada acionista, com retenção do Imposto de Renda na fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isento.

Em 09 de novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos, no valor bruto de R\$ 324 milhões, equivalentes a 0,163145896 por ação em circulação, e de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 542 milhões, equivalentes a 0,273001160 por ação em circulação. Fizeram jus ao pagamento os acionistas constantes da posição acionária da Companhia em 12 de novembro de 2021, sendo que a partir de 16 de novembro de 2021 (inclusive) as ações serão negociadas na bolsa de valores "ex-direito". O pagamento foi realizado em 2 (duas) parcelas, nos dias 25 de novembro de 2021 e 15 de dezembro de 2021, na proporção da participação de cada acionista, com retenção de Imposto de Renda na fonte, exceto para os acionistas imunes ou isentos.

(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	3.144	2.671
Reserva legal	(157)	(134)
Lucro líquido ajustado, de acordo com a lei das S.A.s	2.987	2.537
Dividendo	1.041	1.241
	35%	49%

Controlada BSF holding

O valor dos dividendos mínimos obrigatórios da controlada BSF holding, referente ao ano de 2020, é R\$ 100 milhões, dos quais o valor de R\$ 51 milhões a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R\$ 49 milhões ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A. Em 29 de abril de 2021, foi aprovada além da distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, dividendos adicionais propostos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 189 milhões, dos quais o valor de R\$ 97 milhões a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R\$ 92 milhões ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A. O montante de R\$ 289 milhões (R\$148 milhões controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e R\$ 141 milhões ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A.) foi liquidado em 21 de junho de 2021.

Na Assembleia Geral Extraordinária em 09 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos extraordinários e juros sobre capital próprio decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 10 de dezembro de 2021, o Banco liquidou dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 170 milhões, dos quais o valor de R\$ 86 milhões foi pago a controlada



Notas explicativas às demonstrações financeiras

direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R\$ 84 milhões foi pago ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A.

O valor dos dividendos mínimos obrigatórios da controlada BSF holding, referente ao ano de 2021, é R\$ 132 milhões, dos quais o valor de R\$ 67 milhões será pago a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R\$ 65 milhões a ser pago ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A.

Nota 20.5. Não controladores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os acionistas não controladores possuem participação em 49% das ações da Cotabest Informação e Tecnologia S.A. e 49% do capital social da controlada BSF Holding S.A. detida pelo Banco Itaú Unibanco S.A. A BSF holding detém 100% do capital social do Banco CSF S.A, cujo objeto é o fornecimento, distribuição e comercialização de produtos e soluções financeiras.

NOTA 21: LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (PARTICIPAÇÃO DOS CONTROLADORES)

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o exercício.

As ações em tesouraria, descritas na Nota 20.3, não são consideradas em circulação e, portanto, são deduzidas do número de ações utilizado para os cálculos de lucro por ação. As ações emissíveis de forma contingente são tratadas como em circulação e incluídas no cálculo do resultado básico por ação somente a partir da data em que todas as condições necessárias estejam satisfeitas. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro líquido, ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O número médio ponderado de ações considera os efeitos das emissões de ações ordinárias em função do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações, Plano "Pré-IPO", descrito na nota 31.

A tabela a seguir mostra o cálculo do resultado por ação ordinária:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores (Em milhões de Reais)	3.144	2.671
Quantidade média ponderada de ações em circulação (em milhões)	1.985	1.985
Denominador básico (em milhões)	1.985	1.985
Opções de compra de ações (em milhões)	3	2
Denominador diluído (em milhões)	1.988	1.987
Lucro básico por ação (em R\$)	1,58	1,35
Lucro diluído por ação (em R\$)	1,58	1,35



NOTA 22: RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Políticas contábeis

Receitas ("Receita operacional líquida") compreendem receitas líquidas e outras receitas.

As vendas líquidas correspondem exclusivamente às vendas realizadas por meio das lojas do Grupo, e-commerce, postos de gasolina e farmácias.

As outras receitas compreendem as receitas de atividades bancárias (incluindo serviços e comissões: em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular, taxas de cartões bancários e taxas de organização de linhas de crédito tradicionais e renováveis), receitas de desenvolvimento imobiliário, taxas de agência de viagens, aluguéis de centros comerciais e taxas de franquia.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais).

A receita é reconhecida se:

- Sobre as vendas de mercadorias, (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A constituição e recomposição do ajuste a valor presente é registrada na rubrica de contas a receber e tem a contrapartida a rubrica de receita operacional líquida. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.
- Sobre as vendas de serviços, (i) No período em que o serviço é prestado (serviços e comissões: em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular), os pagamentos são apresentados em uma base líquida e reconhecidos na declaração da renda quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para o Grupo, e quando as quantidades podem ser mensuradas de forma confiável (ii) as receitas de soluções financeiras do Banco CSF S.A. (taxas de cartão bancário e comissões de crédito tradicional e rotativo, entre outras, autorizadas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN) são reconhecidas ao longo da vigência do contrato (iii) a receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Programa de fidelidade

As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas. O valor é estimado com base no valor justo das moedas emitidas, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dessas moedas. A mesma é reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas, momento no qual os custos incorridos devido à entrega das recompensas também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que as moedas expiram.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	59.225	52.014	85.584	78.812
Impostos sobre receitas	(5.425)	(4.782)	(7.833)	(7.621)
Receita operacional líquida	53.800	47.232	77.751	71.191

Nota 22.1 Vendas líquidas

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas de vendas	58.997	51.821	81.185	74.751
Impostos sobre vendas	(5.399)	(4.759)	(7.481)	(7.085)
Vendas líquidas antes do programa de fidelidade	53.598	47.062	73.704	67.666
Programa de fidelidade	-	-	(152)	(26)
Vendas líquidas	53.598	47.062	73.552	67.640



Nota 22.2 Outras receitas

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas	-	-	3.703	3.326
Impostos e deduções	-	-	(228)	(415)
Receitas de transações financeiras	-	-	3.475	2.911
Serviços e comissões	201	172	645	587
Receita de alugueis	27	21	203	170
Impostos sobre vendas	(26)	(23)	(124)	(117)
Outras receitas	202	170	4.199	3.551

NOTA 23: CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, SERVIÇOS PRESTADOS E OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Políticas contábeis

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos comerciais recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística e outros custos (principalmente custos dos serviços prestados pela empresa de Soluções financeiras). Os descontos comerciais de fornecedores são mensurados com base nos acordos negociados com os mesmos.

O Grupo reconhece descontos comerciais somente quando há evidência de acordos com fornecedores, o valor pode ser confiavelmente mensurado e sua realização é provável. Com base no histórico dos descontos comerciais sobre as compras, o Grupo estima o montante registrado como redutor do custo dos estoques.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pelo Grupo, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

O custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a depreciação de ativos relacionados às prestações de serviços.

O custo das operações financeiras compreende as provisões de perdas com perdas de crédito esperadas em ativo financeiro e perdas operacionais.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo das mercadorias vendidas	(45.627)	(40.156)	(61.298)	(56.028)
Depreciação	(13)	(13)	(50)	(52)
Outros custos	-	-	(1.527)	(1.193)
Custos das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras	(45.640)	(40.169)	(62.875)	(57.273)

Outros custos compreendem em sua grande maioria a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras determinadas conforme critérios descritos na nota 28.7. O valor destas provisões, líquido de reversões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 era R\$ 1.305 milhões (R\$ 1.160 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 24: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS E DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4.401)	(3.592)	(9.211)	(8.360)
Depreciação e amortização	(571)	(460)	(1.173)	(1.040)
Despesas com vendas, depreciação e amortização	(4.972)	(4.052)	(10.384)	(9.400)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas são as seguintes:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesa com benefícios a empregados	(2.509)	(2.158)	(4.778)	(4.498)
Despesa de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais (a)	(23)	(18)	(38)	(28)
Aluguéis	(50)	(45)	(90)	(54)
Serviços de terceiros	(288)	(245)	(1.440)	(1.404)
Custos de manutenção e reparação	(368)	(295)	(724)	(659)
Energia, água e gás	(497)	(387)	(779)	(653)
Comissão de cartão de crédito	(97)	(86)	(273)	(218)
Outras despesas	(569)	(358)	(1.089)	(846)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4.401)	(3.592)	(9.211)	(8.360)

- (a) As despesas reconhecidas como pagamento baseado em ações corresponde (i) ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de outorga (R\$ 12 milhões na Controladora e R\$ 22 milhões no Consolidado) e (ii) ao valor do imposto de renda retido na fonte a ser pago pelo Grupo em nome dos empregados e aos encargos sociais.

Depreciação e amortização

Incluindo a depreciação da área de logística reconhecida no custo de vendas, as despesas e custos totais de depreciação e amortização reconhecidas na demonstração de resultado individual e consolidado totalizaram respectivamente R\$ 584 milhões e R\$ 1.223 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 473 milhões e R\$ 1.092 milhões em 31 de dezembro de 2020), como segue:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado	(562)	(453)	(1.028)	(902)
Intangíveis	(9)	(7)	(133)	(127)
Propriedade de investimento	-	-	(12)	(11)
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento	(571)	(460)	(1.173)	(1.040)
Depreciação da área logística	(13)	(13)	(50)	(52)
Depreciação e amortização	(584)	(473)	(1.223)	(1.092)

NOTA 25: OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

Políticas contábeis

Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados. As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos (i)	39	10	(47)	(105)
Custos de reestruturação (ii)	(22)	(3)	(50)	(26)
Receitas relativas a demandas judiciais (iii)	134	149	481	574
Despesas relativas a demandas judiciais (iii)	(11)	-	(156)	(366)
Custos em transações de aquisição de empresas e ativos (iv)	(86)	(33)	(86)	(33)
Resultado projeto Pinheiros (v)	-	-	495	-
Outras despesas (vi)	-	-	(3)	(50)
Outras receitas (despesas)	54	123	634	(6)
Outras receitas	173	149	976	574
Outras despesas	(119)	(26)	(342)	(580)

- (i) Os "Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos" podem conter (i) o resultado das perdas por *impairment* de ativos quando resultando dos testes de valor recuperável (ii) despesas ou receitas referentes ao valor líquido dos ativos alienados (iii) despesas relacionadas à baixa de ativos para quais não temos mais expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação, identificados durante inventários, ou no caso de sinistros, remodeling de nossas lojas, etc. Em 2020, em sua maior parte é decorrente da baixa devido à troca do sistema da plataforma de e-commerce.
- (ii) Os custos de reestruturação são relacionados com projetos de melhoria da eficiência operacional cujos custos são referentes aos honorários de consultorias e custos de desligamento.
- (iii) Valor refere-se principalmente a: (a) Reversão dos pagamentos de provisões após o pagamento sob a anistia descrita na nota 18.2.5 e outras reversões tributárias devido à decadência de Cesta Básica (Nota 18.2.3); (b) Decisão favorável de autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados (Nota 18.5.1); e (c) Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e Acordo assinado com a Verpar S.A. conforme mencionado na nota 3. Em 2020 inclui-se ainda (a) Decisão favorável em causa



Notas explicativas às demonstrações financeiras

cível; (b) Decisão do STF referente ao pagamento de IPI por varejistas retroativa há 5 anos; e (c) Provisão baseada em decisões desfavoráveis referente a pagamento de COFINS.

- (iv) Em 2021 o montante refere-se principalmente a aquisição do Grupo BIG S.A. (Nota 3). Em 2020 referente à compra de ativos do Makro Atacadista S.A..
- (v) Refere-se principalmente ao ajuste a valor justo dos ativos recebidos na operação de permuta de ativos (Nota 3).
- (vi) Em 2020 o saldo refere-se principalmente aos gastos oriundos do incidente ocorrido na loja de Porto Alegre em Novembro.

NOTA 26: RESULTADO FINANCEIRO

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Receitas sobre aplicações financeiras	42	37	67	47
Atualização monetária de depósitos judiciais	5	3	57	66
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	1.000	823	1.000	823
Outras receitas financeiras	74	27	23	12
Total das receitas financeiras	1.121	890	1.147	948
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(180)	(128)	(189)	(138)
Juros sobre arrendamentos	(107)	(74)	(211)	(183)
Juros de antecipação de cartão de crédito	(7)	-	(66)	(89)
Comissão de carta de fiança	(1)	(1)	(18)	(28)
Atualização monetária das provisões para contingências	(12)	(10)	(166)	(136)
Variação cambial sobre financiamentos e contas a pagar	(81)	(574)	(79)	(607)
Juros sobre instrumentos derivativos	(237)	(61)	(237)	(61)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(922)	(248)	(922)	(248)
Imposto sobre transações financeiras	(7)	(5)	(11)	(7)
Outras despesas financeiras	-	(1)	(34)	(30)
Total das despesas financeiras	(1.554)	(1.102)	(1.933)	(1.527)
Resultado financeiro	(433)	(212)	(786)	(579)

A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira junto a sua coligada, Carrefour Finance, na Bélgica e instituições financeiras no exterior. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos (*contratos a termo, NDFs ou Swap em Euros e Dólares*) designados como hedge para proteção contra perdas cambiais conforme descritos na nota 28.8.

Os ganhos e perdas cambiais que são compensados por ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos, como resultado de nossa estrutura de hedge, descrita na nota 28.8, são apresentados abaixo.

(Em milhões de reais)	Controladora e Consolidado
Perda com variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (a)	(79)
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	78
Variação cambial e derivativos, impacto líquido	(1)

- (a) Não inclui variação cambial sobre demais ativos e passivos financeiros.



NOTA 27: ALTERAÇÕES NO FLUXO DE CAIXA

Variações nas demonstrações dos fluxos de caixa são demonstradas abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		2020		31/12/2021		2020	
	Saldo final	Saldo inicial	Varição	Varição	Saldo final	Saldo inicial	Varição	Varição
(-) Contas a receber	(1.031)	(907)	(124)	(46)	(1.307)	(1.334)	27	(123)
(-) Estoques	(6.343)	(5.238)	(1.105)	(1.589)	(8.788)	(7.709)	(1.079)	(1.760)
+ Fornecedores	10.563	9.392	1.171	2.014	14.752	14.002	750	2.155
(-) Impostos a recuperar	(2.456)	(2.805)	349	(457)	(4.106)	(4.822)	716	(619)
(-) Depósitos judiciais	(131)	(106)	(25)	2	(2.570)	(2.401)	(169)	(19)
+ Obrigações trabalhistas	380	378	2	70	825	891	(66)	201
+ Impostos a pagar	139	159	(20)	41	372	531	(159)	249
(-) Outros ativos operacionais	(85)	(144)	59	(64)	(1.090)	(826)	(264)	(165)
+ Outros passivos operacionais	910	975	(65)	(174)	4.494	4.635	(141)	(133)
+ / (-) Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(2)	(13)	11	(18)
+ Outros ajustes:								
<i>Varição de ativos e passivos reconhecidas em outros resultados abrangentes, antes dos impostos</i>				-			(15)	20
<i>Ganhos e perdas relativas a demandas judiciais</i>			123	149			325	208
Varição em ativos e passivos operacionais	1.946	1.704	365	(54)	2.580	2.954	(64)	(4)
(-) Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (*)	-	-	-	-	(11.523)	(9.874)	(1.649)	(1.008)
+ Operação com cartão de crédito	-	-	-	-	9.515	7.757	1.758	830
Crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	-	-	-	-	(2.008)	(2.117)	109	(178)

(*) Montante inclui provisão para perdas por redução ao valor recuperável, líquido de reversões, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 somaram o montante de R\$ 1.305 milhões (R\$ 1.160 milhões em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 28: INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contábeis

Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- instrumento de dívida ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA)
- instrumento patrimonial ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA);
- ou ao Valor Justo no Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado



como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja valor justo, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 28.8). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros a custo amortizado ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Em caso de queda prolongada ou significativa do valor de um instrumento de capital próprio ou de uma diminuição dos fluxos de caixa estimados de um instrumento de dívida, uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultados. Se em um período subsequente, o impairment diminuir, a perda por impairment anteriormente reconhecida é liberada da seguinte forma:

- para instrumentos de capital próprio (ações e outros): através de "Outros resultados abrangentes";
- para instrumentos de dívida (obrigações, notas e outros): sempre que se verifique um aumento nos fluxos de caixa futuros estimados através de resultados por um montante que não exceda a perda por *impairment* previamente reconhecida.

O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi determinado com base nas informações fornecidas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais).

Perda de crédito esperada

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro renegociado com mais de 30 dias de atraso.

O período máximo na estimativa de perda de crédito é o período durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito e há expectativa de recuperação significativa dos valores a receber.

Aumento significativo no risco de crédito

A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: o tipo e as características do produto, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias, ou aumento da probabilidade de default maior do que quatro vezes desde a concessão de crédito;



- Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias, exceto para a carteira de renegociações, que utiliza 30 dias de atraso como parâmetro para migração de estágio.

Cada instrumento financeiro tem suas características de aumento significativo de risco avaliadas individualmente pela Companhia para fins de classificação em estágios. Os parâmetros de provisionamento atribuídos aos instrumentos financeiros, nos diferentes estágios, são dados por modelagem coletiva, por agrupamentos com base em características de risco de crédito homogêneas.

Cenários Macroeconômicos

Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições de mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Ativos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo

Os principais ativos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo são os seguintes:

- contas a receber (Nota 7);
- crédito ao consumidor concedido pela nossa empresa de soluções financeiras (Nota 8);
- outras contas a receber.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os juros pagos sobre empréstimos e cessão de recebíveis são classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Passivos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo

Os principais passivos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo são os seguintes:

- empréstimos: Os "Empréstimos de Longo Prazo" e os "Empréstimos de Curto Prazo" incluem obrigações e títulos emitidos pelo Grupo, passivos de locação financeira, outros empréstimos bancários descobertos e passivos financeiros relacionados com créditos securitizados para os quais o risco de crédito é mantido pelo Grupo (Nota 28.3);
- fornecedores (Nota 16);
- operações com cartão de crédito (Nota 8.2); e
- outras contas a pagar: as outras contas a pagar classificadas no passivo circulante correspondem a todas as outras contas a pagar operacionais (principalmente despesas de benefícios de pessoal acumuladas e valores devidos a fornecedores de ativos não circulantes) e diversas responsabilidades.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o



objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de hedge é reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido (ORA).

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nominal, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire, ou seja, vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

Metodologia de cálculo de valor justo

Para a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (NDFs), o método de fluxo de caixa descontado foi aplicado com base nas informações obtidas da *Bloomberg*. O Grupo avaliou a possibilidade de utilização das taxas da *BM&F Bovespa*; entretanto, considerando os vencimentos das operações em aberto na data do cenário econômico atual, a informação da *BM&F Bovespa* apresentou uma volatilidade que não refletiu os fatos, e o Grupo decidiu usar informações da *Bloomberg*.

Nota 28.1. Instrumentos financeiros por categoria

As tabelas a seguir mostram em detalhes a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros, conforme previsto no CPC 46 (IFRS13) e a respectiva mensuração:

		Controladora				
		Em 31 de dezembro de 2021				
		Divisão por categoria				
<i>(Em milhões de Reais)</i>	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJIH	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa		3.267	-	3.267	-	3.267
Contas a receber		1.031	-	1.031	-	1.031
Instrumentos financeiros derivativos	2	200	-	-	200	200
Empréstimos a controladas	2	1.079	-	1.079	-	1.135
Outras contas a receber		37	-	37	-	37
Ativo		5.614	-	5.414	200	5.670
Fornecedores		11.148	-	11.148	-	11.148
Empréstimos	2	6.810	3.703	3.107	-	5.521
Outras contas a pagar		272	-	272	-	272
Instrumentos financeiros derivativos	2	85	-	-	85	85
Passivo		18.315	3.703	14.527	85	17.026



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Controladora						
Em 31 de dezembro de 2020						
Divisão por categoria						
(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJIH	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa		2.131	-	2.131	-	2.131
Contas a receber		907	-	907	-	907
Instrumentos financeiros derivativos	2	301	-	-	301	301
Empréstimos a controladas	2	1.019	-	1.019	-	1.011
Outras contas a receber		83	-	83	-	83
Ativo		4.441	-	4.140	301	4.433
Fornecedores		9.708	-	9.708	-	9.708
Empréstimos	2	3.658	1.673	1.985	-	4.122
Outras contas a pagar		184	-	184	-	184
Passivo		13.550	1.673	11.877	-	14.014

Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2021							
Divisão por categoria							
(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJIH	VJORA	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa		6.945	-	6.945	-	-	6.945
Títulos e valores mobiliários	2	497	-	-	-	497	497
Contas a receber	2	1.307	169	1.138	-	-	1.307
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	3	11.523	-	11.523	-	-	10.889
Instrumentos financeiros derivativos	2	202	-	-	202	-	202
Outras contas a receber		381	-	381	-	-	381
Ativo		20.855	169	19.987	202	497	20.221
Fornecedores		15.449	-	15.449	-	-	15.449
Empréstimos	2	6.992	3.703	3.289	-	-	5.675
Operações com cartão de crédito	2	9.515	-	9.515	-	-	9.332
Outras contas a pagar		558	-	558	-	-	558
Instrumentos financeiros derivativos	2	85	-	-	85	-	85
Passivo		32.599	3.703	28.811	85	-	31.099

Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2020							
Divisão por categoria							
(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJIH	VJORA	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa		5.672	-	5.672	-	-	5.672
Títulos e valores mobiliários	2	358	-	-	-	358	358
Contas a receber	2	1.334	334	1.000	-	-	1.334
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	3	9.874	-	9.874	-	-	9.878
Instrumentos financeiros derivativos	2	301	-	-	301	-	301
Outras contas a receber		275	-	275	-	-	275
Ativo		17.814	334	16.821	301	358	17.818
Fornecedores		14.423	-	14.423	-	-	14.423
Empréstimos	2	3.918	1.673	2.245	-	-	4.382
Operações com cartão de crédito	2	7.757	-	7.757	-	-	7.742
Outras contas a pagar		433	-	433	-	-	433
Instrumentos financeiros derivativos	2	13	-	-	13	-	13
Passivo		26.546	1.673	24.860	13	-	26.995

Os métodos e premissas utilizados nas mensurações do valor justo classificadas no Nível 3 da hierarquia do valor justo são apresentados abaixo:

Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras:

Carteira em dia sem juros: levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva Swap DI Pré trazida a valor presente pela taxa DI over. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em dia com juros: levada a valor futuro pela taxa média do CSF informada ao BACEN em seus vértices de vencimento. Trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em atraso: levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva Swap DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI over. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

O Banco CSF apura a provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro segundo as orientações do IFRS9. No conceito IFRS9 a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração. Assim, a provisão IFRS9, relativa à carteira local, é deduzida da carteira a valor justo.

Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os diversos níveis entre 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Nota 28.2. Descrição dos principais riscos financeiros aos quais estamos expostos

Nossos principais riscos associados aos instrumentos financeiros que nós utilizamos são os riscos de liquidez, taxa de juros, moeda e crédito. Devido à sua especificidade e à existência de um conjunto específico de regulamentos fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), os riscos financeiros decorrentes de nossas atividades bancárias (Banco CSF) são administrados separadamente daqueles relacionados aos segmentos de negócios de Varejo e Atacadão.

Nossa Tesouraria Corporativa e o Departamento Financeiro supervisionam as necessidades de liquidez e financiamento de nossos três segmentos de negócios e mantêm contato com o Departamento de Tesouraria e Financeiro específico de cada um de nossos segmentos de negócios.

Nosso Departamento de Tesouraria e Financeiro é responsável pela implementação da estratégia definida pela nossa Administração, estabelecendo e analisando a divulgação de nossas posições financeiras, monitorando os riscos financeiros decorrentes de nossos diversos segmentos de negócios, definindo e fiscalizando a adequada implementação das normas que regem a nossa exposição financeira.

Nota 28.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não poder liquidar seus passivos financeiros quando vencerem. Nós gerenciamos nosso risco de liquidez assegurando, na medida do possível, que dispomos, em qualquer momento, de ativos líquidos disponíveis suficientes para liquidar, considerando nossas linhas de crédito, nossos passivos quando de sua data de vencimento, quaisquer que sejam as condições de mercado. As projeções do fluxo de caixa do Grupo são monitoradas de forma contínua, para melhor ajustar os recursos disponíveis, bem como antecipar quaisquer eventos que possam afetar a nossa liquidez. Nós diversificamos nossas fontes de financiamento, através da contratação de empréstimos e da venda de recebíveis, junto a instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, nosso saldo de caixa e equivalentes de caixa e valores mobiliários atuais totalizaram R\$ 7.442 milhões (R\$ 6.030 milhões em 31 de dezembro de 2020) e para enfrentar necessidades inesperadas de liquidez de curto prazo, nós também possuímos duas linhas bancárias comprometidas de € 450 milhões e € 657 milhões (Atacadão) com sua coligada Carrefour Finance. Os empréstimos do Grupo são detalhados no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado		Taxa de juros	Vencimento final
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Circulante						
<i>Em moeda estrangeira</i>						
Carrefour Finance	1.588	480	1.588	480	VC + 0,6% a.a.	12/2021 e 01/2022
Resolução n.º 4131	858	6	858	6	1% a 2,4% a.a.	04/2022 a 04/2023
Resolução n.º 4131	6	-	6	-	0,9% a 1,9% a.a.	09/2023 a 09/2024
<i>Em moeda local</i>						
Debêntures	8	2	8	2	106% CDI	04/2023
Debêntures	461	3	461	3	CDI + 0,45 a 0,65 a.a.	06/2022 a 06/2026
Resolução n.º 4131	18	-	18	-	R\$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Letras financeiras	-	-	80	83	106% CDI	12/2023
	2.939	491	3.019	574		
Não circulante						
<i>Em moeda estrangeira</i>						
Resolução n.º 4131	830	1.667	830	1.667	1% a 2,4% a.a.	04/2022 a 04/2023
Resolução n.º 4131	1.371	-	1.371	-	0,9% a 1,9% a.a.	09/2023 a 09/2024
<i>Em moeda local</i>						
Debêntures	500	500	500	500	106% CDI	04/2023
Debêntures	550	1.000	550	1.000	CDI + 0,45 a 0,65 a.a.	06/2022 a 06/2026
Resolução n.º 4131	620	-	620	-	R\$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Letras financeiras	-	-	102	177	106% CDI	12/2023
	3.871	3.167	3.973	3.344		
Total	6.810	3.658	6.992	3.918		



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nenhum dos empréstimos estava sujeito a quaisquer cláusulas de *covenants* financeiros e todas as obrigações contratuais estavam cumpridas pela Companhia.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros incluindo juros dos passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhões de Reais)

	Controladora					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	11.148	11.148	-	-	-	11.148
Empréstimos	6.810	3.133	2.386	2.763	-	8.282
Passivo de arrendamento	1.043	153	166	476	2.865	3.660
Outras contas a pagar	272	268	-	-	4	272
Instrumentos financeiros derivativos	85	85	-	-	-	85
Total do passivo	19.358	14.787	2.552	3.239	2.869	23.447

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhões de Reais)

	Controladora					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	9.708	9.708	-	-	-	9.708
Empréstimos	3.658	494	1.431	2.023	287	4.235
Passivo de arrendamento	909	137	142	393	2.385	3.057
Outras contas a pagar	184	175	-	-	9	184
Total do passivo	14.458	10.513	1.573	2.416	2.681	17.182

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhões de Reais)

	Consolidado					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	15.449	15.449	-	-	-	15.449
Empréstimos	6.992	3.213	2.466	2.785	-	8.464
Passivo de arrendamento	2.038	385	410	927	4.046	5.768
Operações de cartão de crédito	9.515	8.249	1.266	-	-	9.515
Outras contas a pagar	558	551	3	-	4	558
Instrumentos financeiros derivativos	85	85	-	-	-	85
Total do passivo	34.637	27.932	4.145	3.712	4.050	39.839

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhões de Reais)

	Consolidado					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	14.423	14.423	-	-	-	14.423
Empréstimos	3.918	577	1.514	2.117	287	4.495
Passivo de arrendamento	1.860	348	357	894	3.545	5.144
Operações de cartão de crédito	7.757	7.534	223	-	-	7.757
Outras contas a pagar	433	410	14	-	9	433
Instrumentos financeiros derivativos	13	13	-	-	-	13
Total do passivo	28.405	23.305	2.109	3.011	3.841	32.265

Segmento Atacado

Emissão de debêntures

Em 25 de abril de 2018, foi realizada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries ("Primeira Série", e "Segunda Série", respectivamente) da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), totalizando o montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) na data de emissão. Em 21 de novembro de 2019, foi realizada a segunda emissão de debêntures simples, totalizando o montante de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na data de emissão.

A emissão foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476. A Emissão é destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da legislação vigente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Características das Debêntures:

Tipo de emissão	Valor de emissão (Em milhões de Reais)	Em circulação (<i>quant.</i>)	Data de Emissão	Vencimento inicial	Encargos anuais	Preço Unitário (em R\$)	Valor contábil (Em milhões de Reais)
1ª Emissão – 1ª série	1.000	1.000.000	25/04/2018	25/04/2021	104,40% CDI	1.000	-
1ª Emissão – 2ª série	500	500.000	25/04/2018	25/04/2023	105,75% CDI	1.000	508
2ª Emissão – 1ª série	450	450.000	21/11/2019	23/06/2022	CDI + 0,45 a.a.	1.000	455
2ª Emissão – 2ª série	350	350.000	21/11/2019	20/06/2024	CDI + 0,55 a.a.	1.000	354
2ª Emissão – 3ª série	200	200.000	21/11/2019	18/06/2026	CDI + 0,65 a.a.	1.000	202

O valor nominal unitário das Debêntures será integralmente liquidado da respectiva data de vencimento das Debêntures. A remuneração das 1º e 2º séries serão pagas semestralmente, sem carência, a partir da data de emissão, no dia 25 dos meses de abril e outubro de cada ano, o primeiro pagamento ocorreu em 25 de outubro de 2018 e o último na data de vencimento da respectiva série.

Uso dos recursos:

O objetivo desta emissão é o alongamento do perfil de dívida da Companhia com um custo competitivo. Os recursos foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado de dívidas existentes. Esta emissão não implica nenhum aumento no nível de endividamento atual da Companhia.

Pagamentos:

Em 28 de dezembro 2020, a Companhia realizou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures dos Debenturistas da Primeira Série da primeira emissão.

Captação de empréstimos

Nos meses de janeiro, março e junho de 2021, a Companhia contratou empréstimos junto à sua Coligada na Bélgica, Carrefour Finance, no montante de € 725 milhões, equivalentes a R\$ 4,6 bilhões. A taxa de juros do empréstimo é de 0,60% a.a. com vencimentos de até um ano. Estes empréstimos foram feitos utilizando os limites disponíveis das linhas de crédito contratadas em dezembro de 2019 e fevereiro de 2020 com Carrefour Finance (Revolving Credit Facilities). No ano de 2021 foi pago, conforme vencimento, o montante de € 550 milhões, sendo € 75 milhões captados em 2020.

Em 20 de setembro de 2021, a Companhia captou empréstimos junto a instituições financeiras no exterior que totalizam o equivalente a R\$ 2 bilhões com vencimento em 24 e 36 meses.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de hedge, conforme descritos na nota 28.8.

Segmento Soluções Financeiras

O risco de liquidez do Banco CSF é monitorado dentro de uma estratégia de liquidez aprovada pela Administração.

A situação de refinanciamento do Banco CSF é avaliada com base em normas internas, indicadores e regulamentações.

Os objetivos de gestão do risco de liquidez são:

- assegurar que as necessidades de refinanciamento sejam satisfeitas, com base em avaliações mensais dos excedentes ou insuficiências de caixa projetados durante um período de três anos, comparando as previsões estáticas das facilidades de financiamento comprometidas com as previsões dinâmicas de empréstimos;
- cumprir com as regras do BACEN, aumentando os índices de cobertura de liquidez, através de um processo que visa proporcionar uma melhoria sustentável da qualidade dos ativos



Notas explicativas às demonstrações financeiras

investindo em um fundo especial qualificado para inclusão no cálculo do índice e alongamento do vencimento dos passivos a fim de melhorar o financiamento estável líquido; e

- diversificar as fontes de refinanciamento para incluir linhas de crédito bancário, questões do mercado monetário e emissões de letra financeira.

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco CSF consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecendo um retorno satisfatório. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco CSF detém R\$ 497 milhões de títulos públicos (R\$ 358 milhões em 31 de dezembro de 2020). O Banco CSF considera a posição de liquidez como sólida.

Com o objetivo de suportar a necessidade de caixa, diversificar as fontes de financiamento e alongar o prazo médio da dívida, o Banco CSF emitiu Letras Financeiras, classificadas como dívida operacional na rubrica de operações com cartão de crédito, e descritas abaixo:

- Em maio de 2021, o Banco CSF concluiu algumas emissões de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R\$ 300 milhões, com taxas que variam de DI+1,10% a.a. a DI + 1,20% a.a e com vencimentos em 2023. As amortizações de juros são semestrais e as do principal, no vencimento.
- Em junho de 2021, o Banco CSF concluiu a emissão de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R\$ 100 milhões, à taxa DI+1,30% a.a. e com vencimento em 2024. As amortizações de juros são semestrais e as do principal, no vencimento.
- Em julho de 2021, o Banco CSF concluiu a emissão de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R\$ 50 milhões, à taxa DI+1,30% a.a. e com vencimento em 2024. As amortizações de juros são semestrais e as do principal, no vencimento.
- Em setembro de 2021, o Banco CSF concluiu algumas emissões de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R\$ 150 milhões, à taxa DI+1,30% a.a. e com vencimento em 2024. As amortizações de juros são semestrais e as do principal, no vencimento.
- Em novembro de 2021, o Banco CSF concluiu algumas emissões de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R\$ 316 milhões, com taxas que variam de DI+1,00% a.a. a DI+1,10% a.a e com vencimentos em 2023 e 2024. As amortizações de juros são semestrais e as do principal, no vencimento.
- Em dezembro de 2021, o Banco CSF concluiu algumas emissões de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R\$ 184 milhões, com taxas que variam de DI+1,00% a.a. a DI+1,10% a.a ou 109% do DI e com vencimentos em 2023 e 2024. As amortizações de juros são semestrais e as do principal, no vencimento.
- Em dezembro de 2021, o Banco CSF concluiu a emissão de de Letras Financeiras Garantidas, no valor total de R\$ 114 milhões, à taxa SELIC+0,75% a.a. e com vencimento em 2022. As amortizações de juros e de principal são no vencimento.

O saldo de R\$ 182 milhões (R\$ 80 milhões no passivo circulante e R\$ 102 milhões no passivo não circulante) de letras financeiras, considera a dívida financeira para a operação de compra do direito de exclusividade do cartão Atacadão, conforme descrito na nota 19.

Nota 28.4. Conciliação dos passivos resultantes das atividades de financiamento

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora	Consolidado
	Empréstimos	Empréstimos
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.519	2.856
Captação de empréstimos	2.662	3.177
Amortização de empréstimos	(2.049)	(2.641)
Juros pago sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(176)	(275)
Variações nos fluxos de caixa de financiamento	437	261
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	702	801
Total variação não caixa	702	801
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.658	3.918



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de Reais)

	Controladora Empréstimos	Consolidado Empréstimos
Saldo em 1º de janeiro de 2021	3.658	3.918
Captação de empréstimos	6.620	6.620
Amortização de empréstimos	(3.593)	(3.671)
Juros pago sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(125)	(193)
Variações nos fluxos de caixa de financiamento	2.902	2.756
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	266	334
Instrumentos financeiros derivativos	(16)	(16)
Total variação não caixa	250	318
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.810	6.992

(Em milhões de Reais)

	Controladora Passivo de arrendamento	Consolidado Passivo de arrendamento
Saldo em 1º de janeiro de 2020	565	1.628
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	74	183
Adições e baixas de financiamento	357	344
Outras variações não caixa	-	(5)
Total variação não caixa	431	522
Amortização de principal – contratos de arrendamento	(13)	(109)
Amortização de juros – contratos de arrendamento	(74)	(181)
Variações nos fluxos de caixa de atividades financiamento	(87)	(290)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	909	1.860

(Em milhões de Reais)

	Controladora Passivo de arrendamento	Consolidado Passivo de arrendamento
Saldo em 1º de janeiro de 2021	909	1.860
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	107	211
Adições e baixas de financiamento	151	306
Total variação não caixa	258	517
Amortização de principal – contratos de arrendamento	(17)	(131)
Amortização de juros – contratos de arrendamento	(107)	(208)
Variações nos fluxos de caixa de atividades financiamento	(124)	(339)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.043	2.038

Nota 28.5. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida utilizando como premissa uma taxa base do CDI de 9,15% na data destas demonstrações financeiras. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue.

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração avalia internamente uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 10%, 25% e 50%, respectivamente, no risco variável até a data de vencimento de tais instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhões de Reais)

	Exposição	Controladora					
		Baixo			Alto		
		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	2.712	(21)	(52)	(104)	21	52	104
Empréstimos	(1.519)	14	36	72	(14)	(36)	(72)
Exposição líquida	1.193	(7)	(16)	(32)	7	16	32

(Em milhões de Reais)

	Exposição	Consolidado					
		Baixo			Alto		
		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	6.244	(49)	(123)	(246)	49	123	246
Títulos e valores mobiliários	497	(5)	(11)	(23)	5	11	23
Empréstimos	(1.701)	26	66	131	(26)	(66)	(131)
Exposição líquida	5.040	(28)	(68)	(138)	28	68	138

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhões de Reais)

	Exposição	Controladora					
		Baixo			Alto		
		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	1.686	(3)	(7)	(14)	3	7	14
Empréstimos	(1.505)	3	7	15	(3)	(7)	(15)
Exposição líquida	181	-	-	1	-	-	(1)



(Em milhões de Reais)	Exposição	Consolidado					
		Baixo			Alto		
		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	5.059	(8)	(21)	(42)	8	21	42
Títulos e valores mobiliários	358	(1)	(2)	(3)	1	2	3
Empréstimos	(1.765)	3	9	17	(3)	(9)	(17)
Exposição líquida	3.652	(6)	(14)	(28)	6	14	28

Nota 28.6. Risco de câmbio

Em 2021 a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira (Euros) junto à sua coligada Carrefour Finance, na Bélgica e junto a instituições financeiras no exterior (Euros e Dólares). O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de hedge, conforme descritos na nota 28.8.

Além disso, o Grupo, através da controlada CCI, efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares para as quais existem NDFs (veja nota 28.8). Os fornecedores a pagar (importações) denominados em moeda estrangeira eram de R\$ 124 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 111 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Nota 28.7. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de não recebermos os valores registrados em investimentos correntes, em contas a receber, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a receber. Para minimizar possíveis perdas com inadimplência de suas contrapartes, o Grupo adota políticas de gestão rigorosas, incluindo a análise da contraparte e as regras de diversificação. Estas transações são realizadas em instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

A Companhia e suas controladas estabeleceram como política de gestão de risco de crédito trabalhar com instituições financeiras que possuam, no mínimo, um rating A- (escala nacional) e B- (em escala global Standard & Poor's) ou equivalente, avaliado pelas seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Standard & Poor's ou Moody's. De forma complementar e não excludente à análise do rating, a alocação dos investimentos respeita limites máximos por rating, por patrimônio líquido da instituição e por concentração de contrapartes, este limitado a 30% do total de investimentos disponíveis.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita no quadro abaixo, considerando o rating o mais conservador da Standard & Poor's ou equivalente em escala nacional:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
AAA	3.094	1.811	6.082	4.865
AA+	151	113	761	113
AA	-	207	-	689
Sem Rating	22	-	102	5
Caixa e equivalentes de caixa	3.267	2.131	6.945	5.672

Segmento de Varejo e Atacado

Contas a receber

As contas a receber correspondem principalmente a valores a receber de clientes (para produtos entregues e cartões de crédito), fornecedores (principalmente descontos) e inquilinos de unidades de shopping centers (aluguel).

As perdas por *impairment* são reconhecidas quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o montante devido e a idade do crédito a receber. Frente a uma situação sem precedentes (desde o início de 2020, shoppings e galerias permaneceram diversos períodos fechados, com reaberturas graduais, conforme as medidas decretadas nos estados onde estão locados), o Grupo registrou provisão adicional sobre os aluguéis referentes ao período de pandemia.



Composição do saldo de contas a receber e vencidas e a vencer

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vencido				
Até 30 dias	16	10	39	31
30-90 dias	2	1	15	77
91-180 dias	2	-	26	35
Acima de 180 dias	11	13	104	162
Total vencidos	31	24	184	305
Total a vencer	841	773	966	926
Total de Contas a receber de clientes	872	797	1.150	1.231
Verbas comerciais a receber	175	125	290	220
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(16)	(15)	(133)	(117)
Total de Contas a receber	1.031	907	1.307	1.334

Investimentos (equivalentes de caixa e outros ativos financeiros correntes)

No que diz respeito ao risco de crédito relativo aos títulos e valores mobiliários, nossa Administração entende que este é limitado, uma vez que as instituições financeiras envolvidas receberam elevadas notas das agências de risco de crédito.

Segmento de Soluções Financeiras

Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (Gestão de risco de crédito)

Para proteger-se do risco de inadimplência dos clientes, o Banco CSF utiliza-se de sistemas e processos para checar a qualidade e capacidade de pagamento de seus clientes. Esses sistemas e processos incluem, mas não se limitam às seguintes funções:

- Ferramentas de tomada de decisão como, por exemplo, softwares de análise de crédito, ferramentas de simulação de receitas e despesas e procedimentos de checagem de histórico de crédito;
- Bases de dados de indagação de histórico positivo e negativo de crédito, quando existente;
- Gestão ativa da base de clientes existente (ex.: aumento e redução de linha de crédito, autorizações, vendas combinadas, etc.);
- Gestão ativa de processos de recebimento;
- Monitoramento de risco de crédito e sistemas de controle; e
- O Departamento de Risco de Crédito é responsável por todos esses procedimentos, e o Conselho Diretor recebe cópias de todos os relatórios emitidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Crédito.

Classificação e provisões da carteira de empréstimos ao consumidor

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, conforme indicado pelo CPC 48/IFRS 9, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito, sendo que a descrição de cada estágio é descrita a seguir:

Estágio 1: instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o default resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), ou se observada inadimplência superior a 30 dias, o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete o default estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e aumento na probabilidade de default; e



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Estágio 3: Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera ativos em default (atraso acima de 90 dias, ou 30 dias para instrumentos de reestruturação de dívida).

A composição da carteira de crédito ao consumidor, assim como da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro, por estágio em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada abaixo:

(Em milhões de Reais)	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Crédito ao consumidor	PCLD	PCLD %	Crédito ao consumidor	PCLD	PCLD %
Estágio 1	9.873	(416)	10,1%	7.852	(367)	9,2%
Estágio 2	1.681	(474)	11,5%	1.912	(269)	6,8%
Estágio 3	3.798	(2.939)	71,3%	3.771	(3.025)	76,0%
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	15.352	(3.829)	24,9%	13.535	(3.661)	27,0%
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(3.829)			(3.661)		
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras, líquido	11.523			9.874		
Compromissos contingentes	(291)			(317)		
Provisão para perdas de crédito e compromissos contingentes	(4.120)			(3.978)		

A provisão sobre os compromissos contingente (linha de créditos dados aos clientes, mas não usadas) é apresentada na nota 18.1.

Modelos de provisão são desenvolvidos de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, e observa também a regulamentação bancária brasileira. O modelo é baseado nas seguintes etapas:

- Classificação dos créditos aos consumidores em 3 estágios, de acordo com o aumento de risco constatado desde a origem do crédito;
- Modelagem de perda dada à inadimplência e taxas de recuperação; e
- Reavaliação da classificação dos créditos e cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro de acordo com as perdas esperadas em todos os estágios carteira de empréstimos na data de cada demonstração financeira.

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro

Em 1º de janeiro de 2020	(2.703)
Constituição	(1.073)
Reversão	219
Mudança nos modelos / parâmetros de risco	(104)
Em 31 de dezembro de 2020	(3.661)
Constituição	(1.477)
Reversão	146
Venda de carteira / outras	1.163
Em 31 de dezembro de 2021	(3.829)

Nota 28.8. Contabilidade de hedge e instrumentos derivativos

Conforme descrito na nota 28.3 a Companhia fez captações de empréstimos em moeda estrangeira e utiliza instrumentos financeiros derivativos, designados como hedge accounting, sendo consistente com a política contábil descrita. A política contábil para contabilidade de hedge do Grupo é descrita a seguir:

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de



hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de hedge e é reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido (ORA).

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nominal, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(a) Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos tem os mesmos prazos de vencimento e valores que os contratos de empréstimos, a relação do hedge é demonstrada no quadro abaixo:

Objeto de Hedge (empréstimos)							Controladora – 31 de dezembro de 2021							Instrumento de Hedge			
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Variação cambial reconhecida no resultado do período		Contra parte	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Taxa a termo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor do instrumento reconhecido no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo
C	16/01/2020	21/01/2021	Euro	75	4,6491	-	Deutsche Bank	NDF	16/01/2020	21/01/2021	75	4,6491	4,8457	-	-	-	-
H	11/01/2021	11/01/2022	Euro	50	6,5514	12	Citi Bank	NDF	11/01/2021	11/01/2022	50	6,5514	6,7474	1	(12)	(10)	(21)
I	13/01/2021	12/01/2022	Euro	100	6,4528	14	BNP Paribas	NDF	13/01/2021	12/01/2022	100	6,4528	6,6558	1	(14)	(19)	(32)
L	26/03/2021	23/12/2021	Euro	50	6,5466	4	CACIB	NDF	26/03/2021	23/12/2021	50	6,5466	6,7550	-	(4)	(10)	-
M	21/06/2021	21/12/2021	Euro	100	5,9993	(42)	Banco Bradesco	NDF	21/06/2021	21/12/2021	100	5,9993	6,1676	-	42	(17)	-
				375		(12)					375			2	12	(56)	(53)

Em janeiro de 2021, a Companhia renovou, com a tranche K, a tranche C no montante de € 75 milhões, equivalentes à R\$ 478 milhões, com vencimento original em 21 de janeiro de 2021 para um novo vencimento em dezembro de 2021.

Objeto de Hedge (empréstimos)							Controladora – 31 de dezembro de 2021							Instrumento de Hedge			
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período		Contra parte	Natureza	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo	
E	06/01/2021	06/12/2021	Euro	100	6,3366	(3)	Banco Itaú	SWAP	06/01/2021	06/12/2021	0,60% a.a.	CDI + 0,71%	-	3	(24)	-	
F	06/01/2021	06/12/2021	Euro	75	6,5404	12	Banco Bradesco	SWAP	06/01/2021	06/12/2021	0,60% a.a.	CDI + 0,78%	-	(12)	(19)	-	
G	08/01/2021	08/12/2021	Euro	75	6,5323	9	CACIB	SWAP	08/01/2021	08/12/2021	0,60% a.a.	CDI + 0,69%	-	(9)	(19)	-	
J	19/01/2021	19/01/2022	Euro	100	6,3752	6	Banco Santander	SWAP	19/01/2021	19/01/2022	0,60% a.a.	CDI + 0,51%	(1)	(6)	(25)	(32)	
K	20/01/2021	20/12/2021	Euro	75	6,3747	(5)	Deutsche Bank	SWAP	20/01/2021	20/12/2021	0,60% a.a.	CDI + 0,57%	-	5	(19)	-	
				425		19							(1)	(19)	(106)	(32)	



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Controladora – 31 de dezembro de 2020

Objeto de Hedge (empréstimos)						Instrumento de Hedge											
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Varição cambial reconhecida no resultado do período	Contra parte	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Taxa a termo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor do instrumento reconhecido no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo	
A	09/01/2020	11/01/2021	Euro	75	4,5513	(131)	ING Bank	NDF	09/01/2020	11/01/2021	75	4,5513	4,7563	-	131	(15)	-
B	14/01/2020	15/01/2021	Euro	50	4,6101	(78)	Credit Agricole	NDF	14/01/2020	15/01/2021	50	4,6101	4,8075	-	78	(10)	-
C	16/01/2020	21/01/2021	Euro	75	4,6491	(131)	Deutsche Bank	NDF	16/01/2020	21/01/2021	75	4,6491	4,8457	(1)	131	(14)	116
D	26/02/2020	26/02/2021	Euro	50	4,8257	(69)	Credit Agricole	NDF	26/02/2020	26/02/2021	50	4,8257	5,0194	-	69	(9)	-
				250		(409)				250			(1)	409	(48)	116	

Além dos empréstimos em moeda estrangeira, a controlada Carrefour Comercio e Indústria efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares e utiliza instrumentos financeiros derivativos como hedge de fluxo de caixa. Os valores justos destes instrumentos derivativos são apresentado no quadro abaixo:

Consolidado – 31 de dezembro de 2021

Moeda	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM – milhões de reais
Euro	NDF	De 20/01/2021 a 23/12/2021	De 05/01/2022 a 05/01/2023	12	Média 6,5446	Média 6,5531	(1)
Dólar	NDF	De 20/01/2021 a 23/12/2021	De 05/01/2022 a 16/02/2023	59	Média 5,7170	Média 5,7233	3
				71			2

Consolidado – 31 de dezembro de 2020

Moeda	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM – milhões de reais
Euro	NDF	De 19/06/2020 a 29/12/2020	De 06/01/2021 a 15/12/2021	10	Média 6,4078	Média 6,4771	-
Dólar	NDF	De 31/01/2020 a 29/12/2020	De 05/01/2021 a 16/12/2021	51	Média 5,4109	Média 5,4265	(13)
				61			(13)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(b) Hedge de valor justo

Para os empréstimos 4131 captados em abril de 2020 e setembro de 2021, a Companhia contratou instrumentos derivativos como instrumento de hedge de valor justo para a variação nas taxas de câmbio e juros. Os instrumentos derivativos tem os mesmos prazos de vencimento e valores que os contratos de empréstimos, a relação do hedge é demonstrada no quadro abaixo:

Controladora – 31 de dezembro de 2021															
Objeto de Hedge (empréstimos)						Instrumento de Hedge									
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Contra parte	Natureza SWAP	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo
16/04/2020	14/04/2022	Euro	68	5,5500	4	Société Générale	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,5059% a.a.	CDI + 0,68%	(1)	(4)	(15)	48
16/04/2020	14/04/2022	Euro	67	5,5900	3	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,1741% a.a.	CDI + 0,65%	(6)	(6)	(10)	45
16/04/2020	14/04/2023	Euro	67	5,5900	3	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	1,3294% a.a.	CDI + 0,85%	(3)	(6)	(14)	48
16/04/2020	14/04/2023	Dólar	73	5,1250	(28)	BNP Paribas	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	2,4000% a.a.	CDI +1%	(1)	31	(10)	31
20/09/2021	20/09/2024	Reais	620	N/A	-	BNP Paribas	Juros	20/09/2021	20/09/2024	R\$ (Pré 10,484%)	CDI + 0,88%	-	-	-	-
20/09/2021	20/09/2023	Euro	43	6,1950	(6)	Banco Itaú	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	0,9059% a.a.	CDI + 1,21%	-	6	(6)	-
20/09/2021	20/09/2024	Dólar	150	5,2700	(47)	Rabobank	Moeda	20/09/2021	20/09/2024	1,8235% a.a.	CDI + 1,05%	-	34	(14)	20
20/09/2021	20/09/2023	Dólar	50	5,2800	(15)	JP Morgan	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	1,8706% a.a.	CDI + 1,31%	-	14	(6)	8
			1.138		(86)							(11)	101	(75)	200

Controladora – 31 de dezembro de 2020															
Objeto de Hedge (empréstimos)						Instrumento de Hedge									
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Contra parte	Natureza SWAP	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo
16/04/2020	14/04/2022	Euro	68	5,5500	(56)	Société Générale	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,5059% a.a.	CDI + 0,68%	5	56	(3)	60
16/04/2020	14/04/2022	Euro	67	5,5900	(52)	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,1741% a.a.	CDI + 0,65%	4	52	(4)	55
16/04/2020	14/04/2023	Euro	67	5,5900	(53)	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	1,3294% a.a.	CDI + 0,85%	7	53	(4)	59
16/04/2020	14/04/2023	Dólar	73	5,1250	(5)	BNP Paribas	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	2,4000% a.a.	CDI +1%	6	5	(2)	11
			275		(166)							22	166	(13)	185



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 29: PARTES RELACIONADAS

O acionista controlador direto da Companhia é o Carrefour Nederland BV, sediado na Holanda e seu acionista controlador em última instância é o Carrefour S.A., sediado na França.

As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente operações comerciais para compra e venda de mercadorias, despesas com pessoal, empréstimos, acordos de compartilhamento de custos e serviços de tecnologia da informação. Os saldos de contas a receber e contas a pagar referentes às transações com partes relacionadas são os seguintes:

- Contas a receber – Verbas comerciais a receber – estes valores referem-se principalmente a bonificações comerciais remetidas pelo Carrefour World Trade (“CWT”) para a Companhia e para o CCI, baseados no atendimento de condições e compromissos comerciais estabelecidos no contrato global negociado pela CWT com fornecedores, cujo objetivo é gerar sinergias com as empresas do Grupo Carrefour por meio da adoção de uma estratégia de alinhamento na seleção de fornecedores;
- Fornecedores e outras contas a pagar - estes valores referem-se à compra de mercadorias e produtos e/ou prestação de serviços diretamente relacionados com as suas atividades operacionais;
- Empréstimos - estes montantes referem-se a contratos de empréstimo concedidos pelo Carrefour Finance (Nota 28.3);
- Remuneração da Administração - os valores e divulgações referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados na Nota 32.3;
- Acordo de compartilhamento de gastos - correspondem a serviços prestados pela sede do Carrefour na França, prestados para o Grupo;
- Serviços de TI – Carrefour Systèmes d’Information presta serviços à Companhia e à CCI de manutenção, operação e suporte de equipes em relação a aplicações de tecnologia da informação;
- Correspondente de Serviços Bancários - Atacadão e CCI atuam como correspondentes bancários do Banco CSF, oferecendo soluções financeiras para os clientes em suas lojas, sendo remunerados como tal pelo Banco CSF; e
- Com relação ao acordo de licenciamento de marca, o Carrefour S.A. concedeu ao CCI o direito de utilizar suas marcas e logotipos com o nome Carrefour por uma taxa que depende do percentual de vendas e de certos parâmetros a serem atingidos, após a dedução das despesas de publicidade. Nenhum valor foi faturado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Transações nos balanços patrimoniais

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do balanço nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram as seguintes:

Controladora	31 de dezembro de 2021										
	Ativo					Passivo					
	Ativo circulante				Total	Passivo circulante			Passivo não circulante		Total
	Contas a receber	Outras contas a receber	Despesas antecipadas	Empréstimos a controladas		Empréstimos	Receita diferida	Outras contas a pagar	Receita diferida		
<i>(Em milhões de Reais)</i>											
Controladoras											
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	-	64	-	64	
Controladas											
Banco CSF S.A.	69	9	-	-	78	-	27	45	247	319	
Carrefour Comércio e Indústria Ltda (a)	-	1	-	1.079	1.080	-	-	20	-	20	
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	12	-	-	12	-	-	-	-	-	
Coligadas											
Carrefour World Trade	82	-	-	-	82	-	-	-	-	-	
Carrefour Finance	-	-	3	-	3	1.588	-	7	-	1.595	
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	-	22	-	22	
Outras partes relacionadas											
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	7	-	7	
Total	151	22	3	1.079	1.255	1.588	27	165	247	2.027	

(a) Em maio de 2020 foi formalizado um contrato de empréstimo ("mútuo") entre a Companhia e sua controlada Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("CCI"), com limite de R\$ 1 bilhão, que pode ser utilizado de modo fracionado mediante demanda do CCI. A taxa de juros da linha de crédito foi definida em CDI + 1,62%, com vencimento em junho de 2022 e pagamento dos juros no final do prazo do empréstimo (ou de qualquer reembolso antecipado).

Durante os meses de junho e julho de 2020, o CCI contratou a totalidade do limite disponível (R\$ 1 bilhão). Os juros acumulados entre as partes ao fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 79 milhões. Nenhuma provisão para perda de créditos esperadas de ativo financeiro foi contabilizada a respeito desta transação em 2021.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Controladora	Ativo				Passivo					
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total
	Contas a receber	Outras contas a receber	Despesas antecipadas	Empréstimos a controladas		Empréstimos	Receita diferida	Outras contas a pagar	Receita diferida	
<i>(Em milhões de Reais)</i>										
Controladoras										
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	-	39	-	39
Controladas										
Banco CSF S.A.	68	8	-	-	76	-	27	44	273	344
Carrefour Comércio e Indústria Ltda (a)	-	-	-	1.019	1.019	-	-	14	-	14
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	3	-	-	3	-	-	-	-	-
Coligadas										
Carrefour World Trade	44	-	-	-	44	-	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	3	-	3	480	-	2	-	482
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	-	22	-	22
Outras partes relacionadas										
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	6	-	6
Total	112	11	3	1.019	1.145	480	27	127	273	907



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Consolidado	Ativo							Passivo		
	Ativo circulante				Passivo circulante					
	Contas a receber	Despesas antecipadas	Outras contas a receber	Total	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Total		
<i>(Em milhões de Reais)</i>										
Controladoras										
Carrefour S.A.	-	-	1	1	-	-	116	116		
Coligadas										
Carrefour Management	-	-	2	2	-	-	2	2		
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	6	6	-	-	59	59		
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	7	7		
Carrefour Import S.A.	2	-	-	2	-	86	-	86		
Carrefour World Trade	119	-	-	119	-	-	-	-		
Carrefour Finance	-	3	-	3	1.588	-	7	1.595		
Maison Johannes Boubees	-	-	-	-	-	1	-	1		
Sociedad de Compras Modernas	1	-	-	1	-	-	-	-		
Outras partes relacionadas										
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	7	7		
Total	122	3	9	134	1.588	87	198	1.873		

31 de dezembro de 2020

Consolidado	Ativo				Passivo			
	Ativo circulante				Passivo circulante			
	Contas a receber	Despesas antecipadas	Outras contas a receber	Total	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Total
<i>(Em milhões de Reais)</i>								
Controladoras								
Carrefour S.A.	-	-	7	7	-	-	78	78
Coligadas								
Carrefour Management	-	-	2	2	-	-	2	2
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	79	79
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	9	9
Carrefour Import S.A.	4	-	-	4	-	64	-	64
Carrefour Argentina	-	-	-	-	-	5	-	5
Carrefour World Trade	78	-	-	78	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	3	-	3	480	-	2	482
Maison Johannes Boubee	-	-	-	-	-	1	-	1
Outras partes relacionadas								
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	6	6
Total	82	3	9	94	480	70	176	726



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Transações nas demonstrações do resultado do exercício

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram as seguintes:

Controladora	31 de dezembro de 2021									
	Vendas	Outras receitas	Desconto comercial	Despesa de aluguel	Despesa com pessoal	Tarifa de utilização	Repasse de despesas	Juros	Outras receitas e despesas	Total
<i>(Em milhões de Reais)</i>										
Controladoras										
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	(68)	-	-	(68)
Controladas										
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	4	-	-	(31)	(68)	-	25	61	-	(9)
Banco CSF S.A.	-	27	-	-	-	(26)	83	-	26	110
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Coligadas										
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	-	(55)	-	(55)
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	(29)	-	-	(29)
Carrefour World Trade	-	-	177	-	-	-	-	-	-	177
Total	4	27	177	(31)	(68)	(26)	11	7	26	127

Controladora	31 de dezembro de 2020										
	Vendas	Compras	Outras receitas	Desconto comercial	Despesa de aluguel	Despesa com pessoal	Tarifa de utilização	Repasse de despesas	Juros	Outras receitas e despesas	Total
<i>(Em milhões de Reais)</i>											
Controladoras											
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(36)	-	-	(36)
Controladas											
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	4	(7)	-	-	(31)	(54)	-	23	19	-	(46)
Banco CSF S.A.	-	-	24	-	-	-	(22)	69	-	54	125
Coligadas											
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	-	-	(28)	-	(28)
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	-	(21)	-	-	(21)
Carrefour World Trade	-	-	-	149	-	-	-	-	-	-	149
Total	4	(7)	24	149	(31)	(54)	(22)	35	(9)	54	143



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Consolidado	31 de dezembro de 2021				Total
	Descontos comerciais	Repasse de despesas	Compras	Juros	
<i>(Em milhões de Reais)</i>					
Controladora					
Carrefour S.A.	-	(128)	-	-	(128)
Coligadas					
Carrefour Import S.A.	-	-	(252)	-	(252)
Carrefour World Trade	249	-	-	-	249
Carrefour Hypermarket Hong Kong	-	1	-	-	1
Compagnie d'ativite et de Commerce	-	-	(1)	-	(1)
Carrefour Marchandises Internationales	-	(7)	-	-	(7)
Carrefour Finance	-	-	-	(55)	(55)
Carrefour Systèmes d'Information	-	(61)	-	-	(61)
Maison Joanness Boubée	-	-	(1)	-	(1)
Sociedad Compras Modernas	-	(1)	-	-	(1)
Total	249	(196)	(254)	(55)	(256)

Consolidado	31 de dezembro de 2020				Total
	Descontos comerciais	Repasse de despesas	Compras	Juros	
<i>(Em milhões de Reais)</i>					
Controladora					
Carrefour S.A.	-	(72)	-	-	(72)
Coligadas					
Carrefour Manegement	-	(1)	-	-	(1)
Carrefour Import S.A.	-	-	(250)	-	(250)
Carrefour World Trade	206	-	-	-	206
Carrefour Argentina	-	-	(9)	-	(9)
Carrefour Hypermarket Hong Kong	-	1	-	-	1
Compagnie d'ativite et de Commerce	-	-	(1)	-	(1)
Carrefour Marchandises Internationales	-	(9)	-	-	(9)
Carrefour Finance	-	-	-	(28)	(28)
Carrefour Systèmes d'Information	-	(69)	-	-	(69)
Maison Joanness Boubée	-	-	(1)	-	(1)
Sociedad Compras Modernas	-	-	(6)	-	(6)
Total	206	(150)	(267)	(28)	(239)



NOTA 30: INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Políticas contábeis

O CPC 22 (IFRS 8) – Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. Os segmentos operacionais do Grupo são os segmentos Atacadão, varejo e soluções financeiras, cujos resultados são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8).

O segmento de Soluções financeiras oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour" e "Atacadão" que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, bem como crédito ao consumidor. O segmento relata sua receita financeira de operações de crédito como, "Outras receitas" uma vez que estas constituem a principal atividade do segmento. O custo de captação de capital do segmento de soluções financeiras é apresentado como "Custo das operações financeiras". O segmento de Soluções financeiras também fornece crédito ao consumidor para compras realizadas em parcelas nos segmentos de Varejo e Atacadão.

As despesas de capital por segmento correspondem a aquisições de bens do imobilizado e ativos intangíveis.

Outros ativos do segmento correspondem a (i) capital de giro, composto por contas a receber, estoques e contas a pagar nos segmentos de Varejo e Atacadão; (ii) capital de giro do segmento de Soluções financeiras e (iii) outro capital de giro, incluindo outras contas a receber e a pagar, despesas antecipadas e receitas diferidas, impostos a recuperar e a recolher.

Substancialmente todas as receitas do Grupo derivam da operação no Brasil. O Grupo não possui ativos não circulantes relevantes localizados fora do Brasil.

As operações de cada um dos segmentos do Grupo são as seguintes:

- (i) Varejo, que compreende as operações dos formatos de hipermercados, supermercados e lojas de conveniência da marca Carrefour, bem como farmácias, postos de gasolina e plataforma de comércio eletrônico;
- (ii) Atacadão, que compreende as operações das lojas de atacado e atacado de autosserviço que operam sob a marca Atacadão e plataforma de comércio eletrônico; e
- (iii) Soluções financeiras, que fornece cartões de crédito e financiamento ao consumidor para nossos clientes.

O Grupo não possui outros segmentos além dos três reportados anteriormente.

Além dos segmentos citados acima, reconhecido como "Funções Corporativas", o Grupo incorre em um centro de custos relativo às funções centrais e sede. Estes custos compõem (i) o custo das entidades holding (ii) determinadas despesas incorridas em relação a determinadas funções de apoio que são atribuídas aos vários segmentos proporcionalmente às suas vendas, e (iii) as alocações de custos da nossa controladora que não são específicos de qualquer segmento.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota 30.1. Resultado por segmento

	31 de dezembro de 2021					
(Em milhões de Reais)	Total	Atacadão	Varejo	Soluções Financeiras	Funções corporativas	Eliminações
Vendas líquidas	73.552	53.595	19.957	-	-	-
Outras receitas	4.199	178	546	3.497	-	(22)
Receita operacional líquida	77.751	53.773	20.503	3.497	-	(22)
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	(62.875)	(45.636)	(15.758)	(1.481)	-	-
Lucro bruto	14.876	8.137	4.745	2.016	-	(22)
Vendas, gerais e administrativas	(9.211)	(4.225)	(3.668)	(1.086)	(232)	-
Depreciação e amortização	(1.173)	(572)	(557)	(44)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(9)	-	(9)	-	-	-
Outras receitas (despesas)	634	26	623	(15)	-	-
Lucro (prejuízo) antes das despesas financeiras líquidas e impostos	5.117	3.366	1.134	871	(232)	(22)
Resultado financeiro	(786)	-	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.331	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	3.366	-	-	-	-	-
<i>Aquisição de ativo imobilizado e intangível (capex)</i>	2.954	2.507	342	105	-	-
<i>Aquisição de direito de uso de arrendamento</i>	360	181	176	3	-	-

	31 de dezembro de 2020					
(Em milhões de Reais)	Total	Atacadão	Varejo	Soluções Financeiras	Funções corporativas	Eliminações
Vendas líquidas	67.640	47.058	20.582	-	-	-
Outras receitas	3.551	147	494	2.933	-	(23)
Receita operacional líquida	71.191	47.205	21.076	2.933	-	(23)
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	(57.273)	(40.165)	(15.915)	(1.193)	-	-
Lucro bruto	13.918	7.040	5.161	1.740	-	(23)
Vendas, gerais e administrativas	(8.360)	(3.448)	(3.698)	(1.042)	(172)	-
Depreciação e amortização	(1.040)	(460)	(544)	(36)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(8)	-	(8)	-	-	-
Outras receitas (despesas)	(6)	97	(97)	(6)	-	-
Lucro (prejuízo) antes das despesas financeiras líquidas e impostos	4.504	3.229	814	656	(172)	(23)
Resultado financeiro	(579)	-	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.925	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	2.844	-	-	-	-	-
<i>Aquisição de ativo imobilizado e intangível (capex)</i>	3.211	2.835	316	60	-	-
<i>Aquisição de direito de uso de arrendamento</i>	651	587	64	-	-	-

Nota 30.2. Ativos e passivos por segmento

	31 de dezembro de 2021				
(Em milhões de Reais)	Total	Atacadão	Varejo	Soluções Financeiras	Funções Corporativas
ATIVO					
Ágio	1.828	1.391	437	-	-
Outros ativos intangíveis	514	35	284	195	-
Imobilizado	17.417	13.407	3.923	87	-
Propriedades para investimento	560	-	560	-	-
Outros ativos do segmento	27.217	11.263	3.921	12.033	-
Total do ativo por segmento	47.536	26.096	9.125	12.315	-
Ativos não alocados	11.388	-	-	-	-
Total do ativo	58.924	-	-	-	-
PASSIVO (excluindo o patrimônio líquido)					
Passivo por segmento	28.501	12.667	5.825	9.839	170
Passivos não alocados	12.027	-	-	-	-
Total do passivo	40.528	-	-	-	-



Notas explicativas às demonstrações financeiras

	31 de dezembro de 2020				
(Em milhões de Reais)	Total	Atacado	Varejo	Soluções Financeiras	Funções Corporativas
ATIVO					
Ágio	1.828	1.391	437	-	-
Outros ativos intangíveis	495	25	313	157	-
Imobilizado	15.465	11.363	4.040	62	-
Propriedades para investimento	397	-	397	-	-
Outros ativos do segmento	24.208	9.443	4.725	10.040	-
Total do ativo por segmento	42.393	22.222	9.912	10.259	-
Ativos não alocados	9.431				
Total do ativo	51.824				
PASSIVO (excluindo o patrimônio líquido)					
Passivo por segmento	25.486	11.082	6.286	8.034	84
Passivos não alocados	9.293				
Total do passivo	34.779				

NOTA 31: PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Políticas contábeis

O Grupo mantém sete planos de pagamento baseados em ações a fim de reter os seus principais executivos. Além disso, esses executivos também participam de quatro planos, nos quais recebem ações da controladora do Grupo (Carrefour S.A.).

O custo reconhecido como despesa com benefícios a empregados corresponde i) ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga (ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano) e ii) ao valor do imposto de renda retido na fonte a ser pago pelo Grupo em nome dos empregados e os encargos sociais.

Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo valor justo das opções de compra de ações é registrado como despesa com benefícios a empregados com um aumento correspondente no patrimônio líquido de acordo com o CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento Baseado em Ações durante o período em que os empregados adquirirem incondicionalmente o direito dos prêmios. O valor do imposto de renda retido na fonte e os encargos sociais correspondentes são registrados como um aumento no passivo (parcela do plano tratada com plano liquidado em caixa). O valor justo das opções de ações é determinado utilizando dois modelos, dependendo do tipo do plano: (i) modelo binomial de precificação de opções de ações na data de outorga e (ii) modelo Black-Scholes.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperado para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*).

Detalhes dos planos de ações e de opções de compra de ações definido para diretoria e funcionários selecionados são apresentados a seguir:

Nota 31.1. Planos de opções de compra de ações

(a) Descrição dos Planos de opções de compra de ações/Incentivo de Longo Prazo baseados em Ações

(i) Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO")

O primeiro plano de opções de compra de ações foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei 6.404, de 15/12/1976, era de reter um grupo de executivos chave para o planejamento e a execução da oferta pública inicial (IPO), e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo. O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde



Notas explicativas às demonstrações financeiras

que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas, (ii) o preço de exercício das opções outorgadas, (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (vesting) (iv) as condições para acessar as opções na data de vesting ou outros eventos que impactariam a data de vesting. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (non-market vesting conditions).

Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	9.283.783
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	46
Período de exercício das opções ⁽²⁾	A partir do IPO até 21 de março de 2023
Preço de exercício (em R\$ por opção)	11,70

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017,

(2) as opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Companhia e se o beneficiário ainda é empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:

-1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;

-1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e

-1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

(i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;

(ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e

(iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O vesting do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo e 24 meses depois, o terceiro. O movimento no período das opções outorgadas neste Plano está apresentado na nota 31.1 (c).

(ii) Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Ações (antigo "Segundo Plano de Opções de Compra de Ações") - ("Plano Regular")

O segundo plano de opções de compra de ações foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 26 de junho de 2017, e alterado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 14 de abril de 2020, por meio da qual passou a ser denominado "Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Ações", tendo sido incluída a possibilidade de outorga de ações restritas, além das já previstas opções de compra de ações. As outorgas são anuais e suas principais diretrizes compreendem:

- **Elegibilidade:** nossos administradores e empregados, bem como os administradores e empregados de nossas sociedades controladas;
- **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo nosso Conselho de Administração;
- **Prazo para que as opções ou ações restritas se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- **Prazo máximo para exercício:** até o final do 6º ano da data de tal plano;
- **Diluição societária máxima:** 2,5% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções ou ações restritas concedidas e não exercidas no âmbito do deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
- **Preço de exercício das opções:** será determinado pelo nosso Conselho de Administração no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.
- **Meta de performance:** o total das opções e/ou ações restritas poderá ser vinculado a metas de performance, a serem definidas pelo Conselho de Administração no momento da outorga.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira outorga de opções conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	3.978.055
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	92
Período de exercício das opções ⁽²⁾	Entre 26 de setembro de 2022 e 26 de setembro de 2025
Preço de exercício (em R\$ por opção)	21,98

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019;

(2) as opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

(b) Mensuração de valor justo

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado:

	Pré-IPO	Regular
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35	1,09
Volatilidade esperada (%)	29,02	27,20
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25	5,57
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72	3
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

Volatilidade e rendimento de dividendos:

- Plano Pré-IPO:** sendo que a Companhia ainda não estava listada no momento da aprovação do plano, a Companhia definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, a Companhia adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

- Plano regular:** a Companhia utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pela Companhia no período de 2018.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 5,57%.

(c) Conciliação de opções de compra de ações em circulação

Os movimentos no plano de opções de ações no período foram os seguintes:

	Pré-IPO	Regular
Opções de ações pendentes em 1º de janeiro de 2021	1.822.472	3.163.616
(+) Opções concedidas no período	-	-
(-) Opções exercidas no período	(140.500)	-
(-) Opções canceladas no período	-	(199.055)
(+) Recálculo ações pendentes	944.999	194.694
Opções de ações pendentes em 31 de dezembro de 2021	2.626.971	3.159.255

Nota 31.2. Planos de remuneração em ações

(i) Plano Grupo

Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour



Notas explicativas às demonstrações financeiras

França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar as ações somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Condições relacionadas à *performance* financeira (Resultado operacional corrente, Fluxo de caixa ajustado para as autorizações concedidas em 2019 e 2020, e Fluxo de caixa livre líquido para as autorizações concedidas em 2021);
- Retorno total ao Acionista; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados abaixo:

Data da Outorga ⁽¹⁾	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020	17 de fevereiro de 2021
Data do vesting ⁽²⁾	26 de fevereiro de 2022	27 de fevereiro de 2023	17 de fevereiro de 2024
Total de número ações outorgadas na data de outorga	256.700	196.478	249.100
Número de ações outorgadas	256.700	196.478	249.100
Valor justo de cada ação (em €) ⁽³⁾	14,32	13,05	11,85

(1) Data da notificação (Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

(2) as ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de *performance* forem atingidas.

(3) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

(ii) Plano Regular

Em 10 de novembro de 2020, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 25 de agosto de 2021, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar a totalidade das ações somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. Caso o funcionário seja desligado sem justa causa, poderá acessar as ações pró-rata no final do *vesting period*. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:

- Duas condições relacionadas à *performance* financeira (Resultado operacional corrente e Fluxo de caixa livre ajustado);
- Retorno total ao Acionista;
- Item relacionado à de transformação digital da empresa; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

	Plano Local 2020	Plano Local 2021
Número de ações autorizadas ⁽¹⁾	1.291.074	1.832.230
Número de ações outorgadas	1.028.221	1.556.541
Número de executivos elegíveis	80	124
Data da outorga ⁽³⁾	10/11/2020	25/08/2021
Data do vesting ⁽²⁾	10/11/2023	25/08/2024
Valor justo de cada ação (em R\$)	17,35	14.56

(1) número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2020 (outorga 2021) e 25 de agosto de 2021 (outorga 2021);

(2) as ações serão entregues de acordo com as regras definidas no Regulamento do plano aprovado pelo Conselho de Administração em 14/04/2020;

(3) Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano.

(c) Conciliação dos planos de ações em circulação

	Plano Global 2019	Plano Global 2020	Plano Regular 2020	Plano Global 2021	Plano Regular 2021
Ações outorgadas em 1º de janeiro de 2021	212.600	198.340	999.403	-	-
(+) Ações concedidas no período	6.000	2.719	29.965	249.100	1.556.541
(+) Outorga tardia	18.800	54.502	-	56.200	-
(-) Ações canceladas no período	(10.700)	(15.804)	(52.228)	(16.800)	(33.306)
Ações em 31 de dezembro de 2021	226.700	239.757	977.140	288.500	1.523.235
Ações exercíveis	-	-	-	-	-

Nota 31.3. Despesas reconhecidas no resultado

Para detalhes sobre as despesas de benefícios aos empregados (pagamentos baseados em ações), veja Nota 24.

NOTA 32: REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E BENEFÍCIOS

Políticas contábeis

Os empregados do Grupo recebem benefícios de curto prazo (tais como férias remuneradas, auxílio-doença e participação nos lucros e resultados) e benefícios de longo prazo (tais como prêmios de tempo de serviço e benefícios pós-emprego complementares). Os benefícios pós-emprego podem ser pagos em planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Todos esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. Os benefícios de curto prazo (ou seja, os benefícios que devem ser integralmente liquidados em até doze meses após o encerramento do período anual em que os empregados prestam os serviços relacionados) são classificados como passivo circulante (em "Outras contas a pagar") e registrados como despesa no exercício em que os empregados prestam os serviços relacionados (Nota 24). Os benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo são mensurados e reconhecidos conforme descrito na Nota 18.1.

Nota 32.1. Descrição dos planos de contribuição definida

Políticas contábeis

Os benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados que são pagos após a conclusão do emprego. Os planos de benefícios pós-emprego do Grupo incluem planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos.

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais o Grupo paga contribuições fixas em uma entidade separada responsável pela gestão administrativa e financeira do plano, bem como pelo pagamento de benefícios de tal forma que o Grupo não tem obrigação de pagar outras contribuições se os ativos do plano forem insuficientes.

Um passivo por contribuições para planos de previdência privada de contribuição definida é reconhecido como despesa com benefícios aos empregados na apuração do resultado para os períodos durante os quais os serviços são prestados aos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo se puderem ser reembolsados ou se os pagamentos futuros puderem ser reduzidos.

Programas de saúde

O atual plano de benefício definido refere-se à assistência pós-emprego, conforme definido pela obrigação



Notas explicativas às demonstrações financeiras

prevista na Lei nº 9656/98.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado usando o método de crédito unitário projetado.

Nossa controlada CCI e suas controladas mantêm um plano de pensão de contribuição definida para seus empregados, administrado pela Carrefourprev Sociedade de Previdência Complementar. As despesas dos patrocinadores para 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 10 milhões (R\$ 9 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Nota 32.2. Obrigações trabalhistas

Os saldos relativos aos principais benefícios concedidos aos empregados estão representados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<i>(Em milhões de reais)</i>				
Provisão de férias e encargos	146	123	298	273
Salários a pagar e encargos	141	116	296	264
Provisão de 13º salário e encargos	-	-	-	2
Provisão de bônus	72	126	203	337
Outras obrigações a pagar	21	13	28	15
Obrigações trabalhistas	380	378	825	891

Nota 32.3. Remuneração da Administração

O Conselho de Administração (12 membros) não recebeu remuneração, exceto pelos dois conselheiros independentes. A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<i>(Em milhões de reais, exceto número de executivos)</i>				
Remuneração do período	12	9	21	19
Remuneração em opções de compra de ações	8	4	11	6
Bônus	11	12	18	20
Benefício de serviço (acomodação e carro da Companhia)	2	2	3	2
Total pago da compensação no ano	33	27	53	47
Impostos sobre a folha de pagamento do empregador	9	6	13	10
Benefícios de rescisão	7	-	8	1
Número de executivos	7	4	12	10

NOTA 33: COMPROMISSOS FUTUROS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO

Políticas contábeis

Os compromissos assumidos e recebidos pelo Grupo que não são reconhecidos no balanço patrimonial correspondem a obrigações contratuais cujo desempenho depende da ocorrência de condições ou transações após o encerramento do exercício. Existem dois tipos de compromissos não registrados no balanço, relacionados à (i) transações de gerenciamento de caixa e (ii) operações de varejo. Os compromissos futuros de locação têm origem no recebimento de aluguel de unidades em shopping centers e galerias de propriedade do Grupo arrendadas a terceiros (compromissos recebidos).

Compromissos assumidos

	Consolidado				
	31/12/2021	Vencimento			31/12/2020
		Dentro de 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	
<i>(Em milhões de Reais)</i>					
Relacionadas com transações de gerenciamento de caixa	24.118	24.118	-	-	26.636
Relacionado com operações	819	611	208	-	1.576
TOTAL	24.937	24.729	208	-	28.212

Relacionados com transações de gerenciamento de caixa incluem:

- compromissos de crédito e limites de crédito "pré-aprovados" oferecidos aos clientes pela CSF, empresa de soluções financeiras no decurso das suas atividades operacionais. São



Notas explicativas às demonstrações financeiras

divididos em dois tipos sendo (i) limites cartões de crédito já aprovados e não utilizado no montante de R\$ 12 bilhões (R\$ 14 bilhões em 31 de dezembro de 2020) e (ii) empréstimos pessoais "pré-aprovado" no montante de R\$ 12 bilhões (R\$ 13 bilhões em 31 de dezembro de 2020). A CSF tem a possibilidade de rever as linhas de crédito oferecidas aos seus clientes a qualquer momento, portanto são classificados como curto prazo;

Relacionados com operações incluem:

- compromissos de compra de energia até 5 anos;
- compromissos de compra de combustível em relação à nossa atividade de venda de combustíveis;
- compromissos diversos decorrentes de contratos comerciais (como por exemplo contratação de serviços de mídia); e
- outros compromissos assumidos.

Compromissos recebidos

(Em milhões de Reais)	31/12/2021	Consolidado			31/12/2020
		Vencimento			
		Dentro de 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	
Relacionadas com transações de gerenciamento de caixa	5.416	5.416	-	-	3.348
Atacado	5.416	5.416	-	-	3.348
Outros compromissos recebidos	-	-	-	-	9
Relacionado com locação de imóveis	494	200	289	5	335
TOTAL	5.910	5.616	289	5	3.692

Relacionados com transações de gerenciamento de caixa incluem:

- Linhas de crédito confirmadas, mas não utilizadas pelo Grupo no final do período.

Relacionados com operações incluem:

- Hipotecas e outras garantias recebidas, principalmente no âmbito das atividades imobiliárias do Grupo; e
- outros compromissos recebidos.

Relacionados com locação de imóveis:

O Grupo também possui diversos shoppings e galerias construídos principalmente nos mesmos locais que seus hipermercados e supermercados e alugados a terceiros. Os aluguéis mínimos futuros a receber dessas unidades de varejo - determinados com base no compromisso máximo dos arrendatários em termos de duração e valor para cada um dos arrendamentos em vigor no encerramento do período - totalizaram R\$ 494 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 335 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Bens dados em garantia

- Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor dos bens do ativo imobilizado dados em garantia em ações judiciais é de R\$ 30 milhões.

NOTA 34: COBERTURA DE SEGURO

Em 31 de dezembro de 2021 a cobertura de seguros do Grupo Carrefour Brasil compreendia:

Cobertura de seguro (Em milhões de Reais)	Controladora	Consolidado
Riscos operacionais	15.177	25.514
Lucros cessantes	5.381	8.541
Responsabilidade civil-limite máximo de indenização	643	643



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 35: EVENTOS SUBSEQUENTES

Captação de empréstimo

No mês de janeiro de 2022, a Companhia contratou empréstimo no montante de R\$ 2,2 bilhões junto à sua coligada Carrefour Finance, na França. A taxa de juros do empréstimo é de 12% a.a. com vencimento em março de 2023.

Em janeiro de 2022, a companhia também contratou empréstimos junto à instituições financeiras no exterior que totalizaram R\$ 2,9 bilhões (US\$ 520 milhões). Os contratos têm vencimento em 16 e 17 meses, com taxas de juros que variam de 1,08% a 1,71% a.a.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de hedge.

Parecer da Superintendência-Geral do CADE sobre Aquisição do Grupo BIG

Em 25 de janeiro de 2022 foi emitido o Despacho SG nº 85/2022 pela Superintendência-Geral do CADE ("SG"), com a recomendação de aprovação da aquisição do Grupo BIG Brasil S.A. ("Grupo BIG") pela Companhia ("Transação"), mediante a celebração de Acordo em Controle de Concentrações ("ACC").

A proposta de ACC negociada pela SG com a Companhia e com o Grupo BIG prevê o desinvestimento de algumas lojas, mas em patamar inferior àquele divulgado na declaração de complexidade emitida pela SG em 12 de novembro de 2021 (i.e. menos de 10% dos estabelecimentos do Grupo BIG), conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia naquela mesma data.

A Transação será agora analisada pelo Tribunal do CADE, que tem até junho de 2022 (caso decida utilizar o prazo máximo regulamentar, incluindo extensões) para decidir de forma definitiva sobre as recomendações da SG, incluindo os termos do ACC negociado. Após fechamento da operação, a Companhia vai iniciar os trabalhos para a conversão das 388 lojas (sendo 63 Maxxi, 43 Sam's Club, 86 BIG, 45 Super Bompreço, 54 Nacional e 97 TodoDia).

O Grupo Carrefour Brasil manterá seus acionistas e o mercado em geral informados a respeito de quaisquer desdobramentos relevantes.



Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

ATACADÃO S.A.
CNPJ/MF Nº 75.315.333/0001-09
NIRE 35.300.043.154

Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instituição CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, os abaixo assinados, Diretores do ATACADÃO S.A. ("a Companhia"),

Declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

Stéphane Maquaire

Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil

Marco Aparecido de Oliveira

Diretor Presidente – Atacadão

David Murciano

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores – Grupo Carrefour Brasil

Guillaume de Braquilanges

Diretor Vice-Presidente de Finanças - Atacadão



Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria

ATACADÃO S.A.

CNPJ/MF nº 75.315.333/0001-09

NIRE 35.300.043.154

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

Introdução

De acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário e também na Instrução CVM nº 308/99, o Comitê de Auditoria Estatutário do Atacadão S.A (“Companhia”) deve, dentre outras atribuições, rever e fornecer opiniões para o Conselho de Administração sobre: (i) a manutenção ou alteração dos Auditores Independentes da Companhia (ii) as informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia; (iii) o monitoramento dos procedimentos de controles internos da Companhia e de suas subsidiárias; (iv) a escolha das políticas e princípios contábeis da Companhia e de suas subsidiárias; (v) o monitoramento dos procedimentos de gerenciamento e avaliação de riscos internos e de suas subsidiárias e; (vi) o monitoramento e avaliação, em conjunto com a Administração e com o departamento de auditoria interna, da adequação das transações entre partes relacionadas. O Comitê de Auditoria é composto atualmente por cinco membros, os quais também são membros do Conselho de Administração.

Atividades

Durante o ano de 2021 o Comitê de Auditoria realizou seis (6) reuniões ordinárias, com o principal propósito de, entre outros assuntos, revisar as demonstrações financeiras da Companhia e as informações financeiras trimestrais, revisar e fazer recomendações sobre as competências da área de Auditoria Interna, seu plano de trabalho, além de avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna.

Dentro das principais atividades do ano de 2021, o Comitê de Auditoria Estatutário acompanhou de perto as medidas adotadas pelo Departamento de Gestão de Riscos da Companhia, juntamente com consultores externos especializados, com o objetivo de aprimorar os controles internos e os padrões de conformidade, incluindo a avaliação das alterações implementadas pelo Departamento de Compliance da Companhia.

O Comitê também tomou conhecimento sobre o relato dos auditores externos da Deloitte, em relação às demonstrações financeiras trimestrais, mas também para entender e avaliar a metodologia do processo de auditoria, as áreas de foco em relação aos principais riscos, o cronograma do processo de auditoria e as alçadas de materialidade.

Por fim, como parte de suas responsabilidades, o Comitê acompanhou de perto o plano de trabalho do Departamento de Auditoria Interna, incluindo o orçamento, o escopo dos trabalhos, assuntos de tecnologia da informação, gerenciamento de crises, recomendando alguns ajustes, quando necessário, orientando e avaliando a estrutura e equipe de forma a confirmar sua adequação às atividades exercidas, conforme requerido pelo Regulamento do Novo Mercado.

Em cada reunião do Conselho de Administração, um relatório resumido das atividades do Comitê de Auditoria foi apresentado pelo Coordenador do Comitê e discutido com os membros do Conselho de Administração.



Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria

Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário referente às Demonstrações Financeiras

Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia examinaram as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e com base no relatório preparado pela Deloitte Auditores Independentes, recomendaram a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração para posterior envio à Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022.

Matthieu Malige

Coordenador do Comitê de Auditoria

Claire Du Payrat

Membro do Comitê de Auditoria

Luiz Fernando Vendramini Fleury

Membro Independente do Comitê de Auditoria

Eduardo Pongrácz Rossi

Membro do Comitê de Auditoria

Edouard Balthazard Bertrand de Chavagnac

Membro do Comitê de Auditoria